

ISSN 1516-8085

ANPOCS **bib**

Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais

60

Neste número:

Antropologia dos Objetos

Saber e Sexualidade

Antropologia da Guerra

Determinantes de Guerra Civil

Instabilidade Eleitoral na Europa

 **EDUSC**

ISSN 1516-8085

bib

**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais**

BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (ISSN 1516-8085) é uma publicação semestral da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em Ciências Sociais no país. A BIB é editada sob orientação de um editor, uma comissão editorial e um conselho editorial composto de profissionais vinculados a várias instituições brasileiras.

Diretoria (Gestão 2005-2006)

Presidente: Gabriel Cohn (USP); *Secretário Executivo:* Marcelo Ridenti (Unicamp); *Secretário Adjunto:* Gildo Marçal Bezerra Brandão (USP); *Diretores:* Raymundo Heraldo Maués (UFPA); José Eisenberg (IUPERJ); Maria Eunice de Souza Maciel (UFRGS).

Conselho Fiscal: Brasilmar Ferreira Nunes (UnB); Iracema Brandão Guimarães (UFBA); Carmen Sílvia Rial (UFSC).

Coordenação: Marcelo Siqueira Ridenti (Unicamp).

Editor: João Trajano Sentto-Sé (UERJ).

Comissão Editorial: César Guimarães (IUPERJ); Emerson Alessandro Giumbelli (UFRJ); José Sérgio Leite Lopes (MN/UFRJ); Maria Celi Scalon (IUPERJ).

Conselho Editorial: Gustavo Lins Ribeiro (UnB); Jane Felipe Beltrão (UFPA); João Emanuel Evangelista de Oliveira (UFRN); Jorge Zaverucha (UFPE); Lívio Sansone (UFBA); Lúcia Bógus (PUC/SP); Helena Bomeny (CPDOC-FGV/RJ); Magda Almeida Neves (PUC/MG); Paulo Roberto Neves Costa (UFPR); Roberto Grün (UFSCar).

Edição

Assistente Editorial: Mírian da Silveira Pavanelli
Preparação/revisão de textos/copidesque: Gislaíne Maria da Silva
Versão/tradução de resumos: Jorge Thierry Calasans e Juris Megnis Jr.
Editoração eletrônica: Híel Hugo Mazzoni

Produção gráfica: Edusc

Appropriate articles are abstracted/indexed in:
Hispanic American Periodicals Index; DataÍndice

BIB: revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais / Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. -- n. 41 (1996) - São Paulo : ANPOCS, 1996-

Semestral

Resumos em português, inglês e francês

Título até o n. 40, 1995: BIB: Boletim informativo e bibliográfico de ciências sociais.

ISSN 1516-8085

1. Ciências Humanas 2. Ciências Sociais 3. Sociologia 4. Ciência Política 5. Antropologia
I. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

CDD 300

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – 1º andar
Universidade de São Paulo – USP
05508-900 – São Paulo – SP
Telefax.: (11) 3091-4664 / 3091-5043
e-mail: anpocs@anpocs.org.br



Editora da Universidade do Sagrado Coração
Rua Irmã Arminha, 10-50
17011-160 – Jardim Brasil – Bauru-SP
Tel.: (14) 3235 7111 – Fax: (14) 3235 7219
e-mail: edusc@edusc.com.br

Impressão e Acabamento



Gráfica Bandeirantes S/A

Sumário

Antropologia dos Objetos: Coleções, Museus e Patrimônios <i>José Reginaldo Santos Gonçalves</i>	7
A Constituição dos Saberes sobre a Sexualidade em Diferentes Perspectivas de Análise <i>Fabiola Robden</i>	27
Perspectivas Antropológicas da Guerra <i>Piero de Camargo Leirner</i>	43
Revisão Bibliográfica da Literatura Quantitativa sobre os Determinantes de Guerra Civil <i>Artur Zimmerman</i>	65
O Problema da Instabilidade Eleitoral na Europa: Uma Análise do Debate Teórico, Empírico e Metodológico <i>Paulo Sérgio Peres</i>	87
Programas de Pós-Graduação e Centros de Pesquisa Filiados à Anpocs	119
Fontes de Pesquisa	123
Trabalhos Publicados: 1975-2005	129
Normas para Apresentação de Colaborações à BIB	135

Colaboraram neste número:

José Reginaldo Santos Gonçalves, Ph.D em antropologia cultural pela The University of Virginia, Estados Unidos; é professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ); e também pesquisador do CNPq. É autor de *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil* (Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/SPHAN, 2003, 2ª ed.) e organizador do livro de James Clifford, *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX* (Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ, 2002). E-mail: josereginaldo@terra.com.br.

Fabiola Rohden, doutora em antropologia social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é professora do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IMS/Uerj) e coordenadora da Área de Formação do Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (Clam). Autora de *A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio na primeira metade do século XX* (Rio de Janeiro, Fiocruz, 2003) e de *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher* (Rio de Janeiro, Fiocruz, 2001). E-mail: fabiola@ims.uerj.br.

Piero de Camargo Leirner, doutor em antropologia pela Universidade de São Paulo (USP), é professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). É autor de *Meia Volta, Volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar* (Rio de Janeiro, FGV/Fapesp, 1997) e *Hierarquia e individualismo. A antropologia de Louis Dumont* (Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2003). E-mail: pierolei@power.ufscar.br.

Artur Zimmerman, doutorando em ciência política pela Universidade de São Paulo (USP), concluiu mestrado em ciências sociais e bacharelado em ciência política e relações internacionais pela The Hebrew University of Jerusalem, em Israel. Em 2004 foi pesquisador na Yale University. Suas linhas de pesquisa abrangem: política comparada, estudo quantitativo, guerra civil e Oriente Médio. E-mail: artur@usp.br.

Paulo Sérgio Peres, doutorando em ciência política pela Universidade de São Paulo (USP), é professor substituto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Suas áreas de interesse abrangem partidos, sistemas eleitorais, instituições políticas brasileiras e pensamento político brasileiro, entre outras. E-mail: peres.ps@uol.com.br.

Ao colocar a natureza simbólica de seu objeto, a antropologia social não pretende nem por isso afastar-se das realia. Como poderia fazê-lo uma vez que a arte, onde tudo é signo, utiliza veículos materiais? Não se podem estudar os deuses e ignorar suas imagens; os ritos, sem analisar os objetos e as substâncias que o oficiante fabrica e manipula; regras sociais, independentemente de coisas que lhes correspondem. A antropologia social não se isola em uma parte do domínio da etnologia; não separa cultura material e cultura espiritual. Na perspectiva que lhe é própria – e que nos será necessário situar – ela lhes atribui o mesmo interesse. Os homens se comunicam por meio de símbolos e signos; para a antropologia, que é uma conversa do homem com o homem, tudo é símbolo e signo que se coloca como intermediários entre dois sujeitos.

Claude Lévi-Strauss

Introdução

Casas, mobílias, roupas, ornamentos corporais, jóias, armas, moedas, instrumentos de trabalho, instrumentos musicais, variadas espécies de alimentos e bebidas, meios de transporte, meios de comunicação, objetos sagrados, imagens de divindades, substâncias mágicas, objetos cerimoniais, objetos de arte, monumentos, todo um vasto e heteróclito conjunto de objetos materiais circula significativamente em

nossa vida social por intermédio das categorias culturais ou dos sistemas classificatórios, dentro dos quais os situamos, separamos, dividimos e hierarquizamos. Expostos cotidianamente a essa extensa e diversificada teia de objetos, sua relevância social e simbólica, assim como sua repercussão subjetiva em cada um de nós terminam por nos passar despercebida em razão mesmo da proximidade desses objetos, do seu aspecto familiar e do caráter de obviedade que assumem. Na maioria das vezes, tendemos a nos esquecer da existência e da eficácia dos sistemas de classificação pelos quais esses objetos são percebidos, por exemplo, quando nos limitamos a notá-los segundo uma “razão prática” (Sahlins, 1976), a partir da qual eles existiriam em função de sua utilidade, manipulados por “indivíduos” segundo suas necessidades e interesses supostamente universais (Dumont, 1985; Sahlins, 2004 [1996]),¹ conforme sugere a perspectiva a que Geertz (1989, pp. 25-39) chamou de “concepção estratigráfica” da cultura.

Cabe sublinhar que essa epistemologia pressupõe uma naturalização das modernas categorias ocidentais de “sujeito” e “objeto”, cuja problematização parece ser a condição mesma para uma reflexão antropológica. A literatura antropológica e etnográfica tem nos ensinado, há mais de um século, que são esses sistemas de categorias culturais, precisamente, que fazem a mediação e, mais

que isso, organizam e constituem esses dois termos polares, e que sem esses sistemas de categorias ou de classificação, os objetos materiais (assim como seus usuários) não têm existência significativa (Durkheim e Mauss, 2001 [1903]; Mauss, 2003 [1950]; Boas, 1966 [1911]; Whorf, 1984 [1956]; Sapir, 1985 [1934]; Lévi-Strauss, 1962; Douglas, 1975; Sahlins, 2004 [1976]; Geertz, 1989).

Na medida em que os objetos materiais circulam permanentemente na vida social, importa acompanhar descritiva e analiticamente o seu deslocamento e suas transformações (ou reclassificações) através dos diversos contextos sociais e simbólicos: sejam as trocas mercantis, sejam as trocas cerimoniais, sejam aqueles espaços institucionais e discursivos, tais como as coleções, os museus e os chamados patrimônios culturais. Acompanhar o deslocamento dos objetos ao longo das fronteiras que delimitam esses contextos é, em grande parte, entender a própria dinâmica da vida social e cultural, seus conflitos, ambigüidades e paradoxos, assim como seus efeitos na subjetividade individual e coletiva. Os estudos antropológicos produzidos sobre objetos materiais, repercutindo esse quadro, têm oscilado seu foco de descrição e análise entre esses contextos sociais, cerimoniais, institucionais e discursivos.

Os Antropólogos e seus Objetos

O entendimento de quaisquer formas de vida social e cultural implica necessariamente na consideração de objetos materiais. Estes, na verdade, sempre estiveram presentes na história da antropologia social e/ou cultural e, particularmente, na literatura etnográfica. Alguns se tornaram célebres: os *churinga* nos ritos australianos (Durkheim, 2000); os

colares e braceletes do circuito do *Kula* trobriandês (Malinowski, 1976 [1922]); as máscaras *dogon* (Griaule, 1938). Mas, ao longo da história da disciplina, nem sempre os antropólogos estiveram voltados para o estudo dos objetos materiais enquanto tema específico de descrição e análise. Acompanhar as interpretações antropológicas produzidas sobre os objetos materiais é, até certo ponto, acompanhar as mudanças nos paradigmas teóricos ao longo da história dessa disciplina.

Em fins do século XIX e início do século XX, na condição de “objetos etnográficos”, eles foram alvo de colecionamento, classificação, reflexão e exibição por parte de autores cujos paradigmas evolucionistas e difusionistas situavam-nos no macrocontexto da história da humanidade. O destino desses objetos era, além das páginas das obras etnográficas (não necessariamente produzidas por antropólogos profissionais, mas por viajantes e missionários) e das grandes sínteses antropológicas do período, sobretudo os espaços institucionais dos museus ocidentais, ilustrando as etapas da evolução sociocultural e os trajetos de difusão cultural.

Objetos retirados dos mais diversos contextos e de distantes pontos do planeta eram reclassificados para servir de indicadores dos estágios de evolução pelos quais supostamente passaria a humanidade. Uma máscara ritual da Melanésia poderia ser colocada lado a lado com outra de origem africana. Uma vez identificadas e descritas a sua composição material e a sua forma estética, uma delas poderia ser classificada como a que apresentava maior complexidade e pressupondo uma tecnologia mais avançada do que a outra. Assim sendo, indicariam estágios hierarquicamente diferenciados de evolução das sociedades a que pertenciam. Ou poderiam ser classificadas como indicadores de um mesmo nível de complexidade e de desenvolvimento tec-

nológicos, o que indicaria a posição similar dessas sociedades em relação à evolução socio-cultural da humanidade (Stocking Jr., 1968; 1985b; Chapman, 1985; Dias, 1991a, 1991b; 1994; Gonçalves, 1994; 1999).

Os processos históricos de difusão de objetos materiais e traços culturais entre diversas sociedades preocupavam muitos autores, que os viam como meios de reconstituir esses processos. Ao longo dos trajetos de difusão, os objetos sofriam modificações, tornavam-se mais complexos. Para eles, a cultura humana raramente era assunto de invenção, mas de transmissão. Alguns operavam com modelos nos quais se traçavam círculos concêntricos, cujo ponto central era supostamente onde se situava o objeto em sua forma primeira ou original. Na medida em que se difundia, ele se transformava. Esse raciocínio valia tanto para objetos materiais como para instituições, práticas sociais, idéias e valores; alguns autores levaram essa visão ao extremo, afirmando que era possível identificar um único centro de onde teria partido todas as invenções culturais significativas da humanidade. Apesar das diferenças que os separavam, os paradigmas evolucionistas e difusionistas convergiam para a idéia de cultura concebida como um agregado de objetos e traços culturais. Ou seja, eram interpretados como elementos que responderiam a questões e dificuldades universais. Estava aberta a porta para uma percepção e entendimento claramente etnocêntricos desses objetos e das culturas da qual faziam parte (Lévi-Strauss, 1973, pp. 13-44).

Esses paradigmas, com suas divergências e convergências, forneceram os modelos museográficos dos grandes museus enciclopédicos do século XIX (Schwarcz, 1998; Dias, 1991b). O objetivo destes era narrar a história da humanidade desde suas origens mais remotas, reconstituindo esse longo

caminho até chegar ao que entendiam como o estágio mais avançado do processo evolutivo: as modernas sociedades ocidentais. Foi a partir dessas coordenadas teóricas, fundadas numa concepção de cultura como um agregado de objetos e “traços culturais”, que se veio a delimitar uma área de pesquisa: a dos chamados estudos de “cultura material”. Como se possível fosse separar na vida social e cultural, o material e o imaterial (Gonçalves 2005).

Outro ponto importante merece ser assinalado para entendermos as diferenças entre as formas como os antropólogos pensaram a categoria “objetos materiais” ao longo da história da disciplina: nesse período, que ficou conhecido como a “era dos museus”, diferentemente do que veio a ocorrer em décadas subseqüentes, a relação entre etnógrafos, antropólogos e museus era bastante próxima. A antropologia nessa época era, de certo modo, produzida nos limites institucionais dos museus (Karp e Levine, 1991; Gonçalves, 1994, 1999).

A Antropologia Pós-boasiana

Em 1896, Franz Boas formulou uma crítica extremamente poderosa às teorias evolucionistas e difusionistas, a qual se estendia aos modelos museográficos concebidos a partir delas. Sua argumentação recaí, principalmente, sobre o fato de esses antropólogos pensarem os objetos materiais em relação a seus macroesquemas de evolução e difusão, esquecendo-se de se perguntarem pelas suas funções e significados no contexto específico de cada sociedade ou cultura onde foram produzidos e usados. Diante de uma máscara melanésia e uma máscara africana, não era suficiente descrever o material com que eram feitas, nem o estilo que as caracterizava, nem a tecnologia mais ou menos evoluída com

que eram produzidas; era necessário saber qual o uso dessas máscaras e, conseqüentemente, qual o seu significado para as pessoas que as empregavam nos diversos contextos sociais e rituais. Em outras palavras, era preciso saber quem as usava, quando e com quais propósitos, o que permitiria revelar a diferença verdadeira entre uma máscara melanésia usada em rituais religiosos e uma outra máscara usada nas festas de carnaval em algumas sociedades ocidentais. É preciso observar que, a partir dessa crítica, desloca-se o foco de descrição e análise dos objetos materiais (de suas formas, matéria e técnicas de fabricação) para os seus usos e significados e para as relações sociais em que estão envolvidos os seus usuários. O estudo comparativo dessas relações nos revelaria as funções e os significados dos objetos materiais e dos traços culturais em diferentes culturas (Boas, 2004 [1896]); Stocking Jr., 1974; Jacknis, 1985).

A antropologia pós-boasiana (ou pós-malinowskiana, se utilizarmos a obra de Malinowski como referência), produzida nas primeiras décadas do século XX, veio, de certo modo, relegar progressivamente o estudo da “cultura material” a uma posição marginal na disciplina, principalmente devido ao desgaste sofrido pela perspectiva etnocêntrica da antropologia vitoriana. Apesar disso, é importante enfatizar que os objetos materiais jamais vieram a se ausentar das páginas das monografias antropológicas. Esse período da história da antropologia, marcado pela sua profissionalização e pela junção dos papéis de “etnógrafo” e de “antropólogo”, distingue-se pelo afastamento dos antropólogos profissionais dos museus, uma vez que esses estudiosos partem para a produção científica nos recém-criados departamentos de antropologia nas universidades (Clifford, 1988, pp. 21-54; Jacknis, 1996; Stocking Jr., 1985b, 2004; Schwarcz, 1998).

Nas décadas subseqüentes, especial-

mente após a Segunda Guerra Mundial, os antropólogos sociais britânicos de orientação estrutural-funcionalista e voltados para o estudo de “sociedades” (em vez de “culturas”) interpretarão os objetos materiais como sinais diacríticos a indicar posições sociais, pouco lhes importando a descrição e análise da forma, do material e da técnica com que eram produzidos. A formação desses antropólogos não passava necessariamente pelos museus e pela atenção à “cultura material”, de modo que as teorias antropológicas com as quais operavam vieram a deslocar o seu foco de discussão dos objetos materiais para as relações sociais e para os significados dessas relações. Os objetos vão ser interpretados com base num esquema teórico em que eles existiam não em função de estarem respondendo a necessidades práticas universais, nem como indicadores de processos evolutivos e de difusão, mas como meios de demarcação de identidades e posições na vida social. No início dos anos de 1960, o antropólogo Edmund Leach (1995 [1964], p. 79), ao refletir sobre o que ele pensava ser a diferença fundamental entre o conceito de “sociedade” e o conceito de “cultura” dizia:

A cultura proporciona a forma, a “roupagem” da situação social. Para mim, a situação cultural é um fator dado, é um produto e um acidente da história. Não sei *por que* as mulheres *kachins* antes de se casarem andam com a cabeça descoberta e o cabelo cortado curto, mas usam um turbante depois, tanto quanto não sei *por que* as mulheres inglesas põem um anel num dedo particular para denotar a mesma mudança de *status* social; tudo o que me interessa é que nesse contexto *kachin* o uso de um turbante por uma mulher tem esse significado simbólico. É uma afirmação sobre o *status* da mulher.
[grifos do autor]

Ao interpretarmos esse texto, verificamos que, teoricamente, pouco importava se uma mulher *kachin*, ao mudar sua condição de solteira para a de casada, passava a usar um turbante, enquanto uma mulher ocidental passava a usar uma aliança na mão esquerda. O importante, do ponto de vista do analista, era que um e outro objeto estariam demarcando uma mudança de *status*, especificamente da condição de solteira para a condição de casada. Dessa perspectiva, os objetos materiais são pensados como um sistema de comunicação, meios simbólicos pelos quais indivíduos, grupos e categorias sociais emitem (e recebem) informações sobre seu *status* e sua posição na sociedade (Leach, 1995 [1964]; Graburn, 1975; Douglas, 1982; Douglas e Isherwood, 2004; Miller, 1987, 1995; Bourdieu, 1979).

Os Estudos de Antropologia Simbólica

Já os estudos antropológicos – da antropologia estrutural ou da chamada “antropologia simbólica” –, voltados especificamente para a natureza e para as funções próprias do simbolismo na vida social, em particular a partir dos anos de 1960, resgataram a relevância social e cognitiva do estudo dos objetos materiais no contexto da vida cotidiana, dos rituais e dos mitos (Dolgin *et al.*, 1977).

Muitos desses antropólogos virão a contestar aquela concepção defendida por Leach e irão perguntar se o papel dos objetos materiais (e dos símbolos em geral) na vida social se resume afinal a essa função de comunicação: à de serem apenas sinais diacríticos de posições e identidades sociais. E vão sugerir que os objetos não apenas demarcam ou expressam tais posições e identidades, mas que, na verdade, enquanto parte de um sistema de símbolos que é condição da vida

social, organizam ou constituem o modo pelo qual os indivíduos e os grupos sociais experimentam subjetivamente suas identidades e *status*. A partir dessa perspectiva, seria sim relevante saber por que uma mulher *kachin* usa turbante e por que uma mulher ocidental usa uma aliança no dedo anular esquerdo. Seria relevante conhecer a forma desses objetos, o material e a técnica de fabricação, assim como as modalidades e contextos de uso. Afinal, cada um deles faz parte de um sistema de representações coletivas, um sistema de categorias culturais que organiza o modo como essas mulheres experimentam subjetivamente a sua condição feminina e suas eventuais mudanças de *status* ao longo de sua biografia. Enquanto “objetos cerimoniais”, eles não apenas demarcam posições sociais, mas permitem que os indivíduos e os grupos sociais percebam e experimentem subjetivamente suas posições e identidades como algo tão real e concreto quanto os objetos materiais que os simbolizam (Mauss, 1967 [1947]; Turner, 1967; Sahlins, 2004 [1976]; Seeger, 1980).²

É importante assinalar que, a partir dessa perspectiva, os objetos materiais, por exemplo: aqueles classificados como “tecnologia” (Schlanger, 1998) ou como “arte” (Boas, 1955; Lévi-Strauss, 1973; Forge, 1973; Geertz, 1998, pp. 142-181; Gell, 1992; Almeida, 1998; Price, 2000; Lagrou, 2000), serão pensados não mais enquanto parte de uma totalidade social e cultural que se confunde com os limites de uma determinada sociedade ou cultura empiricamente considerada, mas sim enquanto parte de sistemas simbólicos ou categorias culturais cujo alcance ultrapassa esses limites empíricos e cuja função, mais do que a de “representar”, é a de organizar e constituir a vida social. Em outras palavras, eles serão interpretados, segundo a expressão basilar de Mauss (2003 [1950]), como “fatos sociais totais”, exigindo, portanto, que se pon-

ham de quarentena e se problematizem as categorias classificatórias usadas na sociedade do observador.

A Historicização da Antropologia: a Reaproximação entre Antropólogos e Museus

Entretanto, é a partir dos anos de 1980, com a historicização da disciplina, que os objetos materiais, especificamente aqueles integrantes de coleções, museus, arquivos a “patrimônios culturais”, são tematizados como foco estratégico para a pesquisa e a reflexão sobre as relações sociais e simbólicas entre os diversos personagens da história da antropologia social ou cultural: viajantes, missionários, etnógrafos, antropólogos, nativos, colecionadores, museus, universidades, poderes coloniais, lideranças étnicas etc.

Nessa época, assiste-se a uma reaproximação entre antropólogos e museus, que passam a considerá-los objetos de pesquisa, descrição e análise, não sem que haja uma problematização sistemática (e de denúncia) do papel desempenhado por essas instituições enquanto mediadores sociais, simbólicos e políticos no processo de construção de representações ideológicas sobre diversos grupos e categorias sociais, especialmente aqueles que foram tradicionalmente eleitos como “objetos” de estudo da antropologia.

Em algumas obras da literatura antropológica sobre os objetos materiais, produzidas nas duas últimas décadas do século XX, estes serão estudados não exclusivamente como partes funcionais e significativas de determinados contextos sociais, rituais e cosmológicos nativos, mas também como componentes dos processos sociais, institucionais, epistemológicos e políticos de sua apropriação e colecionamento por parte das sociedades ocidentais, através de coleções, museus, arquivos e patrimônios cul-

turais (Stocking Jr., 1985b; Clifford, 1988; 1994; 1997; 2002 [1998]; Hainard e Kaehr, 1982; 1985; Haraway, 1989; Karp e Levine, 1991; Karp *et al.*, 1991; Kirshenblatt-Gimblett, 1991; Dias, 1991a, 1991b, 1994; Thomas, 1991; Ames, 1992; Jones, 1993; Greenfield, 1996; Grupioni, 1998; Jacknis, 2002).

O interesse recente pelo tema na área de antropologia, sobretudo a partir dos anos de 1980, está associado a um determinado momento da história da disciplina, caracterizado por Stocking Jr. (1989, p. 7) como um momento “reflexivo”, “hermenêutico”, “interpretativo”, “desconstrutivo”, ou, ainda, como manifestação de uma “sensibilidade romântica”, que acompanharia toda a sua história. Mas, evidentemente, os objetos materiais que integram as coleções, museus e patrimônios não são estudados apenas pela sua íntima relação com a história da antropologia social ou cultural. Essas instituições constituem, na verdade, o *locus* de cruzamento de uma série de relações de ordem epistemológica, social e política, configurando-se em áreas estratégicas de pesquisa e de reflexão para o entendimento das relações sociais, simbólicas e políticas entre diversos grupos e segmentos sociais, em especial aqueles que se fazem presentes nos contextos coloniais e pós-coloniais. Acrescente-se que, ao longo de sua história, elas desempenharam, e desempenham ainda, um papel importante na formação, transmissão e estabilização de uma série de categorias de pensamento fundamentais para o ocidente moderno em suas relações com as culturas não ocidentais: civilizado/primitivo; natureza/cultura; civilização/cultura; passado/presente; tradição/modernidade; erudito/popular; nacional/estrangeiro; ciência/magia e religião (Stewart, 1984; Haraway, 1989; Schwarcz, 1998; Santos, 1988, 1992, 2003, 2004; Pearce, 1992; Kury e Camennietzki, 1997;

Cavalcanti, 2001; Latour, 2002). Entre essas categorias cabe, certamente, sublinhar o papel desempenhado pela noção de “autenticidade”, cuja notável função social, política e cognitiva já foi assinalada por diversos autores (Sapir, 1985 [1924], pp. 308-31; MacCannell, 1976; Handler, 1986; Clifford, 1988; Gonçalves, 2001 [1988]).

O deslocamento dos objetos materiais para os espaços de coleções privadas ou públicas ou para museus (por exemplo, na condição de “objetos etnográficos” ou “arte primitiva”) pressupõe, evidentemente, a sua circulação anterior e posterior em outras esferas. Antes de chegarem à condição de objetos de coleção ou de objetos de museu, foram objetos de uso cotidiano, foram mercadorias, dádivas ou objetos sagrados. Afinal, conforme já foi sugerido, cada objeto material tem a sua “biografia cultural” (Kopytoff, 1986) e sua inserção em coleções, museus e “patrimônios culturais” é apenas um momento seu na vida social. No entanto, esse momento é de extrema importância, pois nos permite perceber os processos sociais e simbólicos por meio dos quais esses objetos vêm a ser transformados ou transfigurados em ícones legitimadores de idéias, valores e identidades assumidas por diversos grupos e categorias sociais.

O Coleccionamento como Categoria de Pensamento

Esse processo de deslocamento dos objetos materiais do cotidiano para o espaço de museus e patrimônios pressupõe uma categoria fundamental: o coleccionamento. Na verdade, toda e qualquer coletividade humana dedica-se a alguma atividade de coleccionamento, embora nem todas o façam com os mesmos propósitos e segundo os mesmos valores das modernas sociedades

ocidentais. Quem coleciona o quê, onde, segundo quais valores e com quais objetivos? Basicamente, toda e qualquer “coleção” pressupõe situações sociais, relações sociais de produção, circulação e consumo de objetos, assim como diversos sistemas de idéias e valores e sistemas de classificação que as norteiam. Em algumas sociedades, colecionam-se determinados objetos materiais com o propósito de redistribuí-los ou mesmo de destruí-los; no ocidente moderno, o coleccionamento está fortemente associado à acumulação (Mauss, 2003 [1950]; Malinowski, 1976 [1922]; Clifford, 1988).

Um dos espaços institucionais que, no contexto globalizado das modernas sociedades ocidentais, abrigam e exibem as coleções (especialmente as coleções etnográficas) são os “museus”. Enquanto instituições culturais, eles têm acompanhado os últimos cinco séculos de história da civilização ocidental, assumindo funções e significados diversos ao longo do tempo e em diferentes contextos socioculturais. Desde os “gabinetes de curiosidades” dos séculos XVI e XVII às coleções privadas de nobres e ricos burgueses da Renascença, passando pelos “museus de história natural” e pelos “museus nacionais” do século XIX e início do século XX, até os museus do final do século XX e princípios do século XXI, essa instituição parece traduzir ou representar, em suas estruturas materiais e conceituais, concepções diversas da ordem cósmica e social (Oliver Impey, 2001; Kury e Camennietzki, 1997; Sherman e Rogoff, 1994). Além disso, a instituição parece estar intimamente associada aos processos de formação simbólica de diversas modalidades de autoconsciência individual e coletiva no ocidente moderno.

Nas últimas décadas, observa-se notável crescimento dos museus em todo o planeta. Aparentemente, estamos vivendo uma “nova era” dos museus, semelhante (embora com

diferentes significados e funções) àquela que caracterizou a segunda metade do século XIX e início do século XX. É sintomático que, desde os anos de 1980, essa instituição, enquanto tema de reflexão, tenha ocupado progressivamente maior espaço nos debates acadêmicos (na antropologia, história, sociologia e nos chamados “estudos culturais”), o que se manifesta na crescente e significativa bibliografia produzida sobre o tema, sobretudo nos Estados Unidos e na Europa, mas também no Brasil (Gonçalves, 1999).

Em parte dessa bibliografia, a coleção aparece como uma categoria histórica e culturalmente relativa, própria do ocidente moderno e sujeita a transformações intelectuais e institucionais. No entanto, ela pode assumir uma dimensão mais ampla e ser pensada não apenas como uma categoria nativa do ocidente moderno, mas como uma categoria universal, como uma prática cultural presente em toda e qualquer sociedade humana. Desse modo, em alguns autores, ela incorpora um rendimento analítico, que serve de eixo para uma análise comparativa (Baudrillard, 1989; Alexander, 1979; Hainard e Kaehr, 1982; 1985; Pomian, 1987; 1991; 1997a; 1997b; 2003; Clifford, 1988; Gonçalves, 1999).

No contexto da recente literatura produzida sobre coleções e museus etnográficos, o centro da discussão está evidentemente nos limites da representação etnográfica do “outro”. A discussão se fará a partir de outras formas de representação etnográfica que não exclusivamente os textos: fotografias, filmes, exposições em museus etc.³ A partir desse enfoque, as coleções e museus etnográficos deixam de aparecer como conjuntos de práticas ingênuas ou neutras, para serem redesenhados como espaços onde se constituem formas diversas da autoconsciência moderna: a do etnógrafo, a do colecionador, a do nativo,

a do civilizado, do primitivo etc. (Stocking Jr., 1985b; Clifford, 1985, pp. 236-46, 1988; Kirshenblatt-Gimblett, 1991; Dias, 1991a; Hollier, 1993).

Se consultarmos o *dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie*, publicado no início da década de 1990 na França, encontraremos nele um verbete relativamente extenso dedicado aos museus. A presença e o conteúdo desse verbete estão associados à problematização dos processos de representação do *outro*, bem como do discurso etnográfico e da repercussão deste junto às coleções e museus etnográficos. Já na primeira frase, a autora do verbete demonstra a corrente historicização das relações entre museus e teorias antropológicas:

“Ao se acompanhar o percurso histórico da etnologia, é forçoso constatar que cada etapa de renovação teórica se faz acompanhar de um projeto museográfico” (Dias, 1991b, pp. 496-98).

Difícilmente encontraríamos algo semelhante em dicionários publicados anteriormente.

Não que coleções e museus etnográficos estivessem ausentes de tais dicionários ou da reflexão antropológica em geral. Mas sua presença se fazia de forma distinta. Na melhor das hipóteses, encontraríamos menção a coleções e museus como fontes de dados para a pesquisa etnográfica, sobretudo dados relativos à chamada “cultura material”.⁴ Ou ainda: coleções e museus poderiam também ser entendidos como uma espécie de “prolongamento do campo”, a desempenhar um papel importante na formação dos etnólogos, como sugere Lévi-Strauss (1973).⁵ Num e noutro caso, não se problematiza necessariamente o papel específico desempenhado por essas instituições na construção de uma determinada forma de representação do outro.

Na medida em que esse papel vem a ser

focalizado e problematizado, a “coleção” (ou a prática do “coleccionamento”) ganha relevo enquanto uma categoria de pensamento. É por seu intermédio que objetos materiais retirados das chamadas sociedades ou culturas “primitivas” são conseqüentemente transformados em “objetos etnográficos” ou objetos de “arte primitiva”, preservados e expostos nas coleções e museus ocidentais (Ames, 1992; Clifford, 1988; Dias, 1991a, 1991b, 1994; Kirshenblatt-Gimblett, 1991; Karp e Levine, 1991; Karp *et al.*, 1991; Jones, 1993; Price, 2000).

Objetos Materiais como Patrimônios Culturais

Em um sugestivo texto, no qual comenta o “poder dos objetos”, Annette Weiner (1987, p. 159) afirma:

[...] nós usamos objetos para fazer declarações sobre nossa identidade, nossos objetivos, e mesmo nossas fantasias. Através dessa tendência humana a atribuir significados aos objetos, aprendemos desde tenra idade que as coisas que usamos veiculam mensagens sobre quem somos e sobre quem buscamos ser. [...] Estamos intimamente envolvidos com objetos que amamos, desejamos ou com os quais apresentamos os outros. Marcamos nossos relacionamentos com objetos [...]. Através dos objetos fabricamos nossa auto-imagem, cultivamos e intensificamos relacionamentos. Os objetos guardam ainda o que no passado é vital para nós. [...] não apenas nos fazem retroceder no tempo como também se tornam os tijolos que ligam o passado ao futuro.

Na formulação mais abrangente e mais precisa de um outro antropólogo, Roy Wagner (1981, pp. 76-7), os objetos materiais, de certo modo, constituem nossa subjetividade individual e coletiva:

Existe uma moralidade das “coisas”, dos objetos em seus significados e usos convencionais. Mesmo ferramentas não são tanto instrumentos utilitários “funcionais” quanto uma espécie de propriedade humana ou cultural comum, relíquias que constroem seus usuários ao aprenderem a usá-los. Podemos mesmo sugerir [...] que esses instrumentos “usam” os seres humanos, que brinquedos “brincam” com as crianças, e que armas nos estimulam à luta. [...] Assim, em nossa vida com esses brinquedos, ferramentas, [artefícios/instrumentos] e relíquias, desejando-os, colecionando-os, nós introduzimos em nossas personalidades todo o conjunto de valores, atitudes e sentimentos – na verdade a criatividade – daqueles que os inventaram, os usaram, os conhecem e os desejam e os deram a nós. Ao aprendermos a usar esses instrumentos, nós estamos secretamente aprendendo a nos usar; enquanto controles, esses instrumentos mediam essa relação, eles objetificam nossas habilidades.

De forma distinta, esses dois textos apontam para a função simbólica dos objetos materiais nos processos de formação de modalidades de autoconsciência individual e coletiva. A sugestão é que sem os objetos não existiríamos, ou, pelo menos, não existiríamos enquanto pessoas socialmente constituídas. Sejam os objetos materiais considerados nos diversos contextos sociais, simbólicos e rituais da vida cotidiana de qualquer grupo social, sejam eles retirados dessa circulação cotidiana e deslocados para os contextos institucionais e discursivos das coleções, museus e patrimônios, o fato é que eles não apenas desempenham funções identitárias, expressando simbolicamente nossas identidades individuais e sociais, mas, na verdade, organizam (na medida em que os objetos são categorias materializadas) a percepção que temos de nós mesmos, individual e coletivamente (Clifford, 1985).

Na vida social em geral, os objetos materiais podem circular na forma de mercadorias,

podendo ser livremente comprados e vendidos, ou na forma de dádivas e contra dádivas, ou ainda na forma de “bens inalienáveis” (Weiner, 1992). Evidentemente, esses objetos estão submetidos a um processo permanente de circulação e reclassificação, podendo ser deslocados da condição de mercadoria para a condição de presentes ou vice-versa, e alguns deles podem ser elevados à condição de “bens inalienáveis”, condição essa que, em princípio, os impede de ser vendidos e ou doados, mas que integra os sistemas de trocas recíprocas para que, paradoxalmente, possam ser mantidos e guardados sob o controle de determinados grupos (Mauss, 2003 [1950]; Gregory, 1982; Weiner, 1992; Godelier, 2001; Hénnaf, 2002, pp. 135-207).

É possível que essa categoria universal de bens nos possa ser útil para entender ao menos parcialmente aqueles objetos que, uma vez retirados da circulação cotidiana, vêm a ser, no contexto das modernas sociedades ocidentais, classificados como “patrimônio cultural”. Objetos que compõem coleções particulares podem ser vendidos e comprados; e mesmo objetos que integram o acervo de museus podem eventualmente ser vendidos ou trocados; mas, em princípio, não é admitido esse procedimento para aqueles objetos classificados como “patrimônio cultural” por determinado grupo social. Na medida em que assim são classificados e coletivamente reconhecidos, esses objetos desempenham uma função social e simbólica de mediação entre o passado, o presente e o futuro do grupo, assegurando a sua continuidade no tempo e sua integridade no espaço.

Nas últimas décadas, tem crescido notavelmente a literatura sobre os chamados “patrimônios culturais” em diversas áreas, mas, especialmente, na área de antropologia.⁶ Muitos desses estudos têm assinalado, corretamente, as funções identitárias daqueles objetos materiais (ou mesmo de supostos bens “imate-

riais” ou “intangíveis”) na representação pública de identidades coletivas (nações, grupos étnicos, grupos religiosos, bairros, regiões). Aparentemente, menos ênfase vem sendo dada à natureza mesma dos objetos eleitos como patrimônio (sua forma, o material com que são produzidos, as técnicas de produção adotadas, seus usos sociais e rituais) para representar uma determinada “identidade” e “memória”. Em alguns estudos, a sugestão implícita ou explícita é de que a escolha desses objetos seria de natureza arbitrária, contingente, materializando o que seria emblemas de “tradições inventadas” (Hobsbawm e Ranger, 1992). As ações que levam a tais escolhas seriam conscientes e intencionais, visando propósitos ideológicos e políticos em contextos sociais marcados por conflitos de interesses e valores.

Se formos coerentes com a perspectiva que estamos explorando, teremos de efetivamente perguntar se afinal é assim arbitrário e contingente esse processo de escolha, e se, ao legitimarmos essa tese, não estaremos nos prendendo à lógica etnocêntrica da “razão prática” (Sahlins, 1976).

A tese da “invenção dos patrimônios” vem-se tornando uma verdadeira obsessão e penso se não seria tempo de explorarmos a sugestão segundo a qual mais importante que a “invenção das tradições” seria a “inventividade das tradições” (Sahlins, 1999). Ou, parafraseando a rica sugestão de Wagner (1981), se não seria oportuno considerarmos se não são afinal os “patrimônios culturais” que nos “inventam” (no sentido de que constituem nossa subjetividade), ao mesmo tempo que os construímos no tempo e no espaço. Em outras palavras, quando classificamos determinados conjuntos de objetos materiais como “patrimônios culturais”, esses objetos estão por sua vez a nos “inventar”, uma vez que eles materializam uma teia de categorias de pensamento por meio das quais nos percebemos indivi-

dual e coletivamente. Por esse prisma, a categoria “patrimônio cultural” assume uma dimensão universal e não seria apenas um fenômeno ocidental e moderno, pois, na verdade, ele se manifestaria de diversas formas em toda e qualquer sociedade humana.⁷

Nesse sentido, os processos sociais e culturais que levam à escolha desses objetos escapam, em grande parte, às nossas ações conscientes e propositais de natureza política e ideológica. Seria importante, para o entendimento de sua natureza, o trabalho de acompanhamento dos processos sociais e simbólicos de circulação,

deslocamento e de reclassificação que os elevam à condição de “patrimônios culturais”. É nesses processos de reclassificação que podemos surpreender a construção e os efeitos daquelas categorias fundamentais de objetos situados para além da condição de mercadorias ou dádivas: objetos que, retirados da circulação mercantil e da troca recíproca de presentes, acedem à condição de “bens inalienáveis”, e que circulam, paradoxalmente, para serem guardados e mantidos sob o controle de determinados grupos (e instituições), assegurando a estes sua continuidade no tempo e no espaço.

Notas

1. Para uma reflexão original e problematizadora da categoria “indivíduo” no contexto da sociedade e da cultura brasileiras, ver DaMatta (1980).
2. Para uma fonte notável de dados e interpretações estimulantes sobre objetos materiais (mobiliário, roupas, meios de transporte, comidas e bebidas), seus usos e significados na sociedade brasileira, são indispensáveis as obras de Gilberto Freyre (1981, 2000, 2004), e, especialmente, as de Câmara Cascudo (1957; 1983 [1959]; 1962 [1954]; 1983 [1963]; 1986 [1968]; 2001). Ver também, sobre Cascudo, Gonçalves (2000, 2004).
3. É interessante observar que essa discussão (sobre modos alternativos de representação etnográfica), que, para muitos, teria sido uma criação dos chamados “pós-modernos”, é, na verdade, um problema já assinalado por Geertz (1989, p. 30) no início dos anos de 1970: “a maior parte da etnografia é encontrada em livros e artigos, em vez de filmes, discos, exposições de museus etc. Mesmo neles há, certamente, fotografias, desenhos, diagramas, tabelas e assim por diante. Tem feito falta à antropologia uma autoconsciência sobre modos de representação (para não falar de experimentos com elas)”.
4. As coleções etnográficas são ainda usadas como “documentos materiais” para história de populações indígenas e para análises etnológicas (Van Velthen e Ribeiro, 1992).
5. Num texto publicado originalmente em 1954, Lévi-Strauss (1973, pp. 418-19) comenta o papel dos museus de antropologia na formação dos etnólogos: “o contato com os objetos, a humildade inculcada no museógrafo pelas pequeninas tarefas que estão na base de sua profissão – desencaixotamento, limpeza, manutenção –, o sentido agudo do concreto que desenvolve este trabalho de classificação, de identificação e de análise das peças de coleção; a comunicação com o meio indígena, que se estabelece indiretamente por intermédio de instrumentos que é preciso saber manejar para conhecer, que possuem, além disso, uma textura, uma forma, muitas vezes mesmo um odor, cuja apreensão sensível, mil e uma vezes repetida, cria uma familiaridade inconsciente com gêneros de vida e de

atividade longínquas; o respeito, enfim, pela diversidade das manifestações do gênero humano, que não poderia deixar de resultar de tantos e incessantes desafios para o gosto, a inteligência e o saber, a que os objetos aparentemente mais insignificantes submetem cada dia o museógrafo; tudo isto constitui uma experiência de uma riqueza e de uma densidade que não teríamos razão em subestimar”.

6. Para a já extensa produção bibliográfica sobre patrimônio cultural no Brasil, vale a pena consultar: Arantes (1984); Gouveia (1985); Abreu (1996); Abreu e Chagas (2003); Londres (1997, 2001); Gonçalves (1994, 2001 [1988], 2003a [1996], 2003b), Rubino (1991); Santos (1992); Lima Filho (2001); e Proença (2004). Para a discussão dessa categoria no contexto francês, especialmente do ponto de vista dos historiadores, ver Nora (1997).
7. Do ponto de vista das ideologias das modernas sociedades ocidentais, a categoria patrimônio tende a aparecer com delimitações muito precisas. É uma categoria individualizada, seja enquanto patrimônio econômico e financeiro, seja enquanto patrimônio cultural, seja enquanto patrimônio genético etc. Nesse sentido, suas qualificações acompanham as divisões estabelecidas pelas modernas categorias de pensamento: economia, cultura, natureza etc. Sabemos, no entanto, que essas divisões são construções históricas. Podemos pensar que elas são naturais, que fazem parte do mundo. Na verdade, resultam de processos de transformação histórica e continuam em mudança. A categoria patrimônio, tal como ela é usada na atualidade, nem sempre conheceu fronteiras tão bem delimitadas. Em contextos não modernos (e mesmo em contextos específicos das modernas sociedades ocidentais), ela tende a assumir formas totais, incorporando amplas dimensões cosmológicas e sociais, exigindo assim o seu entendimento como “fatos sociais totais” (Gonçalves, 2003b).

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Regina. (1996), *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro, Lapa/Rocco.
- ABREU, Regina & CHAGAS, Mario (orgs.). (2003), *Patrimônio e memória: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, DP&A/Faperj.
- ALEXANDER, Edward Potter. (1979), *Museums in motion: an introduction to the history and functions of museums*. Nashville, American Association for State and Local History.
- ALMEIDA, Kátia. (1998), “Por uma semântica profunda: arte, cultura e história no pensamento de Franz Boas”. *Mana*, 4 (2): 7-34.
- AMES, Michael M. (1992), *Cannibal tours and glass boxes: the anthropology of museums*. Vancouver, University of British Columbia Press.
- APPADURAI, Arjun. (1986), *The social life of things: commodities in cultural perspective*. Cambridge, England, Cambridge University Press.

- ARANTES, Antonio Augusto. (1984), *A produção do passado*. São Paulo, Brasiliense.
- BAUDRILLARD, Jean. (1989), *O sistema dos objetos*. São Paulo, Perspectiva.
- BOAS, Franz. (1955), *Primitive art*. New York, Dover Publications.
- _____. 1966 [1911], "Introduction to the handbook of American Indian languages", in J. W. Powell & F. Boas, *American indian languages*, Preston, University of Nebraska Press, pp. 1-79.
- _____. 2004 [1896], "As limitações do método comparativo na antropologia", in F. Boas, *Antropologia cultural*, Rio de Janeiro, Zahar, pp. 25-39.
- BOURDIEU, Pierre. (1979), *La distinction: critique sociale du jugement. Le sens commun*. Paris, Les Editions de Minuit.
- CÂMARA CASCUDO, Luis da. (1962 [1954]), *Dicionário do folclore do Brasil*. Rio de Janeiro, INL.
- _____. (1957), *Jangada: uma pesquisa etnográfica*. Rio de Janeiro, INL.
- _____. (1983 [1959]), *Rede de dormir: uma pesquisa etnográfica*. Rio de Janeiro, Funarte /INF, Achiamé, UFRN.
- _____. (1983 [1963]), *História da alimentação no Brasil*. 2 vols., São Paulo, Itatiaia.
- _____. (1986 [1968]), *Prelúdio à cachaça*. São Paulo, Itatiaia.
- _____. (2001), *Superstição no Brasil*. 4. ed. São Paulo, Global.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. (2001), "Cultura e saber do povo: uma perspectiva antropológica", in C. Londres (org.), *Patrimônio imaterial – Revista Tempo Brasileiro*, 147: 69-78, Rio de Janeiro.
- CHAPMAN, William Ryan. (1985), "Arranging ethnology: A. H. L. F. Pitt Rivers and the typological tradition", in G. W. Stockin Jr. (org.), *Objects and others: essays on museums and material culture*, Madison, University of Wisconsin Press, pp. 15-48.
- CLIFFORD, James. (1985), "Objects and selves: an afterword", in G. W. Stockin Jr. (org.), *Objects and others: essays on museums and material culture*, Madison, University of Wisconsin Press, pp. 236-46.
- _____. (1988), *The predicament of culture: twentieth century ethnography, literature, and art*. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- _____. (1994), "Colecionando arte e cultura". *Revista do Patrimônio*, 23: 69-89.
- _____. (1997), *Routes: travel and translation in the late twentieth century*. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- _____. (2002 [1998]), *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. 2. reimp. Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ. (Org. José Reginaldo Santos Gonçalves).
- CLIFFORD, James & MARCUS, George (orgs.). (1986), *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley, University of California Press.

- DAMATTA, Roberto. (1980), *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 5. ed. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara.
- DIAS, N. (1991a), *Le musée d'ethnographie du Trocadéro: 1878-1908. Anthropologie et muséologie en France*. Paris, Ed. du CNRS.
- _____. (1991b), "Musées", in P. Bonte & M. Izard, *Le dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie*. Paris, PUF.
- _____. (1994), "Looking at objects: memory, knowledge in nineteenth-century ethnography displays", in G. Robertson *et al.* (eds.), *Tales of displacement: narratives of home and displacement*, London, Routledge.
- DOLGIN, Janet *et al.* (eds.). (1977), *Symbolic anthropology: a reader in the study of symbols and meanings*. New York, Columbia University Press.
- DOUGLAS, Mary. (1975), *Implicit meanings: essays in anthropology*. London, Routledge.
- _____. (1982), "Goods as a system of communication", in _____, *In the active voice*, London, Routledge & Keagan Paul, pp. 16-33.
- DOUGLAS, Mary & ISHERWOOD, Baron. (2004), *O mundo dos bens: por uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ.
- DUMONT, Louis. (1985), *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro, Rocco.
- DURKHEIM, E. (2000), *As formas elementares da vida religiosa*. Martins Fontes, São Paulo.
- DURKHEIM, E. & MAUSS, M. (2001 [1903]), "Sobre algumas formas primitivas de classificação", in M. Mauss, *Ensaios de Sociologia*, São Paulo, Perspectiva, pp. 399-456.
- FORGE, Anthony (ed.). (1973), *Primitive art and society*. London, Oxford University Press.
- FREYRE, Gilberto. (1981), *Sobrados e mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- _____. (2000), *Assombrações do Recife velho*. Topbooks/UniverCidade Eds.
- _____. (2004), *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 49. ed. São Paulo, Global.
- GEERTZ, Clifford. (1989), *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, LTC.
- _____. (1998), "Arte como sistema cultural", in _____, *Saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*, Rio de Janeiro, Zahar, pp. 142-81.
- GELL, Alfred. (1992), "The technology of enchantment and the enchantment of technology", in Coote & Shelton (eds.), *Anthropology, art and aesthetics*, Oxford, Clarendon Press, pp. 40-63.
- GODELIER, Maurice. (2001), *O enigma do dom*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. (1994), “O templo e o fórum: reflexões sobre museus, antropologia e cultura”, in M. Chuva (org.), *A invenção do patrimônio*, Minc/Iphan.
- _____. (1999), “Coleções, museus e teorias antropológicas: reflexões sobre conhecimento etnográfico e visualidade”. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, 8: 21-34, Rio de Janeiro, Uerj.
- _____. (2000), “Cotidiano, corpo e experiência: reflexões sobre a etnografia de Luis da Câmara Cascudo”. *Revista do Patrimônio*, 28, pp. 74-81.
- _____. (2001 [1988]), “Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais.”, in P. Fry et al (orgs.), *Fazendo antropologia no Brasil*, Rio de Janeiro, DP&A/ Capes, pp. 15-33.
- _____. (2002), “Monumentalidade e cotidiano: o patrimônio cultural como gênero de discurso”, in L. L. Oliveira (org.), *Cidade: história e desafios*, Rio de Janeiro, CNPq/FGV, pp. 108-23.
- _____. (2003a [1996]), *A retórica da perda: discurso nacionalista e patrimônio cultural no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ.
- _____. (2003b), “O patrimônio como categoria de pensamento”, in R. Abreu & M Chagas (orgs.), *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*, Rio de Janeiro, DP&A/Faperj/Unirio, pp. 21-9.
- _____. (2004), “A fome e o paladar: a antropologia nativa de Luis da Câmara Cascudo”. *Revista Estudos Históricos – alimentação*, 33, FGV, Rio de Janeiro, pp. 40-55.
- _____. (2005), “Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios”. *Horizontes Antropológicos. Revista do PPGAS da UFRGS* (no prelo).
- GOUVEIA, Maria Alice. (1985), *Políticas de preservação do patrimônio. Três experiências em confronto: Inglaterra, Estados Unidos e França*. Rio de Janeiro, Funarte.
- GRABURN, Nelson H. H. (1975), *Ethnic and tourist arts: cultural expressions from the Fourth World*. Berkeley, University of California Press.
- GREGORY, C. A. (1982), *Gifts and commodities*. London, Academic Press.
- GREENFIELD, Jeanette. (1996), *The return of cultural treasures*. 2. ed. Cambridge, England, Cambridge University Press.
- GRIAULE, Marcel. (1938), *Masques dogon*. Paris, Institut d'Ethnologie.
- GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (1998), *Coleções e expedições vigiadas: os etnólogos no conselho de fiscalização das expedições artísticas e científicas no Brasil*. São Paulo, Hucitec / Anpocs.
- HAAS, Jonathan. (1996), “Power, objects and a voice for anthropology”. *Current Anthropology*, 17: 1-22.

- HAINARD, Jacques & KAEHR, Rolland (eds.). (1982), *Collections passion*. Neuchâtel, Musée d'Éthnographie.
- _____. (1985), *Temps perdu, temps retrouvé: voir les choses du passé au présent*. Neuchâtel, Musée d'Éthnographie.
- HANDLER, Richard. (1985), "On having a culture: nationalism and the preservation of the Quebec's Patrimoine", in G. W. Stocking Jr. (org.), *Objects and others: essays on museums and material culture*, Madison, University of Wisconsin Press, pp. 192-217.
- _____. (1986), "Authenticity". *Anthropology Today*, 2 (1): 2-4.
- _____. (1988), *Nationalism and the politics of culture in Quebec*. Madison, The University of Wisconsin Press.
- HANDLER, Richard & LINNEKIN, Jocelyn. (1984), "Tradition, genuine and spurious". *Journal of American Folklore*, 97 (385): 273-90.
- HARAWAY, Donna. (1989), "Teddy bear patriarchy: taxidermy in the garden of Eden, New York City, 1908-36", in _____, *Primate visions: gender, race, and nature in the world of modern science*, London, Routledge, pp. 26-58.
- HÉNAFF, Marcel. (2002), *Le prix de la vérité: le don, l'argent, la philosophie*. Paris, Editions du Seuil.
- HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (eds.). (1992), *The invention of tradition*. London, Cambridge University Press
- HOLLIER, Denis. (1993), "La valeur d'usage impossible", in _____, *Les dépossédés (Bataille, Caillois, Leiris, Malraux, Sartre)*, Paris, Les Editions de Minuit.
- JACKNIS, Ira. (1985), "Franz Boas and the exhibits: on the limitations of the museum method of anthropology", in G. W. Stocking Jr. (org.), *Objects and others: essays on museums and material culture*, Madison, University of Wisconsin Press, pp. 75-111.
- _____. (1996), "The ethnographic object and the object of ethnology in the early career of Franz Boas", in G. W. Stocking Jr. (ed.), *Volkgeist as method and ethic, history of anthropology*, vol. 8, Madison, The University of Wisconsin Press, pp. 185-214.
- _____. (2002), *The storage box of tradition: Kwakiutl art, anthropologists, and museums, 1881-1981*. Washington, Smithsonian Institution Press.
- JONES, Anna Laura. (1993), "Exploding canons: the anthropology of museums". *Current Anthropology*, 22: 201-20.
- JORDANOVA, L. (1989), "Objects of knowledge: a historical perspective on museums", in P. Vergo (ed.), *The new museology*, London, Reaktion Books.
- KARP, Ivan & LEVINE, Steven (eds.). (1991), *Exhibiting cultures: the poetics and politics of museum display*. Washington, D.C., Smithsonian Institution Press.

- KARP, Ivan *et al* (eds.). (1991), *Museums and communities: the politics of public culture*. Washington, D.C., Smithsonian Institution Press.
- KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara. (1991), "Objects of ethnography", in I. Karp & S. Lavine (eds.), *Exhibiting cultures. The poetics and politics of museum display*, Washington, D.C., Smithsonian Institution Press.
- _____. (1998), *Destination culture: tourism, museums, and heritage*. Berkeley, University of California Press.
- KOPYTOFF, Igor. (1986), "The cultural biography of things: commoditization as a process", in A. Appadurai (ed.), *The social life of things: commodities in cultural perspective*. Cambridge, England, Cambridge University Press.
- KURY, Lorelai & CAMENNIETZKI, Carlos Ziller. (1997), "Ordem e natureza: coleções e cultura científica na Europa Moderna". *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 29, pp. 57-86.
- LAGROU, Elsje. (2000), "Prefácio à edição brasileira", in Sally Price, *Arte primitiva em centros civilizados*, Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ, pp. 9-13.
- LATOURE, Bruno. (2002), *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*. São Paulo, Edusc.
- LEACH, Edmund. (1995 [1964]), *Sistemas políticos da alta Birmânia: um estudo da estrutura social kachin*. São Paulo, Edusp.
- LÉVI-STRAUSS, C. (1962), "La science du concret", in _____, *La pensée sauvage*, Paris, Plon, pp. 3-42.
- _____. (1973), "O desdobramento da representação nas artes da Ásia e da América". *Antropologia Estrutural*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, pp. 279-304.
- LIMA FILHO, Manoel Ferreira. (2001), *O desencanto do oeste*. Goiânia, Ed. da UCG.
- LONDRES, Cecília. (1997), *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/Minc/Iphan.
- _____. (2001), "Para além da 'pedra e cal': por uma concepção ampla de patrimônio", in C. Londres (org.), *Patrimônio imaterial – Revista Tempo Brasileiro*, 147: 185-204, Rio de Janeiro.
- MACCANNELL, D. (1976), "Staged authenticity", in _____, *The tourist: a new theory of the leisure class*, New York, Schocken Books, pp. 91-108.
- MALINOWSKI, Bronislaw. (1976 [1922]), *Os argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo, Ed. Abril (Col. Os Pensadores).
- MAUSS, Marcel. (1967 [1947]), *Manuel d'ethnographie*. Paris, Payot.
- _____. (2003 [1950]), "O ensaio sobre a dádiva", in _____, *Sociologia e antropologia*, São Paulo, Cosac&Naify.

- MILLER, Daniel. (1987), *Material culture and mass consumption*. London, Blackwell.
- _____. (1995), "Consumption and commodities". *Annual Review of Anthropology*, 24: 141-61.
- NORA, Pierre (ed.). (1997), *Science et conscience du patrimoine*. Paris, Fayard.
- OLIVER IMPEY, Arthur MacGregor. (2001), *The origin of museums. The cabinet of curiosities in sixteenth and seventeenth century Europe*. London, House of Stratus.
- PEARCE, Susan M. (1992), *Museums, objects, and collections: a cultural study*. Washington, D.C., Smithsonian Institution Press.
- POMIAN, Krzysztof. (1987), *Collectionneurs, amateurs et curieux / Paris, Venice: XVIè-XVIIIè siècle*. Paris, Gallimard.
- _____. (1991), "Collections et musées (note critique)". *Annales*, 6, 48 année, Paris, Armand Colin.
- _____. (1997a), "De l'histoire, partie de la mémoire, à la mémoire, objet d'histoire". *Revue de Métaphysique et de Morale*, 1, mars 1998, Paris, PUF.
- _____. (1997b), "Entre o visível e o invisível: teoria geral das coleções". *A Coleção, Enciclopédia Einaudi, 1. Memória-História*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- _____. (2003), *Des saintes reliques à l'art moderne: Venice, Chicago, XVIIIème-XXème siècles*. Paris, Gallimard.
- PRICE, Sally. (2000), *Arte primitiva em centros civilizados*. Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ.
- PROENÇA, Rogério Leite. (2004), "Lugares da política e consumo dos lugares", in _____, *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*, Campinas (SP), Ed. Unicamp.
- RUBINO, Silvana. (1991), *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP, Universidade Estadual de Campinas.
- SAHLINS, Marshall. (1976), *Culture and practical reason*. Chicago, The University of Chicago Press.
- _____. (1999), "Two or three things I that know about culture". *Journal of Anthropological Institute*, 5: 399-421.
- _____. (2004 [1976]), "La pensée bourgeoise: a sociedade ocidental como cultura", in _____, *Cultura na prática*, Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ, pp. 179-219.
- _____. (2004 [1996]), "A tristeza da doçura, ou a antropologia nativa da cosmologia ocidental", in _____, *Cultura na prática*. Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ, pp. 563-620.
- SANTOS, Marisa Veloso Motta. (1992), *O tecido do tempo: à idéia de patrimônio cultural no Brasil*. Tese de Doutorado. Brasília, DF, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.

- SANTOS, Myriam Sepulveda dos. (1988), *História, tempo e memória: um estudo sobre museus a partir da observação feita no Museu Imperial e no Museu Histórico Nacional*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, IUPERJ (mimeo).
- _____. (1992), "Objetos, história, memória: observação e análise de um museu brasileiro". *Dados*, 2: 217-38.
- _____. (2003), "Museums and memory: the enchanted modernity". *Journal for Cultural Research*, 7 (1): 25-44, England.
- _____. (2004), "Museus brasileiros e política cultural". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19 (55): 53-72.
- SAPIR, Edward. (1985 [1924]), "Culture, genuine and spurious", in D. G. Mandelbaum (ed.), *Selected writings in language, culture and personality*, Berkeley, University of California Press, pp. 308-31.
- _____. (1985 [1934]), "Symbolism", in _____, *Selected writings in language, culture and personality*, Berkeley, University of California Press, pp. 564-68.
- SCHLANGER, N. (1998), "The study of techniques as an ideological challenge: technology, nation, and humanity in the work of Marcel Mauss", in W. James & N. J. Allen (orgs.), *Marcel Mauss: a centenary tribute*, Berghahn Books, New York, Oxford, pp. 192-212.
- SCHWARCZ, Lílian. (1998), "O nascimento dos museus brasileiros: 1887-1910", in S. Miceli (org.), *História das ciências sociais no Brasil*, vol. 1, São Paulo, Idesp.
- SEEGER, Anthony. (1980), "O significado dos ornamentos corporais", in _____, *Os índios e nós*, Rio de Janeiro, Campus.
- SHERMAN, Daniel & ROGOFF, Irit (eds.). (1994), *Museum culture: histories, discourses, spectacles*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- STEWART, Susan. (1984), *On longing: narratives of the miniature, the gigantic, the souvenir, the collection*. Baltimore, London, The John Hopkins University Press.
- STOCKING Jr., George W. (ed.). (1968), *Race, culture and evolution: essays in the history of anthropology*. New York, The Free Press.
- _____. (1974), *The shaping of American anthropology, 1883-1911: a Franz Boas reader*. New York, Basic Books.
- _____. (1985a), "Essays on museums and material culture", in _____, *Objects and others: essays on museums and material culture*, Madison, University of Wisconsin Press, pp. 3-14.
- _____. (1985b), *Objects and others: essays on museums and material culture*. Madison, University of Wisconsin Press.
- _____. (1989), *Romantic motives: essays on anthropological sensibility*. Madison, The University of Wisconsin Press.

- _____. (2004), *Franz Boás: a formação da antropologia americana 1883-1911*. Rio de Janeiro, Contraponto/ Ed. da UFRJ.
- THOMAS, Nicholas. (1991), *Entangled objects: exchange, material culture, and colonialism in the Pacific*. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- TURNER, Victor W. (1967), "Betwixt and between: the liminal period in rites de passages", in _____, *The forest of symbols*, Ithaca, Cornell University Press, pp. 93-111.
- VAN VELTHEN, Lucia & RIBEIRO, Berta. (1992), "Coleções etnográficas: documentos materiais para a história indígena e a etnologia", in M. Carneiro da Cunha (org.), *História dos índios do Brasil*, São Paulo, Fapesp/SMC/Companhia das Letras, pp. 103-12.
- WAGNER, Roy. (1981), *The invention of cultures*. Chicago, The University of Chicago Press.
- WEINER, Annette. (1987), *The trobrianders of papua New Guinea*. Australia, Thompson/Wadsworth.
- _____. (1992), *Inalienable possessions: the paradox of keeping while giving*. Berkeley, University of California Press.
- WHORE, Benjamin Lee. (1984 [1956]), *Language, thought and reality*. Cambridge, Massachusetts, The M. I. T. Press.

Resumo

Antropologia dos Objetos: Coleções, Museus e Patrimônios

Os objetos materiais jamais estiveram ausentes da história da antropologia social ou cultural e, particularmente, da literatura etnográfica. No entanto, nem sempre os antropólogos estiveram voltados para o estudo dos objetos materiais enquanto tema específico de descrição e análise. Este ensaio focaliza as interpretações antropológicas produzidas sobre os objetos materiais, mostrando como estas interpretações expressam mudanças nos paradigmas teóricos da antropologia. O ensaio sugere que na medida em que os objetos estão em circulação constante na vida social, é necessário, para entendê-los, acompanhar descritiva e analiticamente o seu deslocamento e suas transformações (ou reclassificações) através dos diversos contextos sociais e simbólicos: sejam as trocas mercantis, sejam as trocas cerimoniais, sejam aqueles espaços institucionais e discursivos, tais como as coleções, os arquivos, os museus e os patrimônios culturais.

Palavra-chave: Patrimônios culturais; subjetividade; Autenticidade.

Résumé

Anthropologie des objets : collections, musées et patrimoines

Les objets matériels ont toujours été absents de l'histoire de l'anthropologie sociale ou culturelle et, particulièrement, de la littérature ethnographique. Toutefois, les anthropologues ne se sont pas toujours penchés sur l'étude des objets matériels en tant que thème spécifique de description et d'analyse. Cette étude est centrée sur les interprétations anthropologiques existantes à propos des objets matériels. Elle démontre de quelle façon ces interprétations indiquent des changements par rapport aux paradigmes théoriques de l'anthropologie. L'étude suggère que, dans la mesure où les objets sont en circulation constante dans la vie sociale, il est nécessaire, afin de pouvoir les appréhender, de suivre, de façon descriptive et analytique, leur déplacement et leur transformation (ou reclassement) dans les divers contextes sociaux et symboliques : soit par échanges commerciaux, soit par les échanges cérémoniels, soit par ces espaces institutionnels et discursifs, telles les collections, les archives, les musées et les patrimoines culturels.

Mots-clés: Patrimoines Culturels; Subjectivité; Authenticité.

Abstract

The Anthropology of Objects: Collections, Museums, and Heritage

Material objects have never been absent from the history of social or cultural anthropology and especially from the ethnographic literature. However, anthropologists have not always been interested in objects as a specific topic of description and analysis. In this essay I expose some anthropological interpretations of material objects and the way these interpretations express changes in the theoretical paradigms of anthropology. Once material objects are continuously circulating in social life, I suggest that in order to understand them it is necessary to describe and analyze their displacements and transformations (or re-classifications) through diverse social and symbolic contexts: from ceremonial and commodity exchanges to institutional and discursive spaces such as collections, archives, museums, and cultural heritages.

Keywords: Cultural Heritages; Subjectivity; Authenticity.

A Constituição dos Saberes sobre a Sexualidade em Diferentes Perspectivas de Análise

Fabiola Rohden

Introdução

O objetivo deste trabalho é apresentar criticamente a produção teórica originada nas décadas de 1980 e 1990 acerca da constituição dos saberes sobre sexualidade. Uma série de estudos importantes tem surgido com o intuito de demonstrar como a conformação de distintos ramos do pensamento científico, preocupados com a diferença, definida em termos de “sexo” ou de “raça”, por exemplo, são fundamentais para se compreender os grandes debates políticos da modernidade. A preeminência dada ao biológico, especialmente pela medicina, seja para tratar de “sexo”, ou mesmo de “raça”, tem sido a base de muitas discussões em torno da questão do igualitarismo. Estudar a constituição dos saberes sobre o sexo é, portanto, também uma forma bastante frutífera de se caminhar na direção de uma compreensão mais profunda a respeito da nossa sociedade.

Serão apresentadas inicialmente as principais linhas e influências que caracterizam os estudos que têm se dedicado ao tema. Em seguida, uma breve ilustração centrada nos exemplos da psicanálise, sexologia e ginecologia servirá para evidenciar o conteúdo das análises em questão. Por último, traz-se à tona o problema da elaboração da noção de diferença sexual. É em torno desta categoria que se podem perceber os grandes dilemas políticos e os desafios teóricos que a preocupação em torno do sexo revela.

Duas Perspectivas em Cena

Tem surgido, nas últimas décadas, uma produção mais significativa sobre sexualidade nas ciências humanas. Especialmente a antropologia e a história têm se dedicado mais assiduamente ao tema, focalizando, sobretudo, a configuração de um novo modelo de sexualidade e de uma nova noção de diferença sexual, constituídos a partir do final do século XVIII. O pano de fundo dessa produção são as grandes transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas após a Revolução Francesa. Embora compartilhem muitas características, uma análise mais cuidadosa desses trabalhos torna evidente variações importantes, as quais devem ser consideradas. Para efeito de contraste analítico, identifiquei duas linhas principais, que têm tratado de investigar os temas do gênero e da sexualidade, com destaque para o período que vai das grandes transformações (ou pelo menos da revolução de idéias) ocorridas no final do século XVIII até a passagem do século XIX para o século XX.

A primeira é de trabalhos, em sua maioria produzidos na década de 1980, predominantemente por historiadores franceses, que mostram, por meio dos mais diferentes enfoques, a maneira como que se davam as relações de gênero. Descrevem valores e atitudes relacionados à sexualidade ou, mais freqüentemente, narram diferentes aspectos

da “história das mulheres”, como é o caso de Laget (1982), Knibiehler e Fouquet (1983), Gélis (1984), Thébaud (1986) e Fäy-Salloy (1997). Laget (1982) apresenta uma extensa discussão em torno do nascimento e do parto, principalmente nos séculos XVII e XVIII na França. Gélis (1984) também estuda o nascimento no ocidente moderno entre os séculos XVI e XIX, considerados por ele os quatro séculos decisivos para a história das mentalidades. Thébaud (1986) trata de um período bem mais circunscrito e recente, problematizando o tema da valorização da maternidade na França no entreguerras. E o estudo de Fäy-Salloy (1997) mostra como a indústria das amas-de-leite foi alvo de um ataque severo por parte dos médicos na Paris do século XIX.

O livro pioneiro de Knibiehler e Fouquet (1983) é exemplo paradigmático dessa linha de trabalhos. As autoras partem da evidência de que, independente da época ou local, a medicina raramente se preocupou em definir o ser feminino. Nem todas as sociedades trataram com a mesma importância e significação o corpo, especialmente o corpo feminino. E nem sempre o progresso do conhecimento assegurou o surgimento de explicações sobre ele. Mais do que isso, era necessário construir interpretações mais amplas, que fossem passíveis de aceitação em determinados momentos históricos. Para Knibiehler e Fouquet, “o condicionamento do destino feminino pelos médicos” é um fenômeno de longa duração e que tem como principal passagem a transição entre uma definição religiosa e uma definição médica da mulher, entre o estereótipo da pecadora e o da reprodutora. Embora, durante muito tempo, os médicos tenham ficado distantes das “partes vergonhosas” e do parto, à medida que ampliavam a sua missão de defesa da vida, foram sendo levados a ver no corpo feminino a

peça central da reprodução humana, e é assim que a mulher torna-se digna de seus cuidados. Mais do que a Igreja, foi a medicina, caucionada pela ciência, que promoveu a “redução” da mulher à maternidade (Knibiehler e Fouquet, 1983, pp. 8-10).

Essa história de longa duração é iniciada com as revelações dos papiros egípcios de Kahun (em torno de 1900 a.C.) e de Ebers (1550 a.C.) para chegar até o século XX. São destacados marcos importantes da ciência e da medicina ocidental, como Hipócrates, Platão, Soranus de Éfeso, Galeno. A Idade Média e o enfraquecimento da medicina laica são objeto da seqüência da análise, que passa pelos “avanços” importantes do século XVI e pelo impulso tomado pela medicina ligada à mulher na passagem do século XIX para o XX. Para as autoras, o desenvolvimento da medicina nos últimos séculos está ligado a um longo processo de valorização da família e do casamento já iniciado no século XIV e que tem como consequência o retraimento de disposições que permitiriam alguma possibilidade de autonomia, como o direito de exercer uma profissão, assinar contratos, gerir seus próprios bens. A mulher cada vez mais é encerrada no domínio do casamento e da família, pensamento este para o qual contribui a medicina, na medida em que corrobora o pudor e a obediência como valores femininos por excelência (Knibiehler e Fouquet, 1983, pp. 79-80).

Nessa análise, o foco central é a mulher, ou mesmo a “condição feminina” diante do “poder médico”. Assim como em outros trabalhos dessa corrente, as preocupações giram em torno de dar visibilidade a práticas, atitudes e valores da vida privada, do universo cotidiano e da relação com os saberes e poderes institucionalizados até então desconsiderados. A sexualidade e principalmente os saberes produzidos à sua volta passam a fazer parte dessas investi-

gações ainda prioritariamente em função da referência à reprodução. Apesar dessa produção ter contribuído para dar legitimidade científica ao tema e ter descortinado um conjunto de informações muito significativas, não se avançou muito na direção de ver a sexualidade como um foco central para o estudo das sociedades, ou seja, como uma categoria analítica importante.¹

A segunda linha de trabalhos aqui considerada se refere a um conjunto de obras, produzidas em sua maioria por pesquisadores de origem anglo-saxã, com formações as mais variadas, publicadas principalmente a partir da década de 1990, e que discutem a natureza das relações de gênero e mesmo o tema da essência ou construção do sexo e do gênero, ao lidar com objetos históricos mais específicos.

Destaca-se o trabalho de Laqueur (1992), que tem se tornado um autor fundamental no campo porque discute diretamente a nova ênfase na diferença sexual. Segundo ele, até o final do século XVIII, o que preponderava era o modelo, herdado dos gregos, da existência de apenas um sexo. Segundo as pistas de Galeno, pensava-se que homens e mulheres tinham origem em um tipo único de embrião que, dependendo da quantidade de calor e nutrição recebidos durante a gestação, se transformava num homem (e aí havia a externalização dos órgãos sexuais) ou numa mulher (os órgãos sexuais permaneciam internos). O fundamental é que se tratava de uma diferença de grau, de uma hierarquia entre os gêneros. Mas, a partir do final do século XVIII, nota-se a ocorrência de um outro modelo, que enfatizava a diferença radical entre os sexos, pela sua própria natureza. A partir daí, não se está mais no plano de uma diferença em termos de grau, mas da qualidade constitutiva da matéria, da biologia que vai embasar o novo dimorfismo sexual.

Segundo Laqueur (1992), as raízes dessas mudanças são muitas, destacando-se, porém, uma de cunho epistemológico (o rompimento com a grande cadeia do ser e seu princípio hierarquizante), com a observação dos “fatos” determinantes da biologia. Outra raiz importante são as mudanças políticas advindas com a Revolução Francesa que, pelo menos em termos de ideologia, rompiam com as antigas hierarquias transcendentais. No plano concreto, a sociedade produziu formas de assimilar essas mudanças, que caminharam em uma direção distinta da orientação igualitária original, ou seja, as novas fontes serviram para legitimar as hierarquias sociais a partir dos supostos dados da natureza. Os saberes médicos teriam fornecido as bases para se reconstituir as diferenças entre os sexos e mesmo entre as “raças”.

Na mesma linha de Laqueur, Schiebinger (1987), ao estudar a descoberta das especificidades do esqueleto feminino, dá um exemplo bastante interessante de como a anatomia é moldada por circunstâncias sociais. É no contexto da tentativa de redefinição da posição da mulher na sociedade europeia do século XVIII que surgem as primeiras representações do esqueleto feminino, provando que os interesses da ciência não são arbitrários, uma vez que focam partes do corpo politicamente significantes. É o caso da afirmação de que a mulher tem um crânio menor, consequentemente menos capacidade intelectual e, portanto, menos condições de participar dos domínios do governo, comércio, educação, ciência. Ou, então, da constatação de que ela tem a pelve maior, o que prova que é naturalmente destinada à maternidade. Durante os séculos XVIII e XIX, a ciência cada vez mais evidenciaria que a natureza humana não é uniforme, mas se diferencia de acordo com idade, raça e sexo.² Assim como Laqueur, Schiebinger conclui que não

é apenas uma questão de desenvolvimento científico, pois a anatomia já dissecava corpos de mulheres, e mesmo assim as diferenças não eram salientadas. Os anatomistas explicavam as diferenças que percebiam como meramente externas, sem grande importância, porque não chegavam às estruturas mais profundas.

Moscucci (1996) considera essas questões especificamente em relação ao surgimento da ginecologia na Inglaterra, no século XIX. A autora sustenta que a constituição desse ramo da medicina está atrelada à crença de que o sexo e a reprodução são mais fundamentais para a natureza da mulher do que do homem. A passagem pela puberdade, gravidez, menopausa afetaria a mulher de tal maneira que não há equivalentes no caso masculino. E é a partir dos papéis diferenciados na reprodução que se prescrevem papéis sociais muito distintos para homens e mulheres. Os primeiros, mais apropriados para as atividades no mundo público, do trabalho, polícia e comércio, enquanto as segundas prestam-se às atividades na esfera privada da família, como mães e esposas.³

Russett (1995) também trata, de modo semelhante aos autores precedentes, daquilo que os homens das ciências e das letras convencionaram chamar a "questão da mulher" no mundo anglo-americano do século XIX. A diferença é que essa autora tenta se aprofundar nas hipóteses sobre que fatores teriam contribuído para a criação de uma ciência das naturezas feminina e masculina e das diferenças entre homens e mulheres. Uma série de desenvolvimentos científicos e sociais teria convergido para a possibilidade e a urgência dessa ciência, a começar pelas mudanças no papel das mulheres que vinham ocorrendo especialmente na segunda metade do século. Ao mesmo tempo, o estudo científico sobre a humanidade, incluindo as divisões de classe, nação e raça, tomava

impulso. A biologia passava por grandes transformações, com destaque para a teoria evolucionista que iria impregnar também outras disciplinas. Elaboravam-se diversas formas de classificação dos indivíduos, enfatizando a diferenciação e a hierarquia. Dentre essas formas, o sexo e o gênero se constituíam em dois dos grandes temas de interesse da época, pois evidenciavam a relação do ser humano com a natureza. Os cientistas, preocupados com esses assuntos, também eram motivados pelos movimentos de reivindicação de direitos tanto dos negros como das mulheres. Grandes mudanças estavam ocorrendo no universo feminino: as mulheres mais pobres tendo de trabalhar nas fábricas e as mais ricas querendo sair da reclusão do lar. Com isso, os meios contraceptivos começavam a se fazer mais presentes; e alguns grupos feministas promoviam campanhas pelo voto, educação e trabalho femininos.⁴ Na opinião da autora, as alterações nas funções ocupadas pelas mulheres passaram a ameaçar a ordem social estabelecida, tanto na vida doméstica como cotidiana. Os cientistas teriam respondido a isso com um detalhado exame das diferenças entre homens e mulheres que justificariam seus distintos papéis sociais tradicionais (Russett 1995, pp. 1-10).⁵

Jordanova (1989) enfatiza como a associação entre mulher e natureza tem sido historicamente persistente e pervasiva. Isso porque natureza, cultura e gênero têm servido para expressar o desejo por clareza em áreas instáveis e problemáticas. Daí a importância de dicotomias ou de características oposicionais como formas fundamentais de a cultura organizar o mundo. Essas dicotomias, não apenas homem-mulher ou natureza-cultura, mas também cidadania, matéria-espírito, corpo-mente, público-privado, dentre outras, têm uma história particular, relacionam-se entre si e se trans-

formam com o passar do tempo, demonstrando que não se trata de simples hierarquias lineares ou estáticas. Frequentemente, o que provoca maior interesse, especialmente na ciência, é a possibilidade de os limites tornarem-se vagos ou fluidos (Jordanova, 1989, pp. 19-37).

Kent (1990) chama a atenção para como a associação da mulher com a natureza e do homem com a cultura, presente no discurso científico da época, implica uma relação de desvalorização da primeira. Os homens representariam aquilo que é produto da consciência e ação humanas, como sistemas de pensamento e tecnologias, que agiriam e tentariam controlar a natureza, representada pelas mulheres. Considerando que a tarefa da cultura é superar a natureza, só haveria lugar para a subordinação feminina. Essa distinção também está fundamentada na idéia de que a mulher está mais diretamente envolvida com a vida da espécie, com a reprodução, em contraste com a fisiologia do homem, que o deixa mais livre para que possa se dedicar aos empreendimentos da cultura. Para os médicos do século XIX, havia uma constante preocupação com a manutenção de limites claros entre essas duas arenas, colocada a partir da possibilidade de entrada da mulher no mundo intelectual, do trabalho e da política, que implicaria a sua masculinização. A esfera do trabalho era vista como particularmente importante. Por isso, as mulheres que abdicavam do papel de mãe e esposa em prol de uma profissão teriam sido tão estudadas pelos médicos e muitas vezes definidas como doentes. Em suma, as grandes mudanças na ordem social, política e econômica do século XIX faziam dessas distinções – mulher-natureza e homem-cultura – argumento de grande relevância para o discurso científico (Kent, 1990, pp. 24-59).

Matus (1995) aprofunda essa discussão, problematizando o uso da categoria nature-

za pela ciência e sua relação com o gênero. A autora lembra que os textos que prescreviam relações sociais baseadas nas diferenças recorriam a fundamentos científicos que, por sua vez, dependiam de algumas suposições sobre gênero. Privilegiando esse cruzamento, torna-se possível questionar o argumento de que o sexo biológico é a base sobre a qual se assenta a estrutura de gênero. Os estudos feministas têm enfatizado a diferença entre sexo (diferença anatômica) e gênero (a organização social da diferença culturalmente variável), uma distinção que permitiria mostrar como os comportamentos são socialmente construídos e mutáveis. Mais recentemente, alguns autores, como Judith Butler, têm argumentado que o sexo é também uma construção cultural. Nesse caso, a distinção entre sexo e gênero estaria comprometida. Qualquer discussão que tome algum desses termos como pré-discursivo ou trans-histórico seria problemática. Matus parte desse debate para mostrar que a distinção entre sexo e gênero nos ajuda a perceber como a diferença entre natureza e cultura é sempre decorrente da cultura. Para os vitorianos, a categoria natureza era objeto de considerável disputa cultural. E a luta para manipular as distinções entre natureza e cultura era parte fundamental do discurso sobre a sexualidade. Os cientistas vitorianos citavam as diferenças sexuais como base para as relações sociais, assim como investiam na representação daquelas diferenças como naturais (Matus, 1995, pp. 1-8). A autora também argumenta que, apesar de a diferença sexual ser entendida como natural ou condição biológica pré-dada, ela é, ao mesmo tempo, concebida como instável e precária, adquirida na puberdade mais do que manifestada no nascimento. A idéia de transitividade sexual permitiria reivindicar maior atenção ao que as condições sociais poderiam fazer com as provisões que a natureza fornecera (Matus, 1995, pp. 10-5).

A Produção Centrada na Sexualidade e suas Influências

De modo geral, uma característica comum a esses trabalhos é a percepção de que o gênero se constitui em categoria fundamental para o entendimento de qualquer sociedade e para a compreensão de uma sociedade como um todo. Ao se falar de sexo e gênero, está se falando da lógica de funcionamento de dada sociedade, independente do evento ou faceta enfocada. Ou seja, é também por meio do estudo da sexualidade que se pode entender uma sociedade. Nesses textos, a principal questão colocada se refere à própria natureza dos processos que deram origem à construção da sexualidade, tal como é entendida no mundo ocidental moderno. Nesse sentido, as concepções sobre sexualidade, presentes nos saberes científicos, são chaves para o acesso a um conjunto mais amplo de idéias do pensamento ocidental, notadamente as oposições entre natureza e cultura, sexo e gênero, masculino e feminino.

Essa abordagem mais recente, que em muito se inspirou nos trabalhos produzidos pelos historiadores durante a década de 1980, tem algumas influências marcantes. A primeira delas é a obra de Michel Foucault (1988, 1994), que teve grande impacto nesse campo, não somente por ter redirecionado os estudos sobre sexualidade, mas também por ter inaugurado uma nova maneira de lidar com a história. Dentre os pontos comuns que se remetem a Foucault estão a necessidade de perceber a construção social das idéias e práticas em torno do sexo e a consideração dos eventos como processos a partir de suas múltiplas e infinitas causas.⁶

A segunda influência significativa desse campo é a chamada crítica feminista da ciência, que tem levado a um aprofundamento das discussões epistemológicas. Essas discus-

sões se traduzem não só no debate em torno da possibilidade de se fazer uma ciência menos marcada por uma determinada hierarquia de gênero (o que faz com que se discuta a própria natureza da produção atual) como também em uma abordagem que problematiza mais acentuadamente o estudo dos registros históricos ou, particularmente, a história da ciência – campo privilegiado dos estudos de gênero nos últimos anos.⁷ Ao ter que historicizar as características de gênero nas ciências, a crítica feminista pôs em evidência a relação entre as representações sociais em torno da sexualidade e os novos desenvolvimentos científicos nos últimos séculos – o que tem contribuído para as investigações dos saberes sobre a sexualidade.

A terceira influência ou marca desse conjunto de trabalhos é a relevância que dão à perspectiva antropológica. Algumas idéias ilustram essa escolha, como a noção de “fato social total” e a idéia de que a sexualidade não pode ser entendida como um domínio autônomo, mas como parte de um “todo” social mais amplo. É somente através da consideração da totalidade dos fenômenos sociais, em suas múltiplas dimensões e de sua inserção em contextos e em totalidades mais amplas, que se pode chegar a um entendimento mais profundo da sociedade (Mauss, 1974). Uma segunda idéia que aparece é a de que a sexualidade é uma categoria “nativa” do mundo ocidental moderno, que, nesse sentido, precisa ser estudada. O fundamental aqui é perceber como se deu o processo que levou à sua elaboração e também o que ela representa enquanto uma categoria importante para essa sociedade. É desnecessário dizer que a comparação antropológica é imprescindível para a desnaturalização desse tipo de categoria. Uma outra idéia que permeia alguns textos se refere ao fato de que a sexualidade só pode ser entendida se relacionada a noções mais amplas –

como a dicotomia “natureza-cultura” – e ao contexto de representações em torno do sexo e do que é suposto sobre ele. Aqui também a visão antropológica que procura discutir a própria validade supostamente universal da oposição natureza-cultura tem trazido contribuições significativas.

Estudos como os de Jordanova (1989), Laqueur (1992) ou Matus (1995), para citar apenas alguns, têm como pano de fundo, para analisar a história da ciência, da medicina ou da literatura, a forma com que a sociedade que estudam lida com a elaboração da dicotomia natureza-cultura. Saber de que maneira, o quê e por quem é definido o que é da ordem da natureza ou da ordem da cultura é fundamental para se discutir como se constrói a relação entre sexo e gênero. No caso de Laqueur, a hipótese de que também o sexo é uma construção que tem um determinado percurso histórico na sociedade ocidental é, certamente, bastante eficaz ao produzir novas indagações não somente restritas ao plano da construção do gênero.⁸ Esse exemplo mostra que estamos muito longe de um tipo de história mais tradicional. O objetivo não se limita a produzir um conhecimento sobre como as coisas eram em um determinado momento e lugar, mas sim trazer subsídios para se pensar na “manipulação” que cada sociedade faz de determinadas categorias centrais para sua organização.

A junção de diferentes influências tem tornado o campo de estudos em torno dos saberes sobre sexualidade cada vez mais interdisciplinar, marca de suas principais contribuições. Pode-se afirmar que esses trabalhos, centrados no estudo histórico do par sexo-gênero, têm se caracterizado por flexibilizar os recortes dos temas e objetos, por promover uma preeminência da relacionabilidade e por buscar a totalidade do entendimento, além de realizarem uma crítica mais radical das fontes.

Uma História dos Saberes

Há consenso, nas principais referências, de que a história da sexualidade é, na verdade, a história dos discursos sobre a sexualidade, conforme já havia apontado Foucault. Desses discursos, fazem parte os vários saberes científicos que tornaram o sexo objeto de estudo e reflexão.

Até o século XIX, como aponta Weeks (1999), a sexualidade estava restrita aos domínios da moral e da religião. Contudo, no decorrer desse século, ela passa a chamar a atenção de uma série de estudiosos, principalmente da área médica. Com isso, no começo do século XX, já estavam de alguma forma mais consolidados três saberes fundamentais e bem ilustrativos dos interesses das ciências pelo sexo: a psicanálise, a sexologia e a ginecologia.

Quanto à psicanálise, Freud vai ser um marco nesse campo, uma vez que foi por meio de sua obra que a sexualidade passou cada vez mais a ser vista como um domínio legítimo, tanto do ponto de vista dos estudos em si como pelo fato de considerar o indivíduo e suas funções. É com a psicanálise que a sexualidade ganha o estatuto de domínio fundamental para a saúde individual. Surge a preocupação em procurar entender a sexualidade e “gerenciá-la” no sentido de sua melhor realização. Uma significativa contribuição dos estudos do psiquismo humano foi a introdução da sexualidade no plano do simbólico via o referencial mental ou psicológico do indivíduo. Essa nova abordagem já distanciava a sexualidade do plano exclusivamente biológico.

Não se pode deixar de lembrar que a psicanálise também colaborou para definir os parâmetros do que seria considerado “normal” e “anormal” em termos de sexualidade, como sugeriu Foucault (1988). Nesse último ponto, a psicanálise não deixa

de se aproximar da ginecologia, como veremos mais tarde, e da sexologia. Certamente, esses três saberes variaram muito no decorrer do tempo e, mesmo internamente, dependendo dos autores ou correntes consideradas. Mas, enquanto um nódulo inicial e central, a perspectiva vinculada à “normalização” da sexualidade foi fundamental.

Na sexologia, isso ocorreu com a institucionalização da heterossexualidade e da homossexualidade a partir das últimas décadas do século XIX. Embora a primeira utilização do termo homossexual, pelo escritor austro-húngaro Karl Kertbeny em 1869, não tivesse esse direcionamento, a palavra passou a ser usada para definir os “anormais” em termos de sexualidade. Desde a década de 1870, autores como Krafft-Ebing, Havelock Ellis e Magnus Hirschfeld, com ênfases e teorias variadas, ajudaram a construir os primórdios da sexologia, tendo como central a questão da “normalidade/anormalidade” (Weeks, 1999).

Diante de um clima social mais geral, em que casos públicos, escândalos e processos envolvendo os ditos homossexuais vinham à tona, um novo campo de estudos se impôs. Porém, como bem demonstrou Weeks (1999), a nova percepção em torno de uma pessoa homossexual (e não simplesmente a consideração das práticas ditas homossexuais) teve também efeitos inesperados, como maior visibilidade dos homossexuais, uma potencial discriminação de seu comportamento, a configuração de uma nova identidade e novas possibilidades de organização política.

No século XX, a sexologia prossegue em diferentes direções em busca do entendimento da sexualidade. Não se pode deixar de citar a busca pelos hormônios da diferença sexual que ganha fôlego nas décadas de 1920 e 1930. Ou, então, o grande espaço que a “quantificação” dos comportamentos

sexuais passa a merecer a partir de meados do século, com a publicação das pesquisas do casal Kinsey, nos Estados Unidos.

Histórica ou tradicionalmente, os estudos costumam enfatizar, na história da sexologia, a centralidade da preocupação com a “perversão” e especialmente com a homossexualidade masculina. Quanto às mulheres, estas também eram observadas, aparentemente de forma secundária. E, no caso delas, menos do que a homossexualidade, o foco era o “excesso sexual”, o desejo exagerado, que podia levar a distintas formas de adoecimento e principalmente à loucura.

Nesse campo, no qual as mulheres eram mais visadas, os sexologistas disputavam com outros estudiosos, como os “alienistas” (que focalizavam os distúrbios da sexualidade feminina no “mental”), os neurologistas (que buscavam as razões das doenças no sistema nervoso), e os ginecologistas (que se dedicavam ao funcionamento dos órgãos reprodutivos).

Sem dúvida, é possível dizer que estes últimos conseguiram ir mais longe nas pretensões de entendimento e administração da sexualidade feminina, talvez porque contassem com um recurso radical e supostamente definitivo: a cirurgia. A ginecologia surge no começo do século XIX como um ramo eminentemente cirúrgico da medicina, destinada a extrair os grandes males do corpo feminino (Moscucci, 1996). Quando, finalmente, ela ascende ao estatuto de especialidade reconhecida e prestigiada, nas últimas décadas desse século, não foi meramente pelos seus avanços na cirurgia. Mais do que o estudo do funcionamento dos órgãos genitais ou reprodutivos da mulher e do tratamento de suas doenças, a ginecologia se tornou uma verdadeira ciência da diferença sexual (Rohden, 2001).

Era comum nos dicionários médicos ou enciclopédias do período, e mesmo posterior-

mente, a ginecologia ser definida como a ciência ou estudo da mulher, sem maiores explicações. Parecia natural que a mulher, o “eterno outro”, ou “o sexo”, como costumava ser definida, necessitasse de uma ciência específica que desse conta de entendê-la. Poderia se supor que não houvesse nada de interessante nisso se também houvesse uma ciência do homem. Mas nada comparável havia. A andrologia, por exemplo, só se desenvolve no século XX e, mesmo assim, nunca adquiriu o estatuto da ginecologia. A medicina tratava e estudava o homem, mas não por sua “especificidade sexual”. Mesmo com a grande atenção que é dada às doenças venéreas, originando um campo de estudos chamado sifilografia,⁹ está-se tratando de males que vêm de fora, externos à natureza do homem, que não fazem parte de sua constituição.

É também perceptível esse tratamento diferenciado na produção médica brasileira. Por exemplo, do total de teses produzidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, desde o seu início até 1940, 22% delas, cerca de 1.600 títulos, apresentam temas relacionados a sexualidade e reprodução. O mais curioso, contudo, é que apenas 56 delas se referem a doenças no aparelho reprodutor masculino; além de aproximadamente uma centena de outras com foco nas doenças venéreas. Nada comparável ao grande e persistente interesse no corpo feminino (Rohden, 2001).

Ao se analisar o conteúdo desses trabalhos, nota-se neles uma grande necessidade de enfatizar a diferença entre os sexos, expressa, sobretudo, na associação entre mulher e reprodução. A capacidade procriadora da mulher a diferencia profundamente, e em todos os seus aspectos (físico-anatômico, mental ou psíquico, moral, temperamental), do homem. A reprodução é considerada sua principal e mesmo única função na sociedade. Por isso, todas as perturbações

relacionadas a essa função são vistas como potencialmente perturbadoras da própria ordem social e por isso são tão visadas. É importante dizer que essas perturbações abrangem fenômenos de ordem bastante singular, como o “excesso sexual”, o uso de métodos de controle de natalidade, a masturbação etc. Categorias como a da mulher histérica ou da ninfomaníaca são descritas pelos ginecologistas por meio dessa conexão entre desordens nos órgãos genitais, loucura e sexualidade anormal.¹⁰

Esse quadro geral também aparece em outros contextos, como ilustram trabalhos sobre a Europa e os Estados Unidos. A grande questão que se coloca é a razão dessa grande ênfase da medicina na sexualidade e, mais especificamente, na delimitação das diferenças entre os sexos.

A Problemática Diferença entre os Sexos

Vários autores têm insistido que o período que vai do fim do século XVIII até a passagem para o século XX é palco de profundas alterações no que se refere à sexualidade. Para Foucault (1988), essas mudanças são concomitantes à transformação da “sociedade de vigilância ou controle” para a “sociedade disciplinar”, na qual a regularização dos corpos individuais se junta ao controle do comportamento das populações, ao mesmo tempo que há o desenvolvimento de uma nova atenção e percepção do indivíduo sobre si mesmo, gerando um novo interesse pela sexualidade. Nesse quadro em que o “dispositivo da aliança” deu lugar ao novo “dispositivo da sexualidade”, algumas figuras passaram a ser cada vez mais visadas, enquanto representativas dos novos perigos que se queria evitar: a mulher histérica, a criança que se masturbava, o casal que usava métodos para

controlar artificialmente sua fecundidade, e o perverso, sobretudo o homossexual.

O trabalho de Laqueur (1992) tem sido reconhecido como um passo importante no escrutínio do processo que levou à conformação do que na modernidade considera-se como a diferença fundamental entre os sexos. Sem dúvida, os dados recolhidos na ciência médica evidenciam certa obsessão pela distinção entre homens e mulheres e mostram como essa distinção é inscrita no domínio da biologia. Contudo, vale ressaltar que, apesar de evidente na biologia ou dada na natureza, a diferença sexual era também concebida com instável e perigosa e, por isso, merecia atenção e vigilância constantes. Algumas pistas, como o vocabulário utilizado pelos médicos, uma suposta semelhança física e mental entre homens e mulheres na infância e, sobretudo, o medo de que “ambientes civilizados e modernos” pudessem destruir a natureza precisam ser considerados, pois dão a entender que o grande problema, para esses estudiosos, era o perigo de que as fronteiras entre os sexos fossem borradas, o que era ilustrado pela adoção de um comportamento sexual considerado inadequado, como a manifestação do desejo sexual pelo mesmo sexo.

A investigação sobre os saberes em torno da sexualidade tem enfatizado, mais recentemente, essa instabilidade das categorias relativas ao sexo, e não somente ao gênero, e posto em relevo a constatação de que até mesmo a concepção de natureza em jogo é problemática. É exatamente por isso que esses antigos saberes tanto se esforçaram por traçar os limites da diferença (Matus, 1995; Rohden, 2001, 2003b).

Conclusão

Como foi possível perceber, a partir da década de 1980, se conforma um fértil

campo de estudos em torno da sexualidade. A congregação de uma série de influências distintas e o avanço na adoção de perspectivas mais interdisciplinares caracterizam essa produção, que se centra na definição da sexualidade no mundo moderno. Saberes científicos, como a psicanálise, a sexologia e a ginecologia, têm sido investigados como catalisadores das novas apreensões em torno do sexo, que passam a ter lugar nos séculos XIX e XX. A característica mais marcante, apontada pelos estudos recentes, certamente diz respeito à forte ênfase desses saberes na diferenciação entre os sexos.

Sem dúvida, essa produção impõe um grande desafio analítico para as ciências sociais. Trata-se de compreender as razões e as implicações de uma preocupação generalizada, localizada mais precisamente em um determinado contexto histórico, com a determinação da diferença. O que os estudos focados na sexualidade têm mostrado é que, mais do que se referirem a um tema marginal, restrito à vida privada, aos segredos individuais, revelam algo sobre a própria natureza da sociedade em questão. A verdadeira obsessão com a firme delimitação das fronteiras entre os sexos aponta para uma preocupação mais geral com a regulação dos comportamentos por meio do uso de categorias tidas como naturais, reveladas nos fatos da natureza. Ainda hoje, a cada momento, surgem novas tentativas de reordenação e reclassificação das diferenças, não apenas entre os sexos, baseadas em sofisticadas descobertas científicas. A grande tarefa talvez seja, na esteira dos estudos que têm relativizado e historicizado as concepções tradicionais em torno da sexualidade, problematizar esses novos saberes emergentes, revelando as dimensões políticas em jogo.

Notas

- 1 Aqui está em cena o debate em torno da chamada “história das mulheres” ou de uma história que assuma radicalmente a perspectiva relacional implicada nos estudos de gênero. Ver Scott (1988), Perrot (1988, 1989, 1995), Tilly (1994), Varikas (1994) e Dias (1994).
- 2 Diferenças sexuais mais explícitas, como o tamanho da genitália, também eram usadas para comparação. Analisando a iconografia da sexualidade feminina na arte, medicina e literatura no final do século XIX, Gilman (1985) demonstra como a sexualidade dos negros, e especialmente das mulheres, era percebida como desviante. Comprovariam-se as diferenças raciais por um lado, e a inferioridade feminina por outro.
- 3 Ao estudar a literatura médica da Renascença, Berriot-Salvadore (1993, pp. 1-3) também aponta a presença de um modelo de representação da mulher como destinada aos papéis de mãe e esposa a partir de uma ordem inscrita na natureza. Embora a ginecologia vá sistematizar esse modelo de uma forma jamais vista, pode-se dizer que as bases para um pensamento médico, que assenta a hierarquia social dos sexos em uma lei biológica, já estavam dadas. Sobre a definição da sexualidade feminina a partir da natureza, no século XVIII, ver também Steinbrügge (1995).
- 4 Para um panorama geral dos movimentos feministas no século XIX, ver Käppeli (1993).
- 5 Gay (1984) situa esse movimento de “reação” contra a emancipação feminina devido à ameaça que ela representava no contexto de uma ordem burguesa que se estabelecia mostrando como as mulheres que reivindicavam direitos eram apontadas como “espécies híbridas”, “não-sexuadas”, “mulheres-homens”, “degeneradas” ou, então, descritas como incapazes de conseguir um marido e manter uma família, além de vampiras ou assassinas. Mosse (1997) trata da importância da construção da respeitabilidade enquanto um valor que distinguiria a burguesia e que vai também servir ao nacionalismo. A partir dessa noção central, o autor mostra como toda forma de sexualidade que não fosse útil ou adequada aos projetos nacionais era condenada. Esse pensamento se aplicava, por exemplo, no caso da Alemanha, aos negros, judeus, homossexuais ou estereis. Sobre isto e o movimento de reforma sexual, empreendido entre 1920 e 1950, ver também Grossmann (1995). Haller Jr. e Haller (1995) relatam como os médicos norte-americanos associavam a nova mobilidade feminina a variadas doenças, especialmente a neurastenia. Buciglucksmann (1986) chama a atenção para o fato de que, no século XIX, o feminino frequentemente aparecia como alegoria do moderno, associado a mudanças como a entrada da mulher no mercado de trabalho, a presença dos movimentos feministas e a uma redefinição das relações de gênero. A autora enfatiza que essa modernidade associada ao feminino era pensada tanto como progresso quanto como catástrofe. Já Vertinsky (1990) argumenta, com relação aos exercícios físicos, que também prevalecia a crença médica de que as características biológicas impediriam as mulheres de fazer determinados esforços. Mais uma vez, evocava-se a incompatibilidade entre o desenvolvimento de uma aptidão, desnecessária à maternidade e ao casamento, e o bom funcionamento dos órgãos genitais e da função reprodutiva. Ainda especificamente sobre a maternidade e o mito do eterno

feminino no contexto político da França da primeira metade do século XX, vale recorrer ao trabalho de Muel-Dreyfus (1996).

- 6 Ver também Léonard (1980), Veyne (1995), O'Brien (1995) e Hunt (1995a, 1995b).
- 7 Para uma apresentação geral, ver Harding (1986), Harding e O'Barr (1987), Bleier (1991) e Schiebinger (2001). Uma série de trabalhos interessantes tem mostrado como a ciência, "natural" ou "social", incorpora valores e preconceitos, sobretudo relativos ao gênero, naquilo que oferece como produto de observações científicas "neutras" e "objetivas". Schiebinger (1994) mostra como a noção de "mamífero" aplicada à espécie humana é produzida em um contexto de exaltação da natalidade e do aleitamento. Fausto-Sterling (1992) afirma que, seja privilegiando os hormônios na passagem do século XIX para o XX, seja enfatizando o cérebro, a ciência natural tem sempre buscado as bases científicas que definiriam as diferenças entre homens e mulheres, desprezando como os papéis sociais e políticos interferem em suas descobertas. Hubbard (1990) segue a mesma linha de análise, mostrando os constrangimentos sociais e políticos que afetam a produção científica. Haraway (1978) discute o problema a partir das pesquisas realizadas com primatas. E Martin (1991) relata como mesmo no estudo dos gametas, os estereótipos referentes ao que seja masculino e feminino estão presentes.
- 8 Para uma discussão dessa hipótese, ver Rohden (2001, 2003b).
- 9 Sobre a constituição da sifilografia e o impacto do estudo das doenças venéreas no Brasil, ver Carrara (1996).
- 10 É importante lembrar que uma preocupação com a questão da população e todo o seu impacto político e econômico freqüentemente operava de maneira central na definição das conseqüências relacionadas às perturbações associadas à sexualidade e à reprodução (Rohden, 2003a).

Bibliografia

- BERRIOT-SALVADORE, Evelyne. (1993), *Un corps, un destin*. Paris, Honoré Champion Ed.
- BLEIER, Ruth (ed.). (1991 [1986]), *Feminist approaches to science*. New York, Teachers College Press.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christine. (1986), "Catastrophic utopia: the feminine as allegory of the modern". *Representations*, 14: 220-29.
- CARRARA, Sérgio L. (1996), *Tributo a Vênus. A luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro, Fiocruz.
- DIAS, Maria Odila da S. (1994), "Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças". *Estudos Feministas*, 2 (2): 373-82.
- FAUSTO-STERLING, Anne. (1992 [1985]), *Myths of gender. Biological theories about women and men*. New York, Basic Books.

- FÄY-SALLOIS, Fanny. (1997 [1980]), *Les nourrices à Paris au XIXème siècle*. Paris, Payot.
- FOUCAULT, Michel. (1988), *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal.
- _____. (1994), *Dits et écrits (1954-1988)*. Paris, Gallimard.
- GAY, Peter. (1984), *Education of the senses*. New York/Oxford, Oxford University Press.
- GÉLIS, Jacques. (1984), *L'arbre et le fruit. La naissance dans l'Occident moderne, XVIème-XIXème siècles*. Paris, Fayard.
- GILMAN, Sander L. (1985), "Black bodies, white bodies: toward an iconography of female sexuality in late nineteenth-century art, medicine, and literature". *Critical Inquiry*, 12: 204-42.
- GROSSMANN, Atina. (1995), *Reforming sex: the German movement for birth control and abortion reform (1920-1950)*. Oxford, Oxford University Press.
- HALLER JR., John S. & HALLER, Robin M. (1995 [1974]), *The physician and sexuality in Victorian America*. Urbana, Southern Illinois University Press.
- HARAWAY, Donna. (1978), "Animal sociology and a natural economy of the body politic". *Signs*, 4 (1): 21-60.
- HARDING, Sandra & O'BARR, Jean F. (1987 [1975]), *Sex and scientific inquiry*. Chicago, The University of Chicago Press.
- HARDING, Sandra. (1986), *The science question in feminism*. Ithaca, Cornell University Press.
- HUBBARD, Ruth. (1990), *The politics of women's biology*. New Brunswick/New Jersey, Rutgers University Press.
- HUNT, Lynn (org.). (1995a), *A nova história cultural*. São Paulo, Martins Fontes.
- HUNT, Lynn. (1995b), "Apresentação: história, cultura e texto", in L. Hunt (org.), *A nova história cultural*, São Paulo, Martins Fontes, pp. 1-29.
- JORDANOVA, Ludmilla. (1989), *Sexual visions, images of gender in science and medicine between the eighteenth and twentieth centuries*. London, Harvester Wheatsheaf.
- KÄPPELI, Anne-Marie. (1993), "Escenarios del feminismo", in G. Duby & M. Perrot (eds.), *Historia de las mujeres en Occidente*, Madrid, Taurus.
- KENT, Susan K. (1990 [1987]), *Sex and suffrage in Britain (1860-1914)*. London, Routledge.
- KNIBIEHLER, Yvonne & FOUQUET, Catherine. (1983), *La femmes et les médecins*. Paris, Hachette.
- LAGET, Mireille. (1982), *Naissances. L'accouchement avant l'âge de la clinique*. Paris, Seuil.
- LAQUEUR, Thomas. (1992 [1990]), *Making sex: body and gender from the greeks to Freud*. Cambridge, Harvard University Press.

- LÉONARD, Jacques. (1980), "L'historien et le philosophe. A propos de: Surveiller et punir; naissance de la prison", in M. Perrot (org.) *L'impossible prison: recherches sur le système pénitenciaire au XIX siècle. Débat avec Michel Foucault*, Paris, Seuil, pp. 9-28.
- MARTIN, Emily. (1991), "The egg and the sperm: how science has constructed a romance based on stereotypical male-female roles". *Signs*, 16 (3): 485-501.
- _____. (1992 [1987]), *The woman in the body. A cultural analysis of reproduction*. Boston, Beacon Press.
- MATUS, Jill L. (1995), *Unstable bodies: victorian representations of sexuality and maternity*. Manchester, Manchester University Press.
- MAUSS, Marcel. (1974 [1923-1924]), "Ensaio sobre a dádiva. Forma e Razão da troca nas sociedades primitivas". *Sociologia e Antropologia*, vol. 2, São Paulo, EPU/Edusp, pp. 37-127.
- MOSCUCCI, Ornella. (1996 [1990]), *The science of woman: gynecology and gender in England (1800-1929)*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MOSSE, G. L. (1997), *L'image de l'homme. L'invention de la virilité moderne*. Paris, Abbeville.
- MUEL-DREYFUS, Francine. (1996), *Vichy et l'éternel féminin. Contribution à une sociologie politique de l'ordre des corps*. Paris, Seuil.
- O'BRIEN, Patricia. (1995), "A história da cultura de Michel Foucault", in L. Hunt (org.), *A nova história cultural*, São Paulo, Martins Fontes, pp. 33-62.
- PERROT, Michelle. (1989), "Práticas da memória feminina". *Revista Brasileira de História*, 18: 9-18.
- _____. (1988), *Os excluídos da história. Operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. (1995), "Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência". *Cadernos Pagu*, 4: 9-28.
- ROHDEN, Fabíola. (2003a), *A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio na primeira metade do século XX*. Rio de Janeiro, Fiocruz (Coleção História e Saúde no Brasil).
- _____. (2003b) "A construção da diferença sexual na medicina". *Cadernos de Saúde Pública*. 19 (2): 201-12. Rio de Janeiro, Fiocruz.
- _____. (2001), *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro, Fiocruz.
- RUSSETT, Cynthia E. (1995 [1989]), *Sexual science. The victorian construction of womanhood*. Cambridge, Harvard University Press.
- SCHIEBINGER, Londa. (1987), "Skeletons in the closet: the first illustrations of the female skeleton in eighteenth-century anatomy", in C. Gallagher (ed.), *Making of the modern body*, Berkeley, University of California Press.

- _____. (1994), "Mammals, primatology and sexology", in R. Porter & M. Teich (eds.), *Sexual knowledge, sexual science. A history of attitudes to sexuality*, Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. (2001 [1999]), *O feminismo mudou a ciência?* Bauru, Edusc.
- SCOTT, Joan W. (1988), *Gender and the politics of history*. New York, Columbia University Press.
- STEINBRÜGGE, Liselotte. (1995), *The moral sex. Women's nature in the French Enlightenment*. Oxford, Oxford University Press.
- THÉBAUD, Françoise. (1986), *Quand nos grand-mères donnaient la vie. La maternité en France dans l'entre-deux-guerres*. Paris, Presses Universitaires de Lyon.
- TILLY, Louise A. (1994), "Gênero, história das mulheres e história social". *Cadernos Pagu*, 3: 29-62.
- VARIKAS, Eleni. (1994), "Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott". *Cadernos Pagu*, 3: 63-84.
- VERTINSKY, Patricia. (1990), *The eternally wounded woman: women, doctors and exercise in the late nineteenth-century*. Manchester, Manchester University Press.
- VEYNE, Paul. (1995), "Foucault revoluciona a história", in P. Veyne, *Como se escreve a história*, Brasília, Ed. da UnB.
- WEEKS, Jeffrey. (1999), "O corpo e a sexualidade", in G. L. Louro, *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*, Belo Horizonte, Autêntica, pp. 35-82.

Resumo

A Constituição dos Saberes sobre a Sexualidade em Diferentes Perspectivas de Análise

Nas últimas décadas, temos assistido ao surgimento de uma produção mais significativa em torno da sexualidade nas ciências humanas. Especialmente a antropologia e a história têm se dedicado mais assiduamente ao estudo dos saberes centrados na sexualidade, constituídos a partir do final do século XIX. Dentre esses saberes destacam-se os exemplos da psicanálise, sexologia e ginecologia e o papel central das teorias médicas. Embora a produção bibliográfica tenha muitas características em comum, uma análise crítica mais cuidadosa permite distinguir objetivos e perspectivas diferenciados. Destacam-se duas linhas mais importantes que são analisadas em função do lugar dado à sexualidade e à noção de diferença sexual para o entendimento da sociedade moderna.

Palavras-chave: História da Sexualidade; Diferença Sexual; Ginecologia; Sexologia; Psicanálise.

Résumé

La formation du savoir sur la sexualité suivant différentes perspectives d'analyse

Au cours des dernières décennies, nous avons témoigné le développement d'une importante production par rapport à la sexualité dans les sciences humaines. L'histoire et l'anthropologie se sont particulièrement dédiées, de façon constante, à l'étude des connaissances centrées sur la sexualité constituées à partir de la fin du XIX^e siècle. Parmi ces connaissances, quelques exemples ressortent, tels ceux de la psychanalyse, de la sexologie, de la gynécologie ainsi que le rôle central des théories médicales. Bien que la production bibliographique possède plusieurs caractéristiques communes, une analyse critique attentive permet de distinguer des objectifs et des perspectives différenciées. Deux lignes plus importantes se distinguent et sont analysées en fonction de la place accordée à la sexualité et à la notion de différence sexuelle pour la compréhension de la société moderne.

Mots-clés: Histoire de la sexualité ; différence sexuelle ; gynécologie ; sexologie ; psychanalyse.

Abstract

The Constitution of Knowledge on Sexuality from Different Analytical Perspectives

During the past decades we have witnessed the emergence of a significant production on sexuality from the standpoint of the human sciences. Especially anthropology and history have focused more often on the studies of sexuality sciences whose constitution began in the end of the nineteenth century. Among these sciences are the psychoanalysis, sexology and gynecology and the central role of the medical theories. Although bibliography on these areas shows many common characteristics, a critical analysis may allow us to distinguish different objectives and perspectives. Two important lines are highlighted. Those are analyzed taking into account the place given to sexuality and the meaning of sexual difference for the understanding of modern society.

Keywords: History of sexuality; Sexual difference; Gynecology; Sexology; Psychoanalysis

Introdução

Este artigo pretende situar o campo de estudos que compreende a chamada “antropologia da guerra”, propondo correlações entre algumas de suas tendências mais visíveis com diversas questões que formam um pano de fundo mais amplo e de maior duração no interior das ciências sociais, como os esquemas de evolução sociopolítica, a relação entre guerra e política e o lugar da guerra primitiva na guerra em geral. Não se trata aqui de realizar um mapeamento minucioso da produção antropológica que toca no tema da guerra – tal tarefa seria praticamente infundável –, mas sim de mostrar como algumas das correntes dessa subárea realizam suas posições ora se aproximando, ora se afastando, de proposições que lembram um esquema senão propriamente “contratualista”, pelo menos com forte tendência de balizamento e subordinação do fenômeno da guerra ao problema do Estado.

Tudo isso, de algum modo, pode ser pensado dentro de uma série de questões que modulam a temática da guerra numa antropologia que se pretende dedicar especificamente a ela: trata-se de pensar na(s) guerra(s) como fenômeno(s) singular(es) ou dentro de um quadro de outros fenômenos? Seguindo essa linha, é preferível pensar nela (ou nelas) num quadro de determinações históricas ou, de outro modo, lógicas?

Finalmente, como se chega nessa subárea às definições da guerra? Seriam essas definições diferentes das que são desenvolvidas por outras linhas de pensamento?

Como ponto de partida, cabe notar que estamos diante de um campo relativamente novo (que começa a se definir enquanto tal nos anos de 1970, embora situe suas referências fundantes nos anos de 1940)¹ e que, geralmente, compreende uma série de autores que lêem uns aos outros, embora às vezes de forma um tanto unilateral.² Nesse quadro, como já notou Fausto (1999),³ fica patente também uma divisão entre uma tendência norte-americana fortemente marcada por uma vertente evolucionista e outra mais próxima ao estruturalismo francês, que buscaria uma solução a qual, em última instância, poderia levar à suavização de uma linha divisória entre a guerra primitiva e a das chamadas “sociedades com Estado”.

Dentro dessas concepções, também vemos aproximações múltiplas com o materialismo, a sociobiologia, a antropologia ecológica, a psicologia, a ciência política e uma certa sociologia histórica. O que notaremos, contudo, é que embora essa variedade seja grande, é possível mapeá-la em torno da idéia de guerra equacionada com o Estado e com processos de pacificação da sociedade, colocando em pauta variáveis como a legitimidade da violência, a atuação de grupos considerados “políticos”, o hori-

zonte da escala em que certos fenômenos passam a ser considerados “guerras”: temas que em algo lembram uma sociologia weberiana (Weber, 1994, 1999)⁴ e outras contíguas, como Elias (1990 [1939]) e Tilly (1996). Outros pensamentos vão considerar a guerra relacionada a caracteres mais “universalizáveis” – digamos –, como a troca e a reciprocidade. Aqui, possivelmente, vemos o tema emergir de forma antagônica a essas primeiras concepções.

Vejamos, então, como esse quadro se compõe, buscando suas cores na pauta previamente escolhida.

Guerra, Natureza e Estado

Embora o tema da guerra primitiva tenha aparecido de maneira esporádica desde o século XIX, tanto em manuais de antropologia como no *Notes and queries* de 1874 do Royal Anthropological Institute (Vincent, 1990, p. 58), quanto em trechos de Morgan (1985 [1877]; *apud* Carneiro, 2003, p. 67) sobre a barbárie, ou em Tylor (1888, pp. 258-259; *apud* Otterbein, 2000, p. 795)⁵ sobre a função da guerra na passagem dos matriarcados para os patriarcados, é notável que sua importância só tenha sido de fato notada pela antropologia nos anos de 1940, talvez justamente pela coincidência com a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

É justamente nesse contexto que vemos uma espécie de matriz conceitual vital para o construto teórico da geração que irá se ocupar do tema na década de 1960. Diante de um conflito sem precedentes de guerras nacionais (que no mais pareciam testar os limites da guerra teorizada por Clausewitz, o grande clássico do tema), as guerras primitivas passaram a ser vistas em muitos casos como conflitos “não sérios”, “não militarizados” ou hipostasiados em fenômenos como rituais.

Malinowski (1941), por exemplo, definia a guerra conforme a condução do conflito de “comunidades políticas organizadas”. As guerras primitivas mais se assemelhavam a uma espécie de protótipo do comportamento criminoso, e a guerra como instrumento da política nacional seria o modelo mais bem acabado de conflito armado.⁶

Idéia semelhante foi desenvolvida contemporaneamente por um dos primeiros teóricos que se dedicaram ao tema: Turney-High (1942)⁷ em seu estudo *The practice of primitive war*. Curiosamente, apesar do título, logo no prefácio o autor alerta que

[...] esse trabalho trata apenas da guerra primitiva, um termo que brevemente se revelará contraditório. A verdadeira guerra não é a primitiva (*Idem*, p. i).

Logo, ele desenvolve a chamada “teoria do horizonte militar”, partindo de uma série de exemplos etnográficos. Postula a idéia de que os níveis de complexidade da guerra estariam associados a certo grau de eficiência, associada aos planos tático, estratégico, logístico e político (que inclui as idéias de comando/controlado e de representação coletiva como “motivação” coletiva). Assim, na prática, as únicas sociedades capazes de passar o “horizonte militar” são aquelas que possuem um Estado (*Idem*, pp. 21-2).

Pode-se dizer ainda que, invertendo, de certa maneira, a perspectiva contratualista, Turney-High indexa a existência do Estado à guerra, estabelecendo que, apesar de uma aparente universalidade desta, é apenas quando se passa de uma guerra primitiva para uma “guerra verdadeira” que teríamos a condição de emergência de um Estado. Embora as sociedades primitivas contassem com certo grau de violência e de disposição para organizá-la, através da produção de armamentos e ritualização das formas de combate, somente

a divisão do trabalho guerreiro – através de um corpo de combatentes permanente e institucionalizado – fornece a “chave” para um processo análogo aparecer na política.⁸ Por isso, as verdadeiras guerras fazem os Estados, e os Estados fazem as verdadeiras guerras.

Portanto, sociedades que não realizavam tal “guerra verdadeira” acabam por ter seus conflitos rotulados como rixas, contendas ou vendetas. Tal oposição vai ainda se desdobrar em outras que, no limite, apresentam similar rendimento teórico, como a oposição entre *feuding* (combate armado no interior de uma comunidade política) e *warfare* (combate entre comunidades políticas), sugerida por Otterbein (1973).⁹ Mas, decididamente, o que está em questão com esse tipo de oposição? De certa maneira, defendemos aqui a noção de que ela atualiza para a subárea da “antropologia da guerra” outras tipologias que vemos ocorrer desde o evolucionismo, como, por exemplo, a clássica oposição de Maine (2005 [1861]) entre “laços de sangue” e “laços de solo”. Note-se que os níveis suscitados para diferenciação entre *feuding* e *warfare* diferem justamente na idéia de opor conflitos familiares a sociais/estatais.¹⁰

Pelo menos para alguns antropólogos norte-americanos que vieram a se formar no pós-guerra, o uso da idéia de “fases” ou diferenças radicais no modo de se fazer e conceber a guerra tornou-se claro.¹¹ Por exemplo, seguindo essa separação entre parentesco e política, Otterbein (1968) procura demonstrar que as alianças de guerra baseadas no parentesco tendem a se desfazer conforme aumenta a complexidade da organização política. Sahlins (1961) mostra que a guerra ocorre predominantemente no setor externo da tribo como unidade sociopolítica, seguindo a partir daí seu conhecido esquema de complexificação das unidades sociais. Service (1971) distingue os conflitos entre bandos de guerras entre Estados.¹²

Seguindo essa linha, vemos, como bem apontou Fausto (2001, pp. 268-70), toda uma série de problemas em se definir o fenômeno “guerra”. Vayda (1976), que realizou pesquisa entre os *marings* da Nova-Guiné, no começo dos anos de 1960, polarizou sua guerra em diferentes fases, das quais as duas principais seriam lutas “de nada”, ou meramente rituais, e lutas “verdadeiras”. Essa idéia de guerra primitiva como “ritual”, ou mesmo “jogo”, já havia sido relativamente popularizada pela etnografia de Hart e Pilling (1960) sobre os *tiwi* do norte da Austrália.¹³ Contudo, algumas críticas procuraram desfazer essa imagem “não séria” da guerra primitiva, como as elaboradas por Naroll (1966) e Otterbein (1970). Esses autores demonstraram que

[...] os objetivos econômicos da guerra sustentam os *objetivos sociais* da guerra, dado que quando *objetivos sociais* estavam presentes, objetivos econômicos também estavam, enquanto objetivos econômicos poderiam ser achados sem a presença de *objetivos sociais*. Objetivos defensivos sempre estiveram presentes. Em outras palavras, ao mostrar a primazia de objetivos defensivos e econômicos, esses estudos provaram que a luta dos povos sem escrita era séria, não um jogo (Otterbein, 2000, p. 799; *grifos meus*).

Assim, o que eles chamam de *objetivos sociais* aponta novamente para a série “lúdica”, “ritualística” da guerra. Aliás, mesmo em textos posteriores, quando os argumentos se sofisticaram, encontramos a polarização entre as lutas “verdadeiras” e “rituais”: as primeiras tendem a ocorrer por pressões ecológicas (ganhos de terra, escassa no local); e as segundas contemplariam hábitos ou elementos lúdicos, como obedecer a funções sacrificiais (Vayda, 1976).¹⁴

E não são poucos os exemplos, uma vez que boa parte das discussões norte-americanas gira em torno de aspectos que remontam às

chamadas “causas materiais” ou aos “ganhos objetivos” da guerra, ambos permeados por séries que geralmente retomam noções de complexificação, evolução ou acumulação. De certa maneira, tais modelos tendem, como mostrou Fausto (1999, p. 256), a “naturalizar” o campo. Isso se dá, possivelmente, por uma certa persuasão em encontrar um selvagem contratualista, que, como coloca Otterbein (2000), mostraria uma antropologia que ora acredita no “mito do bom selvagem” (Keeley, 1996), ora no do “selvagem guerreiro” hobbesiano (Hobbes, 1974 [1651]). Acredito que tal visão ocorre, particularmente, na combinação de dois fatores.

Em primeiro, a perspectiva norte-americana da subárea tem tendência predominantemente evolucionista, buscando sintonizar o problema da guerra em termos de “origens” ou “passagens” de estados. Daí, talvez, essa fixação em classificar guerras como verdadeiras ou falsas, encontrar tipologias, partir de definições e emoldurar processos sociais em termos de matizes sócio-históricos. Vale ainda dizer que esse campo também se vê obrigado a discutir com visões bastante popularizadas da etologia, que busca fundamentos instintivos para a agressão e defesa territorial (Lorenz, 1966), da sociobiologia e seus mecanismos de seleção natural (Wilson, 1975) ou da psicologia pós-freudiana e suas explicações baseadas no binômio frustração/agressão (Ferguson, 1984, pp. 10-4). Suas novidades, portanto, têm que se preocupar em lidar com esse tipo de argumentação.

Seguindo essa linha, ao meu ver, o segundo fator trata o Estado como uma medida, baliza ou referência universal para situar o problema da guerra, se ligando à propensão evolucionista acima citada na medida em que leva à combinatória entre guerra e Estado insistindo em vê-los como “passagens” redundantes (Cohen, 1984).

Ou seja, novamente retomando a problemática contratualista, o Estado serve como medida para se pensar também a relação natureza-cultura diante da problemática da guerra.¹⁵ De certa forma, essas idéias têm sido dominantes no cenário norte-americano desde fins dos anos 1960 até hoje.¹⁶ Por isso, podemos pensar numa tipologia dessas visões inspirada em uma divisão prévia realizada por Clastres (1980), entre visões naturalistas e economicistas, agregando agora a estas o problema da origem do Estado. No entanto, diferentemente de Clastres (que as toma como separadas, e equaciona autores que apelam a um determinado marxismo antropológico), vejo fusões dessas duas tendências (naturalista e economicista) em oposição a uma terceira, que ele chama de “discurso cambista”, que basicamente representa a visão de Lévi-Strauss.¹⁷

O ponto “naturalista” da questão pressupõe que a causa inicial ou ponto de partida para explicar o porquê de um grupo entrar em guerra reside em um fator não sociológico, tomado se não como “natural”, ao menos como exterior à sociedade. O problema então passa a ser como se interage com essas causas transcendentais. Do mesmo modo que se espera em relação ao comportamento de elementos naturais, as sociedades reagiriam tendendo à racionalidade maximizadora, remetendo a uma “ordem econômica natural” (ou uma espécie de “mão invisível” que coordena o mundo social), que, assim, pode resultar em perdas ou ganhos.

Os yanomami, que ocupavam no imaginário dos anos 1960 um lugar liminar entre natureza e cultura, parecem ter tido papel de destaque nessa “querela” (Fausto, 1999, pp. 254 e ss.; Duarte do Pateo, 2005).¹⁸ Na visão de Divale e Harris (1976), por exemplo, a guerra é uma espécie de resposta adaptativa a partir de uma “supremacia masculina”, promovendo, nesse caso, o

infanticídio feminino e, assim, uma limitação na taxa de crescimento demográfico.¹⁹ Para Gross (1975), a guerra seria uma resposta cultural ao problema da escassez de proteína animal em meios de penúria, como a selva amazônica.²⁰ Mas uma guinada interessante para esse tipo de explicação foi a de Chagnon. No congresso da American Anthropological Association de 1967, ele apresenta seus dados sobre os yanomami, propondo uma espécie de “volta” a Hobbes: a ausência de instituições políticas provocava uma situação de constante fissão entre grupos vizinhos, que assim permaneciam presos a um estado de rivalidade mútua. Posteriormente, em 1988, ele revê seus dados e apresenta uma teoria de fundamento sociobiológico, imputando à escassez e à disputa por mulheres um processo de hostilidade e de “seleção” entre grupos vizinhos.

Nessa linha, argumentações que fundem a lógica naturalista-ecológica a uma racionalidade econômica proliferaram durante fim dos anos de 1960 e décadas depois. Valendo-se desse tipo de concepção, Lathrap (1968) propõe que o crescimento populacional levou à competição e à guerra pelas melhores terras cultiváveis na costa e nos rios da região amazônica, empurrando os grupos derrotados para o interior, processo que, como bem nota Fausto (2001, pp. 154-55; 170), foi pensado como uma espécie de *involução* cultural.²¹ Vayda (1976) sustenta que a guerra tem, sobretudo, consequências adaptativas, ajustando populações ao meio ambiente e às condições de subsistência em determinada área geográfica. Como nota Ferguson (1984, p. 38), a chamada “motivação econômica” dos recursos naturais e/ou sexuais, nos anos de 1980, tenderia a dominar o cenário dos estudos antropológicos da guerra. Nesse sentido, a própria lógica da organização militar e também das táticas, estratégias e logística acabaram

por se tornar impregnadas de uma perspectiva economicista. É o caso, por exemplo, de Otterbein (1970, 1994), que procura combinar múltiplas variáveis (organização social, ecologia etc.) com o problema básico da eficiência dos meios militares.

Perspectiva em algo semelhante à de Otterbein, no que toca ao problema da eficiência militar, é levantada por Ferguson (Ferguson e Whitehead, 1992). Em sua *tribal zone theory*, ele argumenta que a guerra (inclusive no caso dos yanomami) vem de uma situação externa, a partir da expansão de um Estado (europeu) que gera uma pressão de múltiplas variáveis – ecológica, econômica, cultural – na população prístina. Mais do que isso, é a introdução de novos meios (materiais), como o metal, que, devido à sua escassez, provoca a fissão e a luta pelo controle social. Desse modo, a guerra – assim como a história (Fausto, 1999, p. 256) – obedece a um princípio transcendente que, no limite, segue a mesma lógica da argumentação naturalista-ecológica,²² combinando-a, porém, com a emergência/expansão do Estado, que vem acompanhada de uma racionalidade inerente à eficiência dos meios militares.

De maneira simétrica a Ferguson, porém com efeito inverso, Carneiro (1970, 1978, 1988) também pensa a guerra ligada ao fenômeno da expansão territorial, só que em função dos seus limites (sobretudo de terras aráveis, mas também de pressão populacional).²³ Para ele, é a “circunscrição” social que leva à guerra (*circumscription theory*), e essa à formação do Estado (Carneiro, 1970). Um de seus argumentos é justamente o fato de que vários Estados se desenvolveram de forma independente em partes desconexas do mundo, e que, portanto, somente uma pressão inerentemente contrária a todo movimento de expansão resolveria o fato empírico de que “guerras fazem Estados”. Assim, a guerra –

acentuada, sobretudo, pela competição interna –, acelera o processo de subjugação dos grupos até estabilizar-se em grandes unidades políticas, em autoridades centralizadas.

Finalmente, cabe notar que esses modelos bio-ecológico-econômicos já tiveram seu pico. Ferguson, constatando tal fato para Otterbein (2000, p. 798), julga que o advento das “guerras étnicas” e o fim da Guerra Fria esvaziaram o interesse pela antropologia da guerra como ela então estava estruturada. Seriam agora outras subáreas que dariam o tom de incorporar ou não a guerra como explicação para fenômenos e/ou sociedades relativos; possivelmente o modelo geral e explicações como “causas, origens e efeitos” da guerra nesse cenário perderam sua força. De todo modo, pelos balanços disponíveis, a maior parte do material e das referências, mesmo atualmente, se situa entre os anos 1970 e 1980. Surpreendentemente, muitas dessas perspectivas guiaram-se ainda pela idéia de sociedades primitivas como sociedades de escassez. A surpresa vem justamente do fato de que é Sahlins (1968, 1972), um autor norte-americano bastante lido pelo meio acadêmico, quem vai desfazer esse equívoco. Suas proposições repercutem nos autores franceses que, se ainda preservavam algum estatuto para o plano econômico, foi deslocando este da produção para a troca. Vejamos então de que modo esse debate segue.

Guerra e Troca

Contudo, é verdade que há um outro terreno em que podemos pensar em elementos ou modelos universais para a guerra sem necessariamente cair no pano de fundo biológico ou ecológico, e ficar também longe de divagações hiper-relativistas que impedem, *a priori*, ao menos de se partir das mesmas questões que anteriormente foram levanta-

das. Trataremos agora do campo de reflexões que surgiu da relação entre guerra e reciprocidade. Como veremos, essa discussão, se não se desprende de uma problemática contratualista, nem em parte consegue fugir totalmente do problema da emergência e do papel do Estado, ao menos postula soluções novas e originais, incorporadas ao problema da guerra, se soltando do eixo naturalista.

Partiremos assim das reflexões de Lévi-Strauss e Clastres (incluindo-se aí os chamados “filhos americanistas” do estruturalismo [Fausto, 1999]), que nos remetem ao papel da reciprocidade na constituição da vida social para pensar a guerra. Mesmo que escritas com mais de trinta anos de diferença (Lévi-Strauss escreveu seu primeiro ensaio dedicado ao tema em 1942 [1976], e Clastres em 1977 [1980]), tais reflexões apontam para um diálogo que ecoa em um horizonte de questões muito semelhante, de certa maneira voltado para fundamentos diversos daqueles que vemos nas soluções de caráter hobbesiano.²⁴ Ainda assim, é preciso ressaltar que as reflexões de Lévi-Strauss e Clastres, embora trabalhem numa semântica semelhante, vão apontar para soluções diferentes ao pensar a guerra. É, inclusive, no bojo de uma crítica de Clastres a Lévi-Strauss, que a questão da guerra, ao nosso ver, assume, para este último, sua maior relevância.

A idéia que liga a guerra à troca e afasta, provisoriamente, essa problemática da medida universal do contrato visto através do Estado, irá apresentar duas soluções. Em Lévi-Strauss, que se utiliza do exemplo etnográfico indígena sul-americano, especialmente o nambikuára, a guerra é uma possibilidade lógica existente na base dos fundamentos da socialidade, como uma contrapartida falha das relações de troca. Sem negar o fato de que a própria guerra é uma solução sociológica a um determinado problema, de certo modo ela passa a ser vista

como indexada ao plano estrutural da troca. Neste caso, ela seria uma possibilidade dentro de uma cláusula estrutural:

[...] as trocas comerciais representam guerras potenciais pacificamente resolvidas, e as guerras são conseqüência de transações mal sucedidas (Lévi-Strauss, 1976 [1942], p. 337).

Tal leitura supõe, portanto, que guerra e troca compõem equacionamentos possíveis de um binarismo lógico, tal qual se vê em outros aspectos exaustivamente levantados ao longo da obra de Lévi-Strauss. Desse modo,

[...] os conflitos guerreiros e as trocas econômicas não constituem unicamente, na América do Sul, dois tipos de relações coexistentes, mas antes os dois aspectos, opostos e indissolúveis, de um único e mesmo processo social (*Idem*, p. 338).

Já para Clastres, a guerra seria vista como um fundamento primeiro, este sim capaz de realizar relações de aliança subseqüentes, hierarquizando assim a maneira pela qual essas formas estruturais se encadeiam na formulação de um “átomo sociológico”:

a guerra passa, pois, pela aliança, a aliança cria a troca. Há troca de mulheres porque não se pode fazer de outra forma: dada a existência de inimigos, urge obter aliados e tentar transformá-los em cunhados. Inversamente, quando, por uma outra razão (desequilíbrio da *sex-ratio* em favor dos homens, extensão da poligamia etc.), o grupo pretende obter esposas suplementares, tentará obtê-las pela violência, pela guerra, e não por uma troca em que nada ganharia (Clastres, 1980, p. 38).²⁵

A partir disso, Clastres considera que

[...] a máquina de guerra é o motor da máquina social, o ser social primitivo

repousa inteiramente sobre a guerra, a sociedade primitiva não pode subsistir sem a guerra (*Idem*, p. 44).

É verdade que tal solução pode passar por um certo “ar de metafísica” banal (Giannotti, 1983, pp. 159-60), podendo conferir à guerra uma ontologia irredutível, que corre o risco de essencializar em demasia a questão. Mas, como veremos, tal medida para a guerra também rebate numa leitura sobre o “ser da sociedade primitiva”²⁶ – tomando de empréstimo a expressão de Viveiros de Castro (1986, p. 28) – que nos leva a uma espécie de “política do contrato”, para inverter a solução de Hobbes.

A conseqüência desse tipo de deslocamento, da política para a troca, não se faz por meio de uma simples ruptura. Há, ao mesmo tempo, de acordo com Sahlins (1972), a manutenção da idéia de uma espécie de “política primitiva” subsumida na operação da dádiva.²⁷ Parece-nos que tal leitura da série guerra/dádiva pode conter pelo menos uma dupla possibilidade. De um lado, como se sabe, Lévi-Strauss tenderia a reduzir o problema a uma operação lógica, e a ordem política que se interpõe no fenômeno da troca estaria minimizada a ponto de quase total ausência, como mostrou Lefort (1979). De outro lado, uma leitura como a de Clastres (1976, 1980) tenderia a acentuar o potencial da política no *modus operandi* primitivo, recorrendo aí à própria guerra como um motor de sociabilidade.²⁸

É desse modo que, para Clastres, Lévi-Strauss confunde o fim com o meio: a sociedade primitiva, com sua concepção autárquica, procura restringir a troca, e não fomentá-la, como quer Lévi-Strauss. Isso permite a Clastres pensar uma modalidade política para a sociabilidade primitiva (ou humana?) – “Há troca porque há aliança” (1980, p. 37) –, e, assim, inserir a guerra no

fundamento sociológico primitivo, sugerindo inclusive uma “terceira leitura” sobre o fundamento geral da sociabilidade: “A Hobbes faltava a troca, a Lévi-Strauss, a guerra” (1980, p. 26). Por serem, então, “sociedades contra o Estado”, ao mesmo tempo as sociedades primitivas acabam sendo “sociedades para a guerra”.²⁹

Parece-nos, contudo (para podermos voltar aos benefícios de Lévi-Strauss), que a leitura de Clastres, ao considerar a descontinuidade lógica entre guerra e Estado, pode acarretar numa formulação que, a reboque, traga certa descontinuidade sociológica entre “primitivos” e “modernos” (e aí as mesmas barreiras entre guerras verdadeiras e falsas podem voltar com nova roupagem...). Mas também não deixa de ser verdade que ele só pode chegar a uma equação dessas porque, em algum nível, há de existir algum fundamento comum: estaria a guerra apenas “silenciada” pelo Estado? Ou, então, devemos achar que Clastres leva adiante a idéia de que entre os “primitivos” e nós há uma diferença ontológica radical, como se tratássemos de fato de “dois tipos de humanidade”, e não como (num certo nível) duas soluções sociológicas diferentes para um mesmo problema? Parece-nos, de fato, que as duas leituras são possíveis. Se, de um lado, encontramos leitores como Gauchet (1980) que propõe, a partir da solução de Clastres, uma clara continuidade entre “primitivos” e “modernos”, fundamentalmente baseada numa “dívida de sentido” comum entre o sagrado (primitivo) e o Estado (moderno),³⁰ ou ainda leituras como de H. Clastres (1978), que vê nos guaranis a marca nascente de um “proto-Estado”, que produziria um contradiscurso profético (a recusa à divisão, conforme P. Clastres); de outro lado, encontramos a solução binária ressaltada por leitores como Lefort (1999), Fausto (1999) e Goldman (1999, pp. 77-82), que vão detectar que essa diferença do “ser”

primitivo pode levar à contrapartida de um hiato com o “moderno”.³¹

Tal panorama pode nos colocar novamente à sombra da metafísica da violência (seja da tortura, seja da guerra) em Clastres (Giannotti, 1983; Viveiros de Castro, 1986), pensando agora se ela seria de fato, no que tange às formulações possíveis sobre as relações entre guerra e troca, uma alternativa ao “kantismo sem sujeito transcendental” universalizante de Lévi-Strauss. De certo modo, as leituras de Clastres e Lévi-Strauss recobrem os espectros de possibilidades de se ligar esses fatos. Podemos pensar que o que para Clastres é tomado como um problema de anterioridade lógica da guerra em relação à troca, em Lévi-Strauss corresponde, se tomado ao pé da letra, à equalização da troca e da guerra como possibilidades de realização da própria estrutura. Assim, enquanto Clastres repõe uma modalidade própria da existência de um “ser social primitivo”, Lévi-Strauss colocaria a relação entre guerra e troca numa operação até certo ponto livre de sujeitos.³² Desse modo, o recurso à estrutura jogaria a problemática no âmbito de uma universalidade, ao mesmo passo que retiraria um sentido mais fenomenológico que poderia atribuir sentidos diferenciados para essas realidades sociais. Clastres, em compensação, desfaz o sentido matemático da operação, mas, ao mesmo tempo, perde a possibilidade de universalizar a ligação entre guerra e troca.

Ainda assim, como sugere Fausto (1999, 2001), poderíamos pensar numa outra leitura, que, de certo modo, vai se valer dessas anteriores, embora retomando um sentido estruturalista posterior à obra de Lévi-Strauss. É possível dizer que há outras conseqüências do pensamento de Lévi-Strauss (que são de especial interesse para nós), que ultrapassam a equação “guerra = troca infeliz”. Desse modo,

a crítica [de Clastres] dirigida a Lévi-Strauss atém-se, contudo, a apenas um dos aspectos da reflexão estruturalista sobre a guerra primitiva, aquele que a faz mera contraface da troca e da sociabilidade, não lhe conferindo nenhum valor positivo. Na verdade, há outro movimento no pensamento lévi-straussiano, talvez mais profundo e com um desenvolvimento empírico mais importante, que consiste justamente na operação inversa: não se trataria de pensar a guerra como negativo da troca, mas sim *como* troca (Fausto, 1999, p. 260).

Identificada à troca, a guerra aparece no enunciado de um princípio estrutural e *a priori* de toda experiência humana (*Idem*, p. 260).

Tal leitura se vale de uma série de exemplos etnográficos sul-americanos, como os expostos em Carneiro da Cunha e Viveiros de Castro (1985), Viveiros de Castro (1986) e Fausto (2001), nos quais se retira da operação da guerra como troca uma substância fenomênica. No exemplo etnográfico mais recente, Fausto pôde elaborar um desdobramento da idéia de “guerra como troca” de Lévi-Strauss, imprimindo-lhe o que ele chama de uma “lógica qualitativa” da guerra. Observando como o consumo de inimigos se transubstancializa de diversos modos na produção de pessoas nessas sociedades (que encontra operação análoga somente na cosmologia xamanística),³³ ele chega a propor a cunhagem de uma categoria generalizante para se pensar a guerra nessa região etnográfica – a “predação familiarizante”:

[...] quando associo as posições de xamã e guerreiro, estou sugerindo que as operações de “domesticação” no xamanismo e na guerra são de mesma natureza, e que ambas são parte de uma economia generalizada da produção de pessoas, centrada na apropriação de capacidades no exterior do *socius*. Cunhei um termo para falar dessas operações: *predação familiarizante*, conversão da predação em familiariza-

ção, processo pelo qual sujeitos ferozes e outros são consumidos e controlados para se produzirem novos sujeitos no interior do grupo (Fausto, 1999, p. 269; *grifos do autor*).

Uma das características essenciais dessa leitura da guerra se baseia na noção de que a guerra indígena é fundamentalmente uma relação entre *sujeitos* que, no ato de guerra, se consomem de maneira produtiva (ao produzir-se em função de uma alteridade reconhecida e incorporada), gerando, por exemplo, nomes, parentes e pessoas.³⁴ Ao mesmo tempo, há que se reconhecer que essa possibilidade substantiva que está imersa na equação “guerra *como* troca” somente se efetiva com o reconhecimento de que estamos lidando com sociedades que manejam a alteridade com pressupostos parecidos aos colocados por Clastres, ao definir um “ser social da sociedade primitiva” (Viveiros de Castro, 1986, pp. 28 e ss.): diferentes do nosso, recusando-se à divisão.

Conclusão

Então, caberia pensar num alargamento suficiente para essas proposições, a ponto de pensar a guerra moderna, por exemplo, como uma variante ou um caso dessas relações? Em princípio, não, pois

[...] se na guerra, digamos, ‘moderna’ os inimigos são coisificados ou animalizados, na guerra indígena, ao contrário, eles têm necessariamente o estatuto de sujeitos: a predação é uma relação social entre sujeitos. [Daí] para que o consumo seja produtivo, ele não pode ser a pura negação do outro: o inimigo não pode ser reduzido à condição de objeto ou de insumo. Isso significa que o movimento bélico respeita antes uma lógica da qualidade do que da quantidade. As

operações guerreiras visam não apenas conhecer a subjetividade do inimigo, mas qualificá-la, resgatá-la da indiferença para consumir sua diferença (Fausto, 1999, p. 273).³⁵

No entanto, acredito que, desse modo, caímos em uma espécie de impasse: ao mesmo tempo que a “guerra primitiva” abre o horizonte para se pensar uma perspectiva antropológica da guerra, isto é, como um fundamento geral, encontramos inversões de características na sua “passagem” para a guerra moderna, que parece operar no âmbito do Estado e, a partir daí, temos que aceitar um campo de validações oferecido, sobretudo pela ciência política, perdendo a antropologia sua força de análise.

Isso, claro, pode mudar se considerarmos que o campo de análise da antropologia para as ditas “guerras modernas” ainda está engatinhando. Análises etnográficas específicas parecem de alguma maneira estar ainda bastante interessadas no fenômeno da formação

do Estado, ora indexando a guerra à política, ao modo de outras análises sociológicas – por exemplo, Tilly (1996) e Cohen (1984) –, ora incorporando teorias do *expanding states* – como em Deflem (1999) –, ora relacionando o problema ao contexto da emergência de identidades étnicas, ou ainda incorporando um pouco dessas duas perspectivas.³⁶

Uma outra perspectiva, muito mais restrita, ainda pretende abarcar análises antropológicas sobre militares e/ou formações guerreiras. É o caso pioneiro de Castro (1990), seguido de Leirner (1997, 2001), e poucas análises realizadas em outros países, das quais destaco Frese e Harrell (2003), além dos trabalhos de Ben-Ari e Frühstück (2003) sobre as forças de defesa do Japão e um breve ensaio bibliográfico do mesmo Ben-Ari (2004). Porém, é preciso dizer que tais análises, possivelmente com exceção das duas primeiras, pouco fazem para discutir com todo o campo de investigação acima proposto. Fica, então, a sugestão para que a etnografia das “nossas guerras” olhe para essa discussão.

Notas

- 1 É verdade que já se pode de alguma maneira reportar ao *Ensaio sobre a dádiva* de Mauss (1974), especialmente em relação aos problemas das prestações agonísticas, uma reflexão sobre a guerra, mas somente dentro de um conjunto mais amplo de problemas. Neste caso, bem como de outros, como o de Fernandes (1970 [1952]), entendo que suas brilhantes análises vão ser incorporadas em reflexões futuras, por isso não vou situá-las agora (com o possível prejuízo de desprezar uma cronologia).
- 2 O que certamente não é prerrogativa dessa área, e aí deve seguir uma dinâmica mais ou menos comum a todas as ciências sociais.
- 3 De certo modo, o presente artigo está balizado em reflexões anteriores de Fausto (1999, 2001), até agora provavelmente uma das únicas em português que realiza um balanço do tema, ainda que não seja essa sua pretensão. Recentemente, a tese de Rogério Duarte do Pateo realiza um balanço da literatura, enfocando especialmente o caso yanomami (Duarte do Pateo, 2005). Outros textos produzidos no Brasil (que são raros), além dos que veremos adiante, encontram-se em um recente volume da revista *Sexta-Feira* dedicado ao tema da guerra. Seguindo uma trilha semelhante à de Fausto, destaco Cohn e Sztutman (2003).

- 4 Sobre o “weberianismo” dessas visões, constatado por um cientista político, ver Keegan (1995, p. 121).
- 5 Leitura semelhante também pode ser feita no *Primitive marriage* de McLennan (1970 [1865]), em que o rapto de mulheres tem um papel fundamental na passagem dos sistemas matrilineares para os patrilineares. Ver também Evans-Pritchard (1973, pp. 45-7).
- 6 Já em 1940, Radcliffe-Brown (1981 [1940], pp. 18-9), numa passagem do seu prefácio ao *Sistemas políticos africanos* distinguia a violência privada (*feud*) da guerra. Embora esse esquema vá ser visto ao mesmo tempo em diversas abordagens, não se trata de uma reflexão sobre a natureza da guerra, conforme veremos aparecer em outros autores contemporâneos.
- 7 Turney-High era, além de antropólogo da Montana State University, oficial da cavalaria norte-americana.
- 8 Por isso, o conceito de “horizonte militar” não se refere, necessariamente, somente ao Estado moderno, embora pensemos que seja a perspectiva deste que esteja informando a medida das coisas. O Império Romano, nesse sentido, poderia ser considerado como um tipo de organização “acima” do horizonte militar.
- 9 Ver, nesse sentido, a crítica de Fausto (2001, pp. 268-71).
- 10 Aliás, essa idéia de “comunidades políticas” também parece ter afetado uma antropologia muito próxima daquela que estamos discutindo, como é o caso de uma série de estudos sobre estrutura social e política de povos indígenas que aparecem no cenário norte-americano a partir dos anos de 1950, como, por exemplo, Service (1962) e Sahlins (1968). Esses estudos tratavam de estabelecer tipologias para o grau de complexidade sociopolítica como “bando, tribo, chefia, cacicado, reino e Estado”.
- 11 Parece-nos que o ambiente norte-americano também foi decisivo para uma escolha de certos antropólogos pelo estudo da guerra. Depois de aparente calma nos anos de 1950 – só cinco artigos foram publicados nos maiores periódicos norte-americanos durante a década, conforme Ferguson (1984, p. 6) –, o tema voltou com força nos anos de 1960, considerados a “idade de ouro” para a antropologia da guerra: “Why was this period the golden age for the study of warfare? I offer, tentatively, three thoughts. First, the number of anthropologists grew rapidly, beginning in the late 1950s. These students needed to find research topics and field sites. In the early 1960s, I sought a topic that had been little researched – and found warfare [...]. Second, the war in Vietnam, unlike the Korean War, had aspects resembling “primitive war”. [...] Third, some unacculturated areas opened to field research...” (Otterbein, 2000, p. 799).
- 12 Assim, “Há muitas razões para não se esperar que uma guerra seja intensa, sangrenta ou prolongada entre os bandos de caçadores e coletores, mas a falta de uma sólida organização deve ser um dos mais importantes fatores. [...] Na ausência de uma organização que possa mobilizar ou recrutar guerreiros, conduzi-los e dar-lhes razões para a luta, não se deve esperar que ocorram batalhas realmente sérias” (Service, 1971, p. 83).

- 13 Uma descrição dessa batalha foi compilada por Service (1971, pp. 82-3). Valendo-se dessa e de outras descrições, Service chega, inclusive, a sugerir que as “batalhas abertas” dos primitivos pudessem eventualmente ser substituídas por jogos ou competições. Curiosamente, vemos uma linha de semelhança, mas de maneira a equacionar as relações guerra-paz, primitivo-moderno de maneira inversa, com os processos de “esportificação” associados à dinâmica de pacificação da sociedade ocidental tal qual vista por Elias (1992).
- 14 A tese de Vayda (1956) incorpora largamente a distinção entre guerra primitiva e verdadeira de Turney-High, incluindo os modelos maori e havaiano como exemplos de guerra “verdadeira”, devidamente estruturada por um sistema de autoridade centralizada. Posteriormente, ele irá progressivamente suavizar essas distinções (Ferguson, 1984, p. 27).
- 15 Ver, a esse respeito, crítica de Fausto (1999). Aqui também se abrange a questão da formação do Estado da perspectiva evolucionista da centralização política, como em Service (1962), para quem a chefia é um passo importante e inexorável da formação posterior do Estado. Sahlins (1968), que até certo ponto se enquadrava nessa perspectiva, se desliga dela ao encontrar a fusão entre processo e estrutura, como no caso havaiano (Sahlins, 1990).
- 16 Otterbein vê dois períodos: um entre 1960 e 1980 e outro de 1980 até hoje. Porém, esses períodos diferem mais quantitativamente do que qualitativamente (Ferguson, 1988), uma vez que o segundo período condensou ainda mais as perspectivas do primeiro (Otterbein, 2000, pp. 798-802).
- 17 Tal discussão com Lévi-Strauss será retomada a seguir.
- 18 Posteriormente, boa parte da literatura dos anos de 1970 e começo dos anos de 1980 irá se ocupar com duas regiões etnográficas: América do Sul e Nova Guiné (Ferguson, 1984, p. 32), com leve tendência de expansão dos estudos para a África Sub-saariana.
- 19 Note-se a semelhança com argumentos como os de McLennan (1970 [1865]) e Tylor (1888), elaborados um século antes.
- 20 Para uma lista de estudos que relacionam a falta de proteína na Amazônia à guerra, ver Ferguson (1984, p. 30). Para a polêmica sobre a (falta de) proteína como motor da guerra, ver Chagnon (1983) e a resposta de Harris (1984), encontrada no volume editado por Ferguson.
- 21 Para Ferguson (1984, p. 30), não há consenso entre as perspectivas da ecologia cultural se a terra é um objetivo ou uma consequência da guerra, especialmente nos casos das regiões do Pacífico Ocidental e do Sudeste Asiático. Para listar opiniões contra ou a favor do argumento ecológico que liga a guerra à expansão de terras, ver, respectivamente, Hallpike (1977) e Ember (1982).
- 22 Para uma crítica a este modelo, ver Fausto (2001, pp. 506-7).
- 23 Curiosamente, Carneiro (1994), ao defender a “culturalidade” da guerra, apela justamente a Malinowski, quem formulou uma teoria das necessidades básicas para sustentar seu brilhante material etnográfico.

- 24 É verdade que Fernandes (1970 [1952], p. 11) também vai apresentar uma visão pioneira sobre a guerra primitiva, vendo-a como “fato social”, e retirando-a da chave “naturalista”. No entanto, também é verdade que o prisma funcionalista o faz reduzir a guerra ao fenômeno religioso, de certo modo apenas substituindo a solução política por essa outra ordem, digamos, mais “cosmológica” (em relação aos tupinambás, ele admite que nas nossas sociedades a guerra é a “continuação da política”). Ainda assim, ao conferir à guerra tupinambá o estatuto de uma “guerra verdadeira” (contra Turney-High e Malinowski), Fernandes abre um enorme campo de possibilidades que anos mais tarde serão retomadas à luz do estruturalismo, por exemplo, em Carneiro da Cunha e Viveiros de Castro (1985).
- 25 Clastres (1980, p. 25) pensa que uma vez as sociedades primitivas vivessem um ideal “autárquico”, elas “recusa[riam] o risco imanente ao comércio, recusa[riam] alienar sua autonomia”. Então, faz-se necessário desarticular a guerra de um comércio que já não existe enquanto princípio constitutivo dessas sociedades.
- 26 Assim, para Clastres, o fundamento que está por trás da guerra como “átomo” é um “desejo político” (ou mesmo uma nova versão do contrato?) de as sociedades primitivas recusarem o Estado, que seria uma espécie de “grande Outro”, utilizando-se dos termos de Lefort (1999, p. 322). Nesse sentido, o risco da troca seria assim uma espécie de caracimata do risco da divisão social, especialmente a divisão da sociedade do poder que a constitui. Por isso, a idéia de alienar o próprio corpo social em função de outro segue, nessa medida, a recusa da sociedade primitiva em alienar-se de si mesma. Clastres procura mostrar que há uma deliberação no sentido de se evitar por todos os meios o que ele entende como sendo o “risco da divisão”, o que se dá sempre de maneira dramática. No interior de uma sociedade, a tortura realizaria o papel de mostrar que o corpo social está igualmente presente em todos, inserindo as marcas da sociedade no próprio corpo do indivíduo (Clastres, 1978). E, em relação ao exterior, a guerra garantiria a unidade autárquica do corpo social (vista, sobretudo, pelas noções de autarquia comercial e dispersão centrífuga que Clastres toma de empréstimo a Sahlins (1972); também conforme Clastres [1976, 1978, 1980]). Desse modo, em relação à troca, a guerra passa a ser vista como fórmula ideal de realização desse “desejo político”, e, portanto, ela própria representaria um fundamento social antiestatal. Ver, a esse respeito, as considerações de Viveiros de Castro (1986, pp. 28, 88 e 105), Cardoso (1989, pp. 8 e 16, nota 2) e também de Prado Jr. (2003, pp. 431-32) sobre a metafísica de Clastres.
- 27 Fato que Sahlins (1972, p. 171) constata na sua leitura de Mauss: “But if Mauss is a spiritual descendant of Rousseau, as a political philosopher he is akin to Hobbes. Not to claim a close historic relation with the Englishman, of course, but only to detect a strong convergence in the analysis: a basic agreement on the natural political state as a generalized distribution of force, on the possibility of escaping from this condition by the aid of reason, and on the advantages realized thereby in cultural progress. The comparison with Hobbes seems to best bring out the almost concealed scheme of *The Gift*. Still, the exercise would have little interest were it not that this ‘problématique’ precisely at the point it makes juncture with Hobbes arrives at a fundamental discovery of the primitive poli-

ty, and where it differs from Hobbes it makes a fundamental advance in understanding social evolution”.

- 28 A forma “política” do Dom parece também estar respaldada por uma economia política primitiva explorada por Sahlins (1972), inclusive podendo se pensar aí sua idéia de “reciprocidade negativa”, de qual se espera ganho sem contrapartida (*Idem*, p. 195), como uma espécie de “fórmula elementar de economia de guerra”. No nosso entender, tal problema para o Dom apresenta soluções mais consistentes em Clastres, que, retomando o próprio argumento de Sahlins, potencializa a discussão no campo da filosofia política.
- 29 Diz ele: “A máquina de guerra é o motor da máquina social, o ser social primitivo repousa inteiramente sobre a guerra. Quanto mais houver a guerra, menos unificação haverá, e o maior inimigo do Estado é a guerra. A sociedade primitiva é contra o Estado na medida em que ela é sociedade-para-a-guerra. Eis-nos novamente reconduzidos ao pensamento de Hobbes. Com uma lucidez que depois dele desapareceu, o pensador inglês soube desvendar o laço profundo, a relação de vizinhança próxima que entre ambos estabelecem a guerra e o Estado. Soube ver que a guerra e o Estado são termos contraditórios, que não podem existir conjuntamente, que cada um deles impede a conjugação do outro: a guerra impede o Estado, o Estado impede a guerra. [...]. Incapaz de conceber o mundo primitivo como um mundo não-natural, Hobbes, em contrapartida, foi o primeiro a perceber que não se pode pensar a guerra sem o Estado, que devem ambos ser pensados numa relação de exclusão. Para ele, o vínculo social institui-se entre os homens graças a esse ‘poder comum que os mantém a todos em respeito’: *o Estado é contra a guerra*. Que nos diz paralelamente a sociedade primitiva como espaço sociológico da guerra permanente? Repete, invertendo-o, o discurso de Hobbés, proclama que a máquina da dispersão funciona contra a máquina de unificação, diz-nos que *a guerra é contra o Estado*” (Clastres, 1980, pp. 44-5; *grifos do autor*).
- 30 Gauchet tem a idéia de que o Estado não representa um corte na história humana: ele apenas ressalta um fenômeno que já era dado no sentido religioso, uma certa *exterioridade* do fundamento social. Embora esta pareça uma solução tipicamente durkheimiana, haverá um ponto de divergência em relação a Durkheim: essa exterioridade é uma escolha inerente a cada sociedade (o que, aliás, permite que se passe do sagrado ao Estado), e, nesse sentido, não se constitui num constrangimento, mas sim numa *escolha política* (daí a retomada de Clastres): a de se estabelecer uma dívida de sentido inicial.
- 31 Embora a idéia de “sociedade contra o Estado” de Clastres lance no plano da política o pressuposto de uma fórmula contratual universal, ela pode acarretar, sem querer, uma volta a uma espécie de divisor sociológico. Lefort (1999, pp. 314-15; 320-24) percebe tal fato quando Clastres constrói sua noção de alteridade sobre o Estado, tomando esta “forma da história” como resolução mais bem acabada da diferença. Fausto (1999, pp. 258-59) entende que a solução de Clastres pode recair numa espécie de paradoxo, sugerindo que ele não escapa totalmente dos modelos ao mesmo tempo do “bom selvagem”, para expressar uma “liberdade e igualdade” primitivas, e do selvagem hobbesiano, contra Lévi-Strauss. Goldman (1999, pp. 81-2), em parte apoiado nas reflexões de Deleuze e Guattari (1997 [1980]), entende que Clastres, ao perceber que algo do mecanismo dessa

instituição moderna tem que estar presente nas sociedades primitivas para que elas possam inibi-lo, acaba por produzir um certo “resíduo etnocêntrico”, que impõe uma continuidade artificial entre os dois tipos de sociedades.

- 32 Aliás, esta é a crítica que Lefort (1979) estende para a leitura que Lévi-Strauss faz do Dom (ou de Mauss, na sua célebre “Introdução à obra de Marcel Mauss”, de 1950). Também é um ponto de crítica para Bourdieu (1977, pp. 3-9; 1996, pp. 7-8), para quem o Dom – se observado no intervalo da troca – também tem que ser considerado produto (e produção) de um desejo, de uma “verdade vivida”, e também a realização de uma relação de troca transcendental.
- 33 A relação entre o consumo e a produção de pessoas vem de textos anteriores, já podendo ser detectada desde a obra de Fernandes (1970 [1952]), mas cristalizada, sobretudo, em Viveiros de Castro (1986). Não cabe aqui fazer a reconstituição dessa produção, esclarecendo apenas que optamos por seguir a etnografia de Fausto (2001), não somente por ela retomar toda essa literatura anterior, mas também por se preocupar especificamente em elaborar a partir daí uma teoria da guerra. Para uma visão sintética da questão, ver Fausto (2001, pp. 326 e ss., especialmente p. 327, nota 71).
- 34 Essa relação foi cunhada por Fausto (2001) como “consumo produtivo”.
- 35 Tal também é a assertiva de Viveiros de Castro sobre a predação, que Fausto estendeu para uma teoria da guerra: “Tais relações de predação, apressamo-nos a ressalvar, são imediatamente relações sociais. A reciprocidade inerente à predação canibal já sugere que se trata aqui de uma predação *subjetivante*, interna ao ‘mundo das relações’ de que falava Lévi-Strauss. Ela nada tem a ver com a produção objetivante moderna, que supõe justamente uma relação neutra, impossível nas cosmologias ameríndias, confrontando um Sujeito humano ativo e um Outro inerte e naturalizado. A predação generalizada ameríndia é uma figura do mundo do dom e da ‘luta dos homens’ (Lefort, 1979), não do mundo do trabalho e da sujeição das coisas: ela pertence à *troca*, não à *produção*” (Viveiros de Castro, 1986, p. 186; grifos do autor).
- 36 Veja recente número da *American Anthropologist* dedicado ao 11 de setembro, destacando-se, por exemplo, os artigos de Shahrani (2002) e Lutz (2002).

Bibliografia

- BEN-ARI, Eyal. (2004), “Review essay: the military and militarization in the United States”. *American Ethnologist*, 31 (3): 340-48.
- BEN-ARI, Eyal & FRÜHSTÜCK, Sabine. (2003), “The celebration of violence: a live-fire demonstration carried out by Japan’s contemporary military”. *American Ethnologist*, 30 (4): 540-55.
- BOURDIEU, Pierre. (1977), *Outline of a theory of practice*. Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. (1996), “Marginália: notas adicionais sobre o Dom”, *Mana*, 2 (2): 7-20, Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

- CARDOSO, S. (1989), A crítica da antropologia política na obra de Pierre Clastres, Tese de Doutorado. São Paulo, Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. & VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. (1985), "Vingança e temporalidade entre os tupinambá", *Anuário Antropológico* 85, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- CARNEIRO, Robert. (1970), "A theory of the origin of the State". *Science*, 469: 733-38.
- _____. (1978), "Political expansion as an expression of the principle of competitive expansion", in R. Cohen & Elman Service (eds.), *Origins of the State: the anthropology of political evolution*, Philadelphia, Institute for the Study of Human Issues, pp. 205-23.
- _____. (1988), "The circumscription theory: challenge and response". *American Behavioral Scientist*, 31 (4): 497-511.
- _____. (1994), "War and Peace: alternating realities in human history", in S. Reyna & R. Downs, *Studying war: anthropological perspectives*, Amsterdam, OPA.
- _____. (2003), *Evolutionism in cultural anthropology: a critical history*. Boulder, Westview Press.
- CASTRO, Celso. (1990), *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- CHAGNON, Napoleon. (1967), "Yanomamo social organization and warfare", in M. Fried. et al. (eds.), *War: the anthropology of armed conflict and aggression*, Garden City Natural History Press, pp. 109-59.
- _____. (1983), *Yanomamo: the fierce people*. 3. ed. New York, Holt, Rinehart Winston.
- _____. (1988), "Life histories, blood revenges and warfare in a tribal population". *Science*, 239: 985-92.
- CLASTRES, Hélène. (1978), *Terra sem mal: o profetismo tupi-guarani*. São Paulo, Brasiliense.
- CLASTRES, Pierre. (1976), "Préface", in M. D. Sahlins, *Âge de Pierre, Âge D'Abundance*, Paris, Gallimard.
- _____. (1978), *A sociedade contra o Estado*. São Paulo, Martins Fontes.
- _____. (1980), "Arqueologia da violência", in VVAA, *Guerra, religião e poder*, Lisboa, Ed. 70.
- COHEN, Ronald. (1984), "Warfare and State formation: wars make states and states makes wars", in R. Brian Ferguson (ed.), *Warfare, culture and environment*, Orlando, Academic Press.
- COHN, Clarice & SZTUTMAN, Renato. (2003), "O visível e o invisível na guerra ameríndia". *Sexta-Feira*, São Paulo, Ed. 34, a43-a56.
- DEFLEM, Mathieu. (1999), "Warfare, political leadership, and State formation: the case of the Zulu kingdom, 1808-1879". *Ethnology*, 38 (4): 371-91.

- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. (1997 [1980]), *Mil platôs*. Vol. 5, São Paulo, Ed. 34.
- DIVALE, William & HARRIS, Marvin. (1976), "Population, warfare, and the male supremacist complex". *American Anthropologist*, 78: 521-38.
- DUARTE DO PATEO, Rogério. (2005). *Relações de antagonismo e aliança entre os yanomami da serra dos Surucucus (RR)*. Tese de Doutorado. São Paulo, PPGAS/USP.
- ELIAS, Norbert. (1990 [1939]), *O processo civilizador*, v. 1, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- _____. (1992), *A busca da excitação*. Lisboa, Difel.
- EMBER, Melvin. (1982), "Statistical evidence for an ecological explanation of warfare". *American Anthropologist*, 84: 645-49.
- EVANS-PRITCHARD, Edward E. (1973), *Antropología social*. Buenos Aires, Nueva Visión.
- FAUSTO, Carlos. (1999), "Da inimizade: forma e simbolismo da guerra indígena", in A. Novaes (org.), *A outra margem do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras.
- _____. (2001), *Inimigos fiéis. História, guerra e xamanismo na Amazônia*. São Paulo, Edusp.
- FERGUSON, R. Brian. (1984), "Introduction: studying war", in R. Brian Ferguson (ed.), *Warfare, culture and environment*, Orlando, Academic Press.
- _____. (1988), *The anthropology of war: a bibliography*. New York, Number One.
- _____. (1990), "Explaining war", in J. Haas, *The anthropology of war*, Cambridge, Cambridge University Press.
- FERGUSON, R. Brian. & WHITEHEAD, Neil. (1992), *War in the tribal zone: expanding states and indigenous warfare*. Seattle, University of Washington Press.
- FERNANDES, Florestan. (1970 [1952]), *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. São Paulo, Pioneira/Edusp.
- FRESE, Pamela & HARRELL, Margaret. (2003), *Anthropology and the United States military*. New York. Palgrave Macmillan.
- FRIED, Morton. (1967), *The evolution of political society*. New York, Random House.
- GAUCHET, Marcel. (1980), "A dívida do sentido e as razões do Estado", in VVAA, *Guerra, religião e poder*, Lisboa, Ed. 70.
- GIANOTTI, José A. (1983), *Trabalho e reflexão. Ensaio para uma dialética da sociabilidade*. São Paulo, Brasiliense.
- GOLDMAN, Marcio. (1999), *Alguma antropologia*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/Nuap.
- GROSS, Daniel. (1975), "Protein capture and cultural development in the Amazon basin". *American Anthropologist*, 77: 526-49.
- HALLPIKE, C. R. (1977), *Bloodshed and vengeance in the Papuan mountains: the generation of conflict in tauade society*. London, Oxford University Press.

- HARRIS, Marvin. (1984), "A cultural materialist theory of band and village warfare: the Yanomamo test", in R. Brian Ferguson (ed.), *Warfare, culture and environment*, Orlando, Academic Press.
- _____. (1977), *Cannibals and kings: the origins of cultures*. New York, Random House.
- _____. (1979), *Cultural materialism: the struggle for a science of culture*. New York, Random House.
- HART, C. W. M. & PILLING, Arnold. R. (1960), *The Tiwi of North Australia*. New York, Holt, Rinehart and Winston.
- HOBBS, Tomas. (1974 [1651]). *Leviatã ou matéria: forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo, Ed. Abril (col. "Os Pensadores").
- KEEGAN, John. (1995). Uma história da guerra. São Paulo. Companhia das Letras.
- KEELEY, Lawrence W. (1996), *War before civilization: the myth of the peaceful savage*. New York, Oxford University Press.
- LATHRAP, Donald. (1968), "The 'hunting' economics of the tropical forest zone of South America: an attempt at historical perspective", in R. Lee & I. Devore, *Man the hunter*, Chicago, Aldine.
- LEFORT, Claude. (1979), *As formas da história*. São Paulo, Brasiliense.
- _____. (1999), *Desafios da escrita política*. São Paulo, Discurso Editorial.
- LEIRNER, Piero C. (1997), *Meia-Volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro, FGV/Fapesp.
- _____. 2001. O sistema da guerra: uma leitura antropológica dos exércitos modernos. Tese de Doutorado. São Paulo, Departamento de Antropologia/ USP.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1974 [1950]. "Introdução à obra de Marcel Mauss". in M. Mauss, *Sociologia e antropologia*, 2 vols., São Paulo, EPU/Edusp.
- _____. 1976 [1942], "Guerra e comércio entre os índios da América do Sul", in Egon Shaden, *Leituras de Etnologia Brasileira*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- LORENZ, Konrad. (1966), *On aggression*. London, Methuen & Co.
- LUTZ, Catherine. (2002), "Making war at home in the United States: militarization and the current crisis". *American Anthropologist*, 104 (3): 723-35.
- MAINE, Henry S., (2005 [1861]). *Ancient Law*. Texto Integral em <http://socserv2.socsci.mcmaster.ca/~econ/ugcm/3ll3/maine/>. Acesso em setembro de 2005.
- MALINOWSKI, Bronislaw. (1941), "An anthropological analysis of war", *American Journal of Sociology*, 46: 521-50.
- MAUSS, Marcel. (1974), "Ensaio sobre a dádiva", in *Sociologia e Antropologia*, 2, São Paulo, EPU/Edusp.

- MCLENNAN, John F. (1970 [1865]), *Primitive marriage*. Chicago. University of Chicago Press.
- MORGAN, Lewis. (1985 [1877]), *Ancient society*. Phenix. University of Arizona Press.
- NAROLL, Raoul. (1966), "Does military deterrence deter?" *Trans-Action*, 3 (2): 14-20.
- OTTERBEIN, Keith. (1968), "Internal war: a cross-cultural study". *American Anthropologist*, 70: 277-89.
- _____. (1970), *The evolution of war: a cross-cultural study*. New Haven, CT, Human Relations Area Files Press.
- _____. (1973), "The anthropology of war", in J. Honigmann (ed.), *Handbook of social and cultural anthropology*, New York, Rand McNally and Co.
- _____. (1994), *Feuding and warfare: selected works of K. Otterbein*. Langhorne, Gordon and Breach.
- _____. (2000), "A history of research on warfare in anthropology", *American Anthropologist*, 101(4): 794-805, Chicago, AAA.
- PRADO JR., Bento *et al.* (2003), "Lembranças e reflexões de Pierre Clastres: entrevista com Bento Prado Jr.". *Revista de Antropologia*, 46 (2), São Paulo, Universidade de São Paulo.
- RADCLIFFE-BROWN, Alfred. R. (1981 [1940]), "Prefácio", in Meyer Fortes & E. E. Evans-Pritchard, *Sistemas políticos africanos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- SAHLINS, Marshall. D. (1961), "The segmentary lineage: an organization of predatory expansion". *American Anthropologist*, 63: 322-45.
- _____. (1968), *Tribesman*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall.
- _____. (1972), *Stone Age economics*. Chicago, Aldine Publishing Co.
- _____. (1990), *Ilhas de história*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- SERVICE, Elman. (1962), *Primitive social organization: an evolutionary perspective*. New York, Random House.
- _____. (1971), *Os caçadores*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- SHAHRIANI, Nazif. (2002), "War, factionalism, and the State in Afghanistan". *American Anthropologist*, 104 (3): 715-22.
- TILLY, Charles. (1996), *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo, Edusp.
- TURNEY-HIGH, H. (1942), *The practice of primitive war*. Missoula, Montana State University.
- TYLOR, Edward B. (1888), "On a method of investigating the development of institutions: applied to laws of marriage and descent". *Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, 18: 245-270.
- VAYDA, Andrew P. (1956), *Maori warfare*. PhD Dissertation. Columbia University.

- _____. (1976), *War in ecological perspective*. New York, Plenum.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. (1986), *Araweté: os deuses canibais*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- VINCENT, Joan. (1990), *Anthropology and politics: visions, traditions and trends*. Tucson, University of Arizona Press.
- WEBER, Max. (1994 [1913]), *Economia e Sociedade*, v. 1, Brasília, Ed. UnB.
- _____. (1999 [1913]), *Economia e Sociedade*, v. 2, Brasília, Ed. UnB.
- WILSON, Edward O. (1975), *Sociobiology: the new synthesis*. Cambridge, Harvard University Press.

Resumo

Perspectivas Antropológicas da Guerra

O artigo apresenta um balanço bibliográfico de correntes que compreendem a denominada “antropologia da guerra”, uma “subárea” da antropologia. Em um primeiro momento, desenvolve os argumentos utilizados por autores norte-americanos a respeito da temática da guerra, para, em seguida, contrapô-los a outras linhas de pensamento, que emergem principalmente a partir do estruturalismo de Lévi-Strauss. De maneira geral, a idéia é mostrar como as questões aqui levantadas de alguma maneira estão presas a problemas de longa duração nas ciências sociais, a exemplo da relação entre guerra e política e da emergência do Estado enquanto instituição reguladora da guerra.

Palavras-Chave: Antropologia da Guerra; Guerra; Estado; Política; Evolução; Troca.

Résumé

Perspectives anthropologiques de la guerre

Le but de cet article est de présenter un bilan bibliographique sur quelques lignes de l'anthropologie qui s'occupent de la thématique de la guerre, et qui constituent une sous catégorie appelée “anthropologie de la guerre”. Nous commençons notre article par l'analyse des arguments utilisés par les courants nord-américains dédiés au thème. Nous essayons, ensuite, de les comparer à d'autres lignes de pensée, qui émergent surtout d'après le structuralisme de C. Lévi-Strauss. D'une façon générale, nous cherchons à démontrer comment les questions que nous exposons sont, en quelque sorte, liées à des problèmes qui concernent, depuis longtemps, les sciences sociales comme, par exemple, la relation entre la guerre et la politique et l'émergence de l'État en tant qu'institution régulatrice de la guerre.

Mots-clés: Anthropologie de la guerre; Guerre; État; Politique; Évolution; Échange.

Abstract

Anthropological Perspectives on War

The aim of this article is to review some of the lines of anthropology on the war theme, which constitute a subfield called "anthropology of war." In the first place the arguments developed specially by the American lines of research will be exposed, followed, in contraposition, by the arguments of other theoretical lines, which developed mainly after the structuralism of C. Lévi-Strauss. In a general way, this article will try to show how the questions here outlined are attached in some sort to the long term problems that concern the Social Sciences, as the relationship between war and politics and the emergence of the State as an institution that rules the war.

Keywords: Anthropology of war; War; State; Politics; Evolution; Exchange.

Revisão Bibliográfica da Literatura Quantitativa sobre os Determinantes de Guerra Civil

Artur Zimmerman

Introdução

A literatura quantitativa sobre guerra civil é praticamente inexistente no Brasil; em contrapartida, tem ganhado cada vez mais espaço na literatura internacional, principalmente pelo fato de esse fenômeno vir crescendo desde o final da Segunda Guerra Mundial, sobretudo a partir dos anos de 1970.

As guerras civis são responsáveis por grande parte das mortes geradas em conflitos no interior de um país, ultrapassando em muito as mortes ocasionadas por conflitos interestatais e mesmo a quantidade desse tipo de guerra. Em consequência, observa-se, nos últimos anos, substancial aumento de estudos quantitativos sobre guerra civil, apesar da defasagem existente quando comparados aos trabalhos sobre guerras entre países.¹ A meu ver, os cientistas políticos devem estudar esse fenômeno, uma vez que se trata de algo pouco compreendido no processo político interno, podendo ocasionar a instabilidade de sistemas regionais e ser uma ameaça à paz internacional.

Apesar de a guerra civil ser um fenômeno raro – somente 7% da unidade país-ano pesquisada entre o pós-guerra e o fim do século XX encontram-se nessa situação (Collier e Hoeffler, 2001) –, muitas regiões são afetadas por esse tipo de violência coletiva.

Não há ainda uma teoria que comporte o conceito de guerra civil, além do que

faltam abordagens empíricas sistemáticas, como ocorre nos estudos sobre guerras entre países. Enquanto mais de 90% das guerras ocorridas no período do pós-Guerra Fria são civis, não se observa um arcabouço teórico, no campo das relações internacionais, que consiga explicar tal fenômeno, nem nos estudos acadêmicos que tratam do tema de segurança, os quais são dominados por uma visão realista e focam sua análise quase que exclusivamente nas guerras entre países (Gates, 2002a, p. 2). Assim, as teorias realistas são irrelevantes para explicar as guerras civis. Andrew Mack (2002, p. 518) afirma que o realismo é um paradigma teórico unicausal e, portanto, inadequado para compreender a maioria das guerras atuais, pois nenhum analista sério crê que as guerras civis tenham uma única causa. Ademais, o realismo também pressupõe que o Estado é um ator único e, portanto, incapaz de explicar por que divisões religiosas, étnicas ou de classe ocorrem no interior de um determinado país, levando-o à guerra. Esse tipo de teoria pode vislumbrar a anarquia do sistema internacional, mas não algo parecido no âmbito nacional – quando o monopólio legítimo da violência entra em colapso e é desafiado por outras forças internas e, possivelmente, externas. Devemos, pois, buscar explicações interdisciplinares para as guerras civis.

As teorias liberais conseguem abranger o fenômeno de maneira mais profícua, já que não priorizam a segurança como motivo do conflito violento e não compartilham a idéia realista da hierarquia de interesses. Porém, parece-me que tanto o realismo como o liberalismo (ou suas versões neo) não são capazes de construir um embasamento teórico sólido no sentido de explicar as guerras civis.

As teorias da escolha racional tentam igualmente explicar as guerras civis, sugerindo a idéia de que há uma troca entre Estado e população, e que a freqüente desconsideração de direitos políticos (injustiça) ou mesmo a sua falta poderiam levar a uma possível rebelião (Sambanis, 2001a). O baixo custo da violência incentiva as partes a utilizarem-se dela. Ou seja, a teoria racional indica que a guerra civil seria o melhor curso de ação a ser tomado por um determinado grupo, pois a parte envolvida estaria ciente de sua vitória, caso contrário não entraria no conflito se o custo previsto fosse elevado. Porém, em uma guerra, as partes não possuem um grau absoluto de informação, o que resulta em uma escolha subótima para o nível de interpretação de cada parte. As guerras civis, em geral, são longas e causam muitas baixas. Se os grupos envolvidos pudessem prever o ônus que estariam trazendo para si próprios, possivelmente não as iniciariam.

Entre as teorias econômicas mais relevantes para a explicação de guerra civil, encontra-se o modelo de Collier e Hoeffler (2002a). Os autores, ao fazerem uma diferenciação entre a definição de cobiça (desejo de ganhos econômicos) e de injustiça, elegem a primeira como causa primordial da violência civil, na medida em que consideram os rebeldes bandidos, piratas e quase-criminosos, não motivados por ideologia, ao contrário do que se pensava até então na

área de ciência política. Afirmam ainda que a ideologia serve para legitimar a rebelião e mobilizar o apoio da opinião pública, mas não é sua causa real. Trata-se claramente de uma análise feita por economistas, em que a visão do conflito se restringe à concepção de que todos são rebeldes em potencial caso os benefícios econômicos esperados da rebelião sejam maiores do que aqueles presentes no *status quo*. Esses custos de oportunidade econômica seriam gerados pela permuta entre a atividade produtiva e a atividade de apropriação. A estrutura da oportunidade econômica (um complexo de nível de renda, crescimento econômico e estrutura da economia) determina a oferta e a demanda da insurreição (Sambanis, 2003).

Além dos estudos de caso, é imprescindível estudar as guerras civis por um mecanismo quantitativo, no sentido de possibilitar que encontremos os seus determinantes e que possamos construir modelos preditivos de risco. As guerras civis podem ser analisadas em diferentes fases, o que ajuda na identificação de particularidades de cada um dos processos – início, duração e pós-conflito. Encontrar um modelo-padrão de país que se envolve em guerra civil é importante para categorizar as nações de acordo com o maior ou menor risco de envolvimento em um conflito desse porte, maior ou menor duração da guerra em relação aos que têm maior probabilidade de risco e reincidência ou não quando findo o conflito. É evidente que há particularidades e peculiaridades, mas, no âmbito da ciência política, devemos analisar o padrão comportamental do fenômeno em questão. A estatística, nesse contexto, é um instrumento que permite uma análise de corte temporal e regional/espacial por unidade país-ano, entre outros.

Alguns consensos existem, porém discussões inacabadas dessa disciplina fazem parte do recente debate da literatura ainda

em formação. Pretendo fazer um balanço desse campo, assinalando consensos, avanços e dissensos. Como nas ciências sociais as fronteiras não são fixas, considero várias disciplinas que podem auxiliar no desenvolvimento desse estudo.

Começo com a definição do conceito de guerra civil, fundamental para iniciar o debate, tendo em vista que ele ainda está em processo de formação e há discordâncias quanto a seu formato, mesmo com consensos pontuais. Explico porque o Brasil não tem guerra civil, em contraste com o que parte da mídia publica, e passo logo após às variáveis independentes relevantes estudadas nesse campo.

Afinal, o que É Guerra Civil?

Na literatura que trata desse assunto, há a preocupação de estabelecer definições claras; porém, ainda estamos longe dessa meta, começando com a própria definição do que é guerra civil. A mais aceita na academia é a de que guerra civil é um conflito armado entre dois atores domésticos sobre uma incompatibilidade contestada, resultando em determinado número de mortes (Gates, 2002a, p. 4).

As várias discordâncias quanto à definição resultam na criação de bancos de dados conflitantes, que podem levar a análises opostas dos mesmos objetos. Por exemplo, enquanto a *Armed Conflict Dataset 1946-2001* (Gleditsch *et al.*, 2002) divide a violência civil em duas categorias (guerras com mais de 1.000 mortes/ano e conflitos menores, entre 25 e 1.000 mortes/ano), o *Correlates of war* (COW) (Bennett, 2001) apenas computa as guerras com mais de 1.000 mortes/ano (modificado em 1992 para mais de 1.000 mortes/guerra civil, devido à dificuldade de contagem de mor-

tes/ano e à credibilidade de tal contagem). Algumas dúvidas permanecem sem solução: Deve-se contar apenas os mortos nas batalhas ou também os civis mortos para se chegar a mais de 1.000 óbitos? O número absoluto de mortes teria o mesmo efeito para países com grandes e pequenas populações? Pequenas populações são menos propensas à ocorrência de mais de 1.000 mortes do que populações elevadas. No estágio de estudos em que o debate se encontra ainda não há a contagem exata do número de mortes por país,³ portanto, seria impraticável a adoção desse sistema de contagem proporcional.

Outra definição mais criteriosa de guerra civil (Doyle e Sambanis, 2000, pp. 779-802) explica o fenômeno como um conflito armado que:

- a) causa mais de 1.000 mortes (pelo menos no primeiro ano que a guerra civil é codificada);
- b) desafia a soberania de um país reconhecido internacionalmente;
- c) ocorre dentro das fronteiras reconhecidas de um país;
- d) envolve o país (ou os que dizem ser seus representantes) como o principal combatente; e
- e) envolve rebeldes que tem capacidade de organizar uma oposição armada ao país.

No entanto, essa classificação não inclui um conflito armado entre duas partes em que uma delas não represente o governo de um país, como o massacre em Ruanda em 1994. Os bancos de dados do COW e de Uppsala (Gleditsch *et al.*, 2002) não incluem conflitos armados entre dois grupos rivais (quando não consta o lado do governo como uma das partes), ou mesmo genocídios que não ultrapassem os 1.000 mortos.

Estudiosos do Banco Mundial (Collier *et al.*, 2003, p. 54) definiram guerra civil quando uma organização rebelde identificável desafia o governo militarmente, resultan-

do em mais de 1.000 mortes por combate, com pelo menos 5% de baixas de cada lado.

Para entender o que é guerra civil, há necessidade, primeiramente, de excluir o que não entra nessa categoria. Kalyvas (2000), por exemplo, diferencia tipos de violência, incluindo na categoria de guerra civil a finalidade de violência instrumental (opção de rendição), podendo ser bilateral ou multilateral. Outros tipos de violência que não se enquadram em guerra civil, de acordo ao autor, são: o terror de Estado (que, apesar de instrumental, é unilateral); o genocídio e limpeza étnica (que é unilateral e não instrumental); e o extermínio mútuo (que também não é instrumental, mesmo sendo bilateral).

Que países podem ser classificados como estando em guerra civil? Uma possibilidade de resposta pode ser buscada nos bancos de dados de países aceitos pela comunidade internacional, como no caso do *Interstate System, 1816-1997 (Correlates of War, 1997)*. A distinção entre guerras interestatais e intraestatais não é tão simples quanto a sua classificação, como nos conflitos entre Sérvia e Croácia/Bósnia, já que os dois lados discordam quanto à característica da guerra.

Há Guerra Civil no Brasil?

Muitas vezes nos deparamos com manchetes em revistas e jornais brasileiros sobre a “guerra civil no Brasil”. Quando continuamos a leitura, nos damos conta de que se trata da situação de segurança, oriunda basicamente de questões socioeconômicas do país. Morrem, em média, cerca de 33 mil indivíduos assassinados por ano no Brasil.³ O governo central não é o alvo, nem grupos organizados querem tomar o poder político. O número de mortes por armas de fogo na

última década (1995-2005) no país superou o número de vítimas de cada um dos 23 conflitos armados no mundo, perdendo apenas para as guerras civis de Angola e Guatemala. Nesse período, morreram 325.551 pessoas (Waiselfisz, 2005).

Que há o crime organizado é evidente, mas ele pertence à esfera criminal e não à política. Por exemplo, nas favelas do Rio de Janeiro impera o tráfico de entorpecentes, ocasionando muitas mortes. Porém, nem os traficantes menores nem seus mandantes almejam mudar a ordem política ou têm capacidade de fazê-lo, nem pretendem tomar à força o poder, contrariamente ao que ocorre na Colômbia. O exército brasileiro tem controle sobre seu território, pelo menos no que diz respeito à soberania nacional. Os grupos que formam essas gangues no Brasil não são organizações rebeldes, mas meros criminosos. Poderíamos utilizar a terminologia de Collier e Hoeffler (2002a), já citada, de que os rebeldes são meros criminosos querendo enriquecer, e não guerreiros que vieram libertar seu povo das injustiças e da opressão existentes. Mas, mesmo assim, não estaríamos nos referindo à guerra civil no caso brasileiro, simplesmente por esses crimes não porem em risco o Estado. Polícia e exército continuam a manter o controle da violência em todo o território. A soberania nacional não está em risco e a proteção civil interna está, na maioria das vezes, a cargo da polícia e não do exército.

Mesmo no campo, movimentos como o dos sem-terra (MST), dentre outros que lutam pela reforma agrária, não intencionam pegar em armas para fazer uma revolução: sua reivindicação é pacífica. O movimento começou a remunerar ativistas e receber financiamento do governo brasileiro, além de ajuda de diversas organizações não-governamentais, o que terminou por exigir deles um comportamento mais conservador. Wright e Wolford (2003, p.

313) entrevistaram membros do MST em diferentes áreas do país e concluíram que estes estavam apenas interessados em melhorar a situação de suas famílias: queriam as terras em que pudessem trabalhar, comprar as máquinas agrícolas necessárias e novos pares de sapatos.

Os invasores juntaram-se ao movimento para ganhar terra e estariam atônitos se descobrissem que faziam parte involuntariamente de uma tentativa de mudar o sistema (*Idem, ibidem*).

Portanto, mesmo com o elevado índice de mortes no país, a situação brasileira não coincide com nenhuma das definições de guerra civil descritas acima. Como o tema deve ir na direção de um consenso acadêmico de termos e definições, o que ainda não ocorre por ser essa literatura recente e inacabada, seria imprudente expandir ainda mais as definições existentes e englobar a violência brasileira na categoria de guerra civil. Por esse mesmo motivo, a literatura necessita de uma desagregação da violência coletiva geral para especificações pontuais. Guerra civil deve se libertar das definições de violência e ter sua autonomia conceitual.

Aparte de alguns meios de comunicação esporadicamente se referirem à guerra civil, como já disse, no âmbito acadêmico essa literatura quantitativa é praticamente inexistente, e seria importante reavivar e incrementar o debate que ocorre na esfera internacional, principalmente em institutos de pesquisa e universidades norte-americanas. Há estudos quantitativos sobre violência e polícia no Brasil, mas não especificamente sobre guerra civil.

Variáveis Estudadas

Na literatura, há variáveis em consenso e em dissenso quanto à sua associação com a

ocorrência de guerra civil. De modo geral, algumas das variáveis independentes consensuais são de que pobreza, dominância étnica, dependência de recursos naturais, terreno montanhoso e/ou de difícil acesso, história de conflito recente e instabilidade política aumentam o risco de ocorrência de guerra civil, enquanto a diversidade étnica reduz esse risco.

Certas variáveis independentes ainda debatidas são: democracia, mudança de regime, diásporas étnicas, desigualdade econômica, guerras de identidade e revolucionárias, guerras civis antigas e recentes, contágio e difusão.

A seguir, trago o debate sobre as variáveis que são consenso e que estão em discussão e exponho ao leitor suas questões.

Pobreza, Subdesenvolvimento e Crescimento Econômico Lento

Uma das teorias econômicas de guerra civil diz que o impacto do rápido crescimento econômico e da modernização leva à mobilização de grupos sociais para o conflito (Newman, 1991). A teoria da modernização é convincente, porém, conflitos étnicos ocorrem geralmente em países com baixo nível de modernização econômica.

Sambanis (2001a) afirma que ainda não foram feitas pesquisas sobre a relação entre a velocidade do crescimento econômico e a violência civil, usando testes da teoria da modernização. O que é unânime é a relação entre guerra civil e baixos níveis de educação, renda *per capita* e altos índices de mortalidade infantil. Geralmente, os jovens masculinos desempregados entram para os quadros de grupos rebeldes em troca de salário e condições de sobrevivência, o que os motivam a evadir a escola. Em quase todos os estudos, utiliza-se renda *per capita* como controle

para a descoberta de novas variáveis significativas. Há também os que usam variáveis como consumo de energia *per capita*, agricultura como percentagem do PIB, nível de urbanização, dívida externa em relação à percentagem do PIB (Hauge, 1997).

Geralmente, guerras civis ocorrem em países subdesenvolvidos e vulneráveis, característicos por seu baixo poder aquisitivo e mais sensíveis à ocorrência de violência civil.

Neste ponto há um paradoxo, pois a renda *per capita* tem aumentado em todos os países do mundo em desenvolvimento nos últimos 50 anos, porém, o número de conflitos armados (pelo menos até o começo dos anos de 1990) aumentou. Collier e Hoeffler (2000) sugerem que isso se deveu à exportação de produtos primários, o que representou o principal fator de risco. Já Fearon e Laitin (2001) discordam desse argumento, pois, quando se fala de recursos naturais, incluem-se, provavelmente, produtos agrícolas, o que não é fácil de se apropriar (a menos que os rebeldes tenham tomado conta do país ou de parte do território e possam obter lucro das exportações por meio de impostos). Isso explica por que estes últimos autores não encontraram evidência de relação significativa entre exportação de produtos primários e guerra civil. Portanto, é interessante desagregar os produtos primários gerais e separá-los em categorias diferentes, para assim isolar os de interesse da pesquisa.

Países que cresceram economicamente tiveram poucos conflitos (Mack, 2002), ao contrário dos que tiveram uma economia precária e, em conseqüência, maiores chances de engajamento em guerras.

A política de desenvolvimento para prevenir conflitos passou a ser o modo de como os países e organizações doadores (como o Banco Mundial e agências da ONU, além de certos países desenvolvidos) têm encarado o fenômeno. Em fevereiro de 2002, o

senado dos Estados Unidos passou a resolução de que

[...] a pobreza, a fome, [e] a incerteza política são as causas principais de violência e conflito no mundo e que os EUA devem liderar esforços de coordenação internacionais que promovam o aumento da assistência financeira a países com populações empobrecidas e em desvantagens que dão espaço ao terrorismo (US Embassy, 2002).

Ellingsen (2000, p. 238) comprovou que conflito doméstico é mais freqüente em países com desenvolvimento socioeconômico baixo do que o inverso.

Analistas do Banco Mundial escreveram um livro no qual desafiam as “crenças” de que as guerras civis são determinadas por uma história de ódio religioso e étnico, e que nada pode ser feito para preveni-las. Eles chegam à conclusão de que através de políticas de desenvolvimento e redução da pobreza é possível reverter essa situação (Collier *et al.*, 2003). Sendo assim, o determinante básico que aumentaria consideravelmente o risco de guerra civil seria a pobreza e o subdesenvolvimento.

Heterogeneidade Étnica, Religiosa e/ou Lingüística

Apesar de Reynal-Querrol (2002) argüir que a polarização religiosa sobrepõe as diferenças lingüísticas como divisão social mais passível de promover uma guerra civil, os estudos mensuram, em geral, apenas a dimensão etnolingüística, desconsiderando outras dimensões, como a religiosa, a racial, a de desigualdades econômicas e sociais. Além disso, os diferentes grupos são pesquisados conjuntamente, quando seria relevante a desagregação dos dados para encontrar supostas associações.

De início, os pesquisadores pensam que uma maior diversidade intergrupar poderia propiciar a violência civil em larga escala, decorrente dos atritos entre os grupos. Ao mesmo tempo que a heterogeneidade étnica poderia estimular os conflitos, outros fatores aliviarão as tensões. Posteriormente, chegaram à conclusão de que quanto maior o número de grupos, mais difícil era eles se organizarem contra o governo central e, assim, menor era a probabilidade de violência civil para a tomada do poder. Se essa teoria é confirmada, como então explicar a relativa grande quantidade de guerras civis na África, região característica por uma alta diversidade étnica, religiosa e lingüística? Collier e Hoeffler (2002b) dizem que os determinantes estruturais no continente da África Sub-saariana são os fatores econômicos *per se*, e que as características da diversidade étnica, religiosa e lingüística não são significativas neste caso.

O que aumentaria a probabilidade de guerra civil seriam dois determinantes: a polarização e a dominância. No primeiro caso, o índice de polarização é maior quando há dois grupos razoavelmente grandes, quase do mesmo tamanho, elevando o risco de guerra civil. No caso de dois grupos maiores não-polarizados, o risco é mínimo. No segundo caso, quando um grupo é o dominante (representando de 45 a 90% da população total do país), há consenso entre os pesquisadores de que o risco de guerra civil aumenta significativamente (Collier e Hoeffler, 2000).

A diversidade, afirma Collier (2001), faz os países mais seguros, enquanto a dominância os deixa mais vulneráveis quanto ao risco de guerra civil. A implicação política é que, em sociedades de alta diversidade étnica, religiosa e/ou lingüística, os países são viáveis e, portanto, a secessão deve ser desencorajada. Porém, quando analisamos o desempenho econômico, sociedades com

alta diversidade não são problemáticas em democracias, mas podem ser em ditaduras. E, se o risco de guerra civil é maior em países pobres (como vimos no item anterior), o desempenho econômico passa a ser relevante quando analisado conjuntamente com a heterogeneidade da sociedade e também com o tipo de regime.

A pesquisa sobre violência política tem focalizado três condições para um grupo mobilizar-se à violência: identidade comum, frustração e oportunidade. Se a identidade não coincide com as fronteiras territoriais, o que ocorre freqüentemente (principalmente por resquícios colonialistas), podem surgir conflitos dentro de um país. Toda agressão baseia-se em frustração, e, quando há um crescente abismo entre a satisfação esperada e a atual, o grupo se mobiliza para o conflito. Na existência de organização, de recursos, e de oportunidade, o(s) grupo(s) se mobilizará(ão) para a ação coletiva (Ellingsen, 2000, pp. 229-30).

Alguns pesquisadores tendem a relacionar o grau de democracia de determinado país com a heterogeneidade étnica, religiosa e/ou lingüística. Vanhanen (2001, p. 5) afirma que há conflitos étnicos em todos os níveis de democratização, mas que sua relação é inversamente proporcional: os conflitos tendem a diminuir quando aumenta o nível de democratização.

Veremos mais adiante as questões de regime diante do risco de guerra civil, mas vale a pena mencionar que, no período do pós-Guerra Fria, muitos conflitos, principalmente no bloco comunista, se reavivaram após a mudança do grau de democracia (vista numa escala que varia entre democracia consolidada e totalitarismo). Enquanto no totalitarismo comunista não havia espaço para manifestações de conflito, no novo regime houve diminuição do nível de repressão, o que permitiu a dissidência política e,

em decorrência, elevou o risco de guerra civil, a exemplo da ex-União Soviética, onde suas populações foram mescladas e transferidas em grande número por toda a região no período comunista.

Outro foco muito pouco elucidado na literatura sobre conflitos étnicos é a relação entre estilo colonial e incidência, duração, início e reincidência de guerras civis. Alguns autores verificaram que o estilo britânico de colonização na África estava diretamente associado com os conflitos étnicos das guerras civis posteriores, diferentemente do legado francês (Blanton *et al.*, 2001). Já Collier e Hoeffler (2002b) introduziram a variável da África francófona para descobrir se o fato de os países serem ex-colônias francesas reduziria o risco de guerra civil neles, já que a França era conhecida por intervir militarmente em suas colônias (e ex-colônias), o que poderia inibir o estopim de conflitos internos por receio de resposta militar francesa. Porém, os autores encontraram pouca evidência de menor risco de guerra civil para esses países. Praticamente não há estudos sobre este tema, ainda mais quando se incluem outros estilos imperialistas além da França e Inglaterra, como Espanha, Portugal, Holanda, Bélgica, Alemanha e Estados Unidos.

Dependência de Recursos Naturais

Os recursos naturais possibilitam o financiamento das guerras civis, permitindo a compra de armamentos, o pagamento de salários aos soldados e a aquisição dos suprimentos necessários para longos períodos de combate. A questão é se esses recursos são os meios para a guerra (com base em um conceito de justiça) ou o fim em si (com base em um conceito de cobiça). O que se percebe também é que o apoderamento das riquezas

naturais geograficamente concentradas pelos líderes rebeldes se dá para que estes tenham maior controle do território em disputa.

Enquanto a oposição política não necessita de recursos financeiros substantivos para ser eficaz (pois, geralmente, a participação é voluntária e em tempo parcial), uma organização militar privada é custosa (Collier *et al.*, 2003, p. 56). Muitos membros são remunerados por dedicação em tempo integral e são dependentes da organização para suas necessidades básicas, além de serem levados a comprar equipamento militar importado e caro. Portanto, além de ser uma organização política e militar privada, é também um exército e um negócio. Rebeliões ocorrem predominantemente em países onde as circunstâncias levam à criação de organização política, militar e financeira. Assim sendo, os recursos naturais são essenciais para financiar a guerra civil e permitir sua longa duração.

A guerra civil pode ocorrer quando um ou mais grupos rebeldes e o governo competem pelo controle do território onde o produto primário está localizado, como minas de diamantes, ouro e petróleo, e plantações de papoula e coca, para produção de ópio e cocaína. Por isso, há interpretações divergentes da motivação da guerra civil, se pelo crime organizado ou por guerreiros ansiosos em libertarem seu povo da injustiça dos governantes. Estudos demonstram (Gates e Buhaug, 2002, p. 420) que recursos naturais concentrados pontualmente, como o petróleo, são mais facilmente controlados pelo governo, do que recursos naturais dispersos pelo território, como drogas ilegais, madeira e diamantes. A extração de diamantes financiou as guerras civis em Sierra Leone, Angola, Libéria e na República Democrática do Congo. A extração de madeira financiou vários conflitos em Myanmar, Camboja, Libéria e Filipinas, enquanto as drogas ilícitas financiaram con-

flitos no Afeganistão, Cáucaso, Colômbia, Curdistão e Tadjiquistão.

Em oposição ao que Gates e Buhaug (2002) afirmam estão Collier *et al.* (2003, p. 60). Para estes, quando um grupo étnico, religioso e/ou lingüístico habita determinada região de um país, onde se concentra um recurso natural, como petróleo, por exemplo, em muito aumenta o risco de guerra civil de secessão. E, quanto mais recursos naturais houver, maior a probabilidade de guerra civil de secessão; quanto menor forem os recursos, maior a probabilidade de guerra civil ideológica. Vale ressaltar que os dois tipos de guerra (ideológica e de secessão) não são excludentes e podem, por vezes, ocorrer paralelamente.

O alto percentual de exportação de recursos naturais em relação ao total do PIB gera maior dependência do país nessa receita, o qual, perdendo o controle desses recursos para os rebeldes, reduziria sua capacidade financeira de resistir a uma guerra civil. Se seguirmos esse raciocínio, provavelmente encontraremos mais conflitos em países com recursos naturais abundantes (Collier e Hoeffler, 2000), e ainda dificuldades de restabelecer a paz no período do pós-guerra (Doyle e Sambanis, 2000). Os recursos naturais provavelmente não são tudo o que levaria à guerra civil, mas podem fazer com que ela saia do controle e perdure por anos a fio. E se, além disso, o país for pobre e dependente da exportação dos recursos naturais primários, as chances de guerra civil se intensificam.

Gates (2002a) aponta problemas de falta de dados desta variável, o que acarretaria uma análise limitada na busca pela associação entre guerra civil e dependência de recursos naturais. Em geral, a escassez de informações dos bancos de dados tem dificultado o desenvolvimento da análise quantitativa nesta área específica.

Topografia, Dispersão Geográfica e Dilemas de Segurança

Terrenos de difícil acesso, como regiões montanhosas ou com florestas densas, podem encobrir grupos rebeldes e dificultar a ação dos exércitos oficiais, facilitando assim o início e a duração da guerra civil. Em contrapartida, terrenos desérticos e planos dificultariam o abrigo e proteção dos grupos rebeldes, permitindo que as forças militares oficiais os reprimissem eficazmente e impossibilitassem a insurgência rebelde.

Apesar de Collier e Hoeffler (2000) não encontrarem significância nessa associação, eles perceberam uma associação negativa importante entre a dispersão geográfica da população e o início de uma guerra civil. O governo terá mais dificuldades de proteger sua população quando esta se encontrar dispersa pelo território e em regiões de difícil acesso.

O dilema de segurança também pode ser afetado pela distribuição de grupos étnicos e por suas características geográficas. Se uma minoria étnica encontra-se vulneravelmente misturada com outros grupos, isso pode facilitar ações violentas contra elas, especialmente quando há mudanças socioeconômicas (Sambanis, 2001a, p. 33). Quando as minorias estão densamente concentradas em locais protegidos por fronteiras naturais, o risco passa a ser mínimo.

Um grupo rebelde que quer substituir o governo de um país tomando-o pela força deve se basear e lutar contra as forças oficiais numa região relativamente perto da capital do país. Quando a guerra é “puramente étnica” e o objetivo é a secessão, o conflito provavelmente será situado longe da capital (Gates e Buhaug, 2002, pp. 421-25). Assim, podemos relacionar a distância dos pontos de atrito numa guerra civil e o tipo de guerra civil (se de identidade/étnica – secessão – ou revolucionária/ideológica).

Um grande problema é que faltam registros de densidade populacional de grupos étnicos no nível sub-regional, impossibilitando uma análise microestrutural dos países. Não há também dados de distância do conflito em relação à capital do país.

Incidência e Reincidência de Guerra Civil

Geralmente estuda-se o início da guerra civil e o pós-conflito. Pouco se pesquisa a respeito da duração ou da incidência desse tipo de guerra. Para isso, criou-se, recentemente, na literatura, a terminologia de incidência de guerras civis, que significa a probabilidade de observar um evento de guerra civil em um dado período.

Elbadawi e Sambanis (2002) estão entre os pioneiros a pesquisar essa subárea. Para eles, a estratégia para se evitar possíveis guerras civis seria: priorizar a liberalização política, promover o desenvolvimento econômico, bem como a redução da pobreza. Porém, como um país que tem um risco grande de iniciar uma guerra civil provavelmente enfrentará enormes dificuldades em abrir essas três frentes paralelamente, poderá começar pela liberalização política, o que provou ser uma boa arma contra a incidência de guerra civil (*Idem*, p. 18), e não tão custosa e lenta como as outras duas mencionadas.

Como se diz na cultura popular: “o tempo cura os males”. Este provérbio faz sentido, pelo menos no estudo da reincidência de guerra civil. Estudos realizados por Hegre *et al.* (2001, p. 39) incluem a proximidade da última guerra civil como variável independente na sua reincidência, e mostram que essa variável é uma das que possuem mais poder explicativo associado à ocorrência de guerra civil. Quanto mais tempo passar desde a última guerra, menor o risco de sua reincidência. Para que o país não retorne à

guerra, é preciso que tome medidas tais como o aumento do nível de democracia pós-guerra, a presença de operações internacionais de paz e a promoção de melhorias econômicas (Mason e Quinn, 2003). Esta última é condição básica para negociação no pós-guerra (Sambanis, 2001a, p. 41). No âmbito de guerras interestatais, temos o exemplo do que ocorreu com a Alemanha (profunda depressão econômica) após a Primeira Grande Guerra, o que facilitou bastante a ocorrência da Segunda Guerra.

A criação de transições pós-guerra para que se reconstrua instituições políticas é essencial. Para isso, são necessários arranjos coletivos de formação de poder. Governos consensuais, num regime democrático de coalizões, permitindo um controle e arranjos na divisão de poder, são extremamente necessários (Reynal-Querrol, 2002). As eleições não são suficientes, pois podem ser manipuladas por elites corruptas. Portanto, organizações não-governamentais (ONGs) e organizações intergovernamentais (OIGs) devem auxiliar os países na formação das condições para a realização de eleições. Como exemplo recente, houve a monitoria da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Fundação Carter no referendo da Venezuela, no qual foi decidido a continuidade da presidência de Hugo Chavez, em 2004, apesar de contestações da oposição.

Sistemas regionais de autonomia, federalismo (Sambanis, 2001a, p. 42), ou mesmo políticas de intervenção (Collier, 2000) da comunidade internacional podem reduzir a reincidência dos conflitos.

Há também soluções autocráticas para evitar a reincidência de guerra civil, como a ocorrida na Grécia, onde a opressão do estado manteve a paz, afrouxando com o tempo e levando, posteriormente, a um regime mais democrático.

A secessão pode ser uma solução viável (Sambanis, 2000), mas tem-se de tomar cuidado para ela não se transformar de guerra intra para guerra interestatal após a separação em diferentes Estados nacionais. A Checoslováquia, em 1993, foi um caso de sucesso, não desencadeando em guerra.

Duração de Guerra Civil

Os fatores explicativos do início de uma guerra civil são diferentes se comparados aos de sua sustentação. O que faz com que as guerras perdurem por longos anos, algumas vezes sem intervalos, outras vezes terminando e reincidindo?

Autores relacionam a intervenção externa na guerra civil como algo que afeta sua duração. Elbadawi e Sambanis (2000a) pesquisaram 190 intervenções, das quais somente 57 delas levaram ao fim da guerra civil. Intervenções econômicas e militares mistas tem mais chance de sucesso do que intervenções ideológicas (Regan, 2002). Collier *et al.* (2002) demonstram que as características geográficas, como montanhas e florestas, os conflitos pós-1980 e a diversidade étnica são estatisticamente associados à duração de guerra civil.

Nível de Democracia e Mudança de Regime

Este é um tema polêmico e em discussão na academia. De um lado, autores de estudos econômicos relevantes na literatura, como Collier e Hoeffler (2000) e Fearon e Laitin (2001), afirmam que não há associação significativa entre falta de democracia e a propensão ao início e a prevalência de guerra civil. Contrários à opinião de cientistas políticos como Gurr (2000), os econo-

mistas tendem a interpretar as injustiças políticas como sendo motivos insuficientes à guerra. Porém, de outro lado, vários autores afirmam que há nítida relação entre o nível de democracia de um país e sua propensão em se envolver em guerra civil, apesar de haver discordâncias menores entre esses mesmos autores.

Hegre *et al.* (2001) vêem a curva U invertida como caracterizando o risco. Isto é, países com regime intermediário (entre autocracia e democracia) possuem maior risco de ocorrência de guerra civil. Logo após, o segundo maior risco é o do regime autocrático, deixando o regime democrático com menor probabilidade de risco. Elbadawi e Sambanis (2000b) demonstram, por meio de evidências econométricas (principalmente na África, onde a polarização étnica facilita o conflito), que a democracia reduz a incidência de guerra civil. Para Sambanis (2001b), ela está tanto significativamente como negativamente correlacionada com o início de guerras étnicas. Reynal-Querrol (2002) tenta analisar variáveis políticas como determinantes para guerras civis, e associa negativamente diferentes formas de regime democrático, como o parlamentarismo e o presidencialismo com o início de guerra civil, tentando ver quais formas menos arriscadas de governo que reduziriam o risco de eclosão de uma guerra civil.

Primeiramente, é importante apontar para associações existentes (positiva ou negativamente) entre o nível de democracia e/ou diferentes tipos de regime e o risco de guerra civil. Hegre (2003) mostra que, em democracias com renda *per capita* muito baixa, o risco de guerra civil é maior que em autocracias. Porém, conforme a renda do país com regime democrático aumenta, o risco diminui. Já nas autocracias, mesmo com aumento da renda, o risco de guerra civil permanece inalterado.

Como prescrever se a democratização aumenta o risco de guerra civil, ou se os países autocráticos é que possuem esse maior risco? Sair de um regime autocrático em direção à democracia (isto é, sendo um regime intermediário) elevaria ou reduziria o risco de eclosão de guerra civil? Vários pesquisadores observaram um aumento no número e na intensidade de conflitos armados durante a terceira onda de democratização (Huntington, 1994; Ellingsen e Gleditsch, 1997, p. 69).

Na esfera de guerras interestatais, como parte da teoria da paz democrática, parece ser consenso que países democráticos não guerream entre si. O problema está nas transições de regimes (Mansfield e Snyder, 2002). Será que a mesma linha pode ser adotada em guerras civis? Ou seja, será que países com regimes democráticos consolidados reduziram a incidência de guerra civil? Por acaso, o perigo encontra-se na transição ou no processo de mudança de regime? Para qual direção isso seria, autocracia-democracia, democracia-autocracia, autocracia-semi-democracia, semidemocracia-democracia, e/ou outras combinações diferentes?

Há vários instrumentos de mensuração de democracia, desde dicotômicos, gradações (Elkins, 2000), contínuos, ordinais etc. Entre eles, os bancos de dados muito utilizados no meio acadêmico são *Polity* (Marshall e Jaggers, 2003), *Freedom House* (Gastil, 2003), e Przeworski *et al.* (2000). Mainwaring *et al.* (2001) analisaram e constataram altas correlações entre esses três bancos de dados. Porém, não bastam os bancos serem altamente correlacionados, como demonstram Casper e Tufis (2003). Há ainda outros bancos de igual confiabilidade, com destaque para o de Gasiorowski (1996) – atualizado e ampliado por Reich (2003) – e o de Poliarchy (Vanhanen, 2000). É importante definir, primeiramente, o propósito da

pesquisa, para então selecionar o banco que mais se adequa a ela; caso contrário, os resultados da pesquisa podem ser conflitantes. Portanto, questões metodológicas são extremamente importantes nesse experimento. Além disso, as definições de tipos de regime – a exemplo da definição minimalista de democracia (Przeworski, 1999) – são igualmente relevantes dependendo do propósito da pesquisa.

Outro determinante que certos autores associam ao início de uma guerra civil é a estabilidade do regime (Mundt, 1997). Será que quanto mais estável o regime de um país, menor o risco de guerra civil? O problema aqui é como mensurar a estabilidade, se através da durabilidade do regime (em anos), ou do modo pelo qual o regime pacifica seu povo. É bastante problemático operacionalizar essa questão, que deve ser delicadamente analisada. Gates (2002a, p. 18) cita o poderio do governo como um fator que pode influir na ocorrência de guerra civil, ou seja, governos fortes têm menor propensão de sofrer uma guerra civil, pois a capacidade política da oposição está positivamente relacionada à violência. A mensuração do poderio de um país é igualmente complexa.

Precisamos de modelos teóricos mais apropriados e um trabalho empírico sistemático (Sambanis, 2001a, p. 36) para conseguirmos encontrar uma associação clara entre as variáveis propostas (nível de democracia e ocorrência de guerra civil).

Diásporas Étnicas

Fearon e Laitin (2001) e Collier e Hoeffler (2000) encontraram evidências de que grandes diásporas aumentam o risco de guerra em seu país de origem. Porém, várias dúvidas pairam sobre essa questão mal-explorada.

Não se sabe sobre o fluxo de capitais que vão desde as grandes diásporas até os países de origens para poder determinar se isso realmente influi. Atualmente, mede-se o tamanho da diáspora em relação à população de origem, e geralmente a referência das imigrações é de dentro dos Estados Unidos, não havendo estudos relevantes sobre as diásporas de outros países.

Mesmo nas diásporas, podem haver tanto pessoas favoráveis como contrárias a um possível conflito armado. E, se o capital enviado das diásporas aos países de origem forem transferidos de forma oficial, o governo do país de origem receberia impostos desses fluxos, os quais seriam utilizados em parte para conter os rebeldes. Haveria diferenças entre diásporas recentes e antigas na eclosão de guerra civil?

Muitas questões se fazem necessárias, pois a informação é muito escassa e os bancos de dados pouco formulados e abrangentes. Há necessidade de mais pesquisa e busca por dados mais completos e confiáveis para que se possa prosseguir também nessas possíveis associações.

Guerras de Identidade e Revolucionárias e Guerras durante e pós-Guerra Fria

Outro aspecto que divide a comunidade acadêmica é sobre se se deve separar as guerras civis em revolucionárias/ideológicas e em guerras de identidade/étnicas ou se não há diferenças entre elas.

Sambanis (2001a) afirma que as guerras de identidade ocorrem predominantemente devido a injustiças políticas e não por falta de oportunidades econômicas. Outra característica mantida é que as guerras de identidade geralmente não ocorrem em países com democracia consolidada (*Ibid.*, p. 280), pois neles os diferentes grupos têm a possibilida-

de de ganhar reconhecimento e autonomia de maneira pacífica.

Não há consenso da validade teórica e da aplicabilidade empírica desta classificação. Mais pesquisas são necessárias para o entendimento das causas das guerras de identidade, para que se possa desenvolver uma teoria associada a esse dado.

Outra questão em pauta no estudo sobre guerras civis é a separação que se faz atualmente das guerras civis ocorridas durante a Guerra Fria daquelas que surgiram posteriormente, classificando-as em guerras civis antigas e novas. Nesse sentido, as guerras ideológicas caracterizavam, principalmente, as guerras antigas, enquanto as atuais se baseiam em guerras de identidade.

Aqueles que defendem essa distinção afirmam que os dois tipos de guerras civis devem ser analisados separadamente por diferenciarem-se em causas e motivações, apoio e violência. Kalyvas (2001) contextualiza essa diferenciação das guerras civis (da qual ele próprio discorda) em:

a) as guerras civis antigas tinham como característica a injustiça coletiva, predominando a ideologia; as guerras civis novas são caracterizadas pelo enriquecimento privado, criminal (cobiça), por meio do controle dos recursos naturais de um território específico;

b) as guerras civis antigas tinham o apoio popular; as novas não.

c) nas guerras civis antigas, a violência era utilizada pontualmente para derrubar o governo e assumir o comando do país; atualmente, nas novas guerras civis, a violência é gratuita e descontrolada, ferindo e matando muito mais que o necessário para vencer a guerra.

Kalyvas lembra que a pesquisa deve ser feita sistematicamente e que boas teorias pedem igualmente boas categorias conceituais e indicadores empíricos confiáveis.

Provavelmente, o término da Guerra Fria alterou o modo de como as guerras civis se davam e até mesmo sua frequência. Porém, daí a se afirmar que os dois tipos de guerras divergem em sua essência e não podem entrar nas mesmas categorias quando analisadas quantitativamente é um exagero e necessita obviamente de testes empíricos e embasamento teórico condizentes, os quais não foram realizados até o momento.

Efeitos de contágio e difusão

Variáveis sistêmicas são determinantes relevantes de guerras civis (Sambanis, 2001b), o que foi posto em segundo plano na literatura existente. Um resultado significativo é que possuindo “maus vizinhos” com regimes não-democráticos, ou vizinhos em guerra, aumenta em muito o risco de guerra civil étnica em países fronteiriços.

Situando-se em fronteiras onde há incidência de guerras, sejam elas civis ou interestatais, é grande a probabilidade de contágio. Quando, por exemplo, dois (ou mais) países estão envolvidos em uma guerra, o seu potencial de guerra em relação a outros países diminui drasticamente, possibilitando a outras nações a oportunidade de iniciar uma luta armada sem o medo de que outros intervenham militarmente (Kadera, 1998).

Movimentos revolucionários que atingem seu auge em países vizinhos são responsáveis pelo crescimento do número de guerras civis na região (Houweling e Siccama, 1985, p. 641). Há mecanismos de contágio, em que os países envolvidos em guerra podem difundir a seus vizinhos, ensinando práticas de luta armada e guerrilha, além de fornecer armamentos, seja por razões ideológicas, comerciais, ou outras. Há espaço para o aprofundamento deste tema, já que muito pouco foi feito até o momento.

Metodologia

A problemática da literatura quantitativa sobre o tema começa já em sua base, como vimos nas várias definições do que é guerra civil. Há muitas definições do mesmo objeto e estamos longe de um consenso nesse sentido, o que dificulta em muito a padronização para uma cooperação geral entre os pesquisadores desse assunto. Por outro lado, a robustez do estudo é grande quando se chega aos mesmos resultados com dados e métodos estatísticos diferentes.

Como Gates (2002a) e Sambanis (2001a) sugeriram, há muitas questões que afetam a qualidade dos dados coletados e as análises realizadas. Vários estudos da área sofrem problemas como:

- *não-independência*: vários dos países que sofrem ou já sofreram guerras civis têm mais de um evento desses e a história de conflitos do país afeta o risco de guerra civil;
- *raridade*: guerra civil é um evento raro e, se separada por unidade de análise país-ano (quando analisado por um período determinado), tornam-se ainda mais raros seu início e incidência. Se a variável dependente “ocorrência/início/duração de guerra civil” for usada como caso-controle melhora a análise estatística desse evento;
- *heterogeneidade não-modelada*: certos países possuem características específicas que os tornam mais ou menos propensos à guerra civil que outros. Por exemplo, pertencer à União Européia reduz a chance de guerra civil dos países-membro, pois para dela fazer parte o país precisa obedecer a muitas regras rígidas que, por si só, já dificultaria a ocorrência desse fenômeno;
- *endogeneidade*: os países que estão em guerra civil há anos tendem a ser subdesenvolvidos economicamente e a ter, em geral, debilitadas instituições democráticas, fatos que se associam a mudanças e instabilidade

políticas. É importante ajustar o modelo por estas variáveis;

- *variáveis explicativas que se alteram com o tempo*: como se trabalha, freqüentemente, com a unidade país-ano, tem-se em consideração que os dados se modificam a cada ano. Porém, nem sempre é assim, como as guerras de grupos étnicos, lingüísticos e/ou religiosos, ou mesmo as relacionadas ao nível de democracia.

Anteriormente, era dada maior importância a problemas de mensuração do que inferência. Levava-se em consideração que os dados fariam por si só, se os devidos procedimentos de mensuração fossem adotados. A maior parte dos estudos usava correlação bivariada para testar hipóteses simples, e pouca atenção era dada às relações espúrias, erros de correlação, e outros problemas relativos às inferências. A teoria não tinha um papel relevante.

Se, nos anos de 1990, quando iniciaram os estudos científicos deste tema, era dada maior importância à mensuração e coleta de dados do que à sua análise, nos anos posteriores vêm ocorrendo o contrário (Bremer *et al.*, 2003): os pesquisadores estão prestando mais atenção a desenhos de uma boa pesquisa, tendo praticamente desaparecido a tendência anterior, justamente em consequência das inferências mal realizadas. Atualmente, tem-se dado maior atenção a erros de inferência que uma pesquisa malfeita pode acarretar. Utilizam-se mais métodos formais para deduzir hipóteses, o que nos permite trabalhar com teorias mais complexas e ricas.

Na década de 1990, mudamos de regressão simples a modelos estatísticos mais apropriados, como *logit*, *probit*, e técnicas de análise de eventos. Algumas das metodologias estatísticas que os pesquisadores utilizam atualmente são: econometria *bayseana*, análise de eventos e modelos de caso-con-

trole. Porém, os dados hoje utilizados são datados de fontes de 10 a 20 anos atrás. O estudo empírico corre o risco de estagnação, a menos que se criem dados que possam responder aos refinamentos teóricos e metodológicos recentes. De acordo com Bremer *et al.* (2003), temos de dar atenção tanto a avanços de dados como de métodos.

Conclusão

Conforme pudemos observar no decorrer desta revisão, houve significativa melhora nas pesquisas quantitativas sobre guerra civil, e tudo indica que essa área continuará academicamente em ascensão.

Muitos dos supostos determinantes que poderiam ter sido aqui abordados não o foram pelo escopo limitado deste trabalho. Antes de tudo, o intuito foi demonstrar a dualidade do consenso e da discussão no que concerne às muitas variáveis que suspeitamos serem determinantes de guerra civil na literatura internacional dos últimos anos. Esse foi o início de um estudo, praticamente inexistente no Brasil, que pode vir a gerar frutos e interesse acadêmico, mesmo que em nosso país não haja guerra civil.

Com a aceleração do desenvolvimento desta disciplina, as definições, a princípio tão discordantes, gradualmente se recompoem e tenderão a diminuir seus contrastes. Igualmente, o aprimoramento dos métodos estatísticos voltados para as ciências sociais como um todo, para a economia, para as relações internacionais e também para a política comparada especificamente, estão se tornando de mais fácil utilização, não amedrontando tanto os cientistas políticos, que a cada dia demonstram mais interesse em aprender tais técnicas.

Tornando-nos aptos a diferenciar guerras civis de vários outros eventos que fazem

parte do contexto da violência política, podemos chegar a abundantes descobertas a respeito de suas causas e determinantes, realizando predições, e até mesmo auxiliando governantes e organizações internacionais na criação de políticas de prevenção e administração desse trágico fenômeno que é a

guerra civil. O desenvolvimento de uma teoria abrangente de guerra civil deverá nos enriquecer empiricamente. E, simultaneamente, o aperfeiçoamento da parte empírica ligará a teoria à realidade, fato necessário para compreendermos e tentarmos resolver esse tipo de violência política coletiva.

Notas

- 1 Sambanis (2003, p. 3) nos lembra que há bem mais mortes que resultam de doenças como a malária e a aids do que de guerras civis, mas nem por isso os cientistas políticos têm se empenhado em políticas de saúde do mesmo modo que se empenham em políticas de prevenção de guerra.
- 2 Consultas realizadas com Nils Peter Gleditsch (Prio), Mikael Eriksson (Uppsala University) e Scott Bennett (The Pennsylvania State University) sobre o tema.
- 3 No Brasil, em 2001, ocorreram 27,84 homicídios a cada 100 mil pessoas (IBGE, 2005). O último levantamento da Unesco (2005), publicado em maio, informa que a taxa de homicídios por armas de fogo é de 19,54 a cada 100 mil habitantes. Dos 57 países estudados, o Brasil é o segundo com mais mortes, só perdendo para a Venezuela (34,30).

Bibliografia

- BENNETT, Scott. (2001), *Correlates of war*. Penn State University, <http://cow2.la.psu.edu/>.
- BLANTON, Robert *et al.* (2001), "Colonial style and post-colonial ethnic conflict in Africa", *Journal of Peace Research*, 38 (4): 473-91.
- BREMER, Stuart *et al.* (2003), "Building a science of world politics: emerging methodologies and the study of conflict", *Journal of Conflict Resolution*, 47 (1): 3-12.
- CASPER, Gretchen & TUFIS, Claudiu. (2003), "Correlation versus interchangeability: the limited robustness of empirical findings on democracy using highly correlated data sets", *Political Analysis*, 11 (2): 1-11.
- COLLIER, Paul. (2000), "Policy for post-conflict societies: reducing the risks of renewed conflict". *The Economics of Political Violence Conference*, 18-19 March, Princeton University, pp. 1-12.
- _____. (2001), "Implications of ethnic diversity". *Economic Policy*, 32, April: 1-54, <http://econ.worldbank.org/programs/conflict/library/doc?id=3164>.
- COLLIER, Paul & HOEFFLER, Anke. (2000), "Greed and grievance in civil war". *World Bank Policy Research Paper*, 2.355: 1-32 May, <http://www.eldis.org/static/DOC10162.htm>.

- _____. (2002a), "Greed and grievance in civil wars". *Working Paper Series*, 1, Centre for the Studies of African Economies, Oxford, <http://www.csae.ox.ac.uk>.
- _____. (2002b), "On the incidence of civil war in Africa". *Journal of Conflict Resolution*, 46 (1): 13-28.
- COLLIER, Paul *et al.* (2002), "On the duration of civil war". [Trab. apres. no Banco Mundial, Grupo de Pesquisa do Desenvolvimento] *Workshop on Civil Wars and Post-Conflicts Transitions*, Irvine, University of California, Center for Global Peace and Conflict Studies, pp. 1-29, http://econ.worldbank.org/files/2455_wps2681.pdf.
- _____. (2003), *Breaking the conflict trap: civil war and development policy*. Washington DC, World Bank & Oxford University Press.
- COPPEDGE, Michael & REINICKE, Wolfgang H. (1990), "Measuring poliarchy". *Studies in Comparative International Development*, 25 (1): 51-73.
- CORRELATES OF WAR. (1997), *Interstate System, 1816-1997*, <http://pss.la.psu.edu/intsys.html>.
- DAVENPORT, Christian. (2003), *Minorities at risk*. Center for International Development and Conflict Management, University of Maryland, <http://www.cidcm.umd.edu/inscr/mar/home.htm>.
- DOYLE, Michael W. & SAMBANIS, Nicholas. (2000), "International peacebuilding: a theoretical and quantitative analysis". *American Political Science Review*, 94 (4): 1-60, <http://www.worldbank.org/research/conflict/papers/peacebuilding>.
- ELKINS, Zachary S. (2000), "Gradations of democracy? Empirical tests of alternative conceptualizations". *American Journal of Political Science*, 44: 293-300.
- ELBADAWI, Ibrahim & SAMBANIS, Nicholas. (2000a), "External intervention and the duration of civil wars". *World Bank Policy Research Working Paper*, 2433: 1-19.
- _____. (2000b), "Why are there so many civil war in Africa? Understanding and preventing violent conflict". *Journal of African Economies*, 9 (3): 1-32.
- _____. (2002), "How much war will we see? Estimating the incidence of civil war in 161 countries". *Journal of Conflict Resolution*, 46: 1-39.
- ELLINGSEN, Tanja. (2000), "Colorful community or ethnic witches brew? Multiethnicity and domestic conflict during and after the Cold War". *Journal of Conflict Resolution*, 44 (2): 228-49.
- ELLINGSEN, Tanja & GLEDITSCH, Nils Petter. (1997), "Democracy and armed conflict in the Third World", in K. Volden & D. Smith (orgs.), *Causes of conflict in the Third World*, Oslo, International Peace Research Institute, pp. 69-81.
- FEARON, James D. & LAITIN, David D. (1999), *Weak states, rough terrain, and large-scale ethnic violence since 1945*. Stanford, California, pp. 1-52, <http://www.stanford.edu/group/ethnic/workingpapers/insurg1.pdf>.

- _____. (2001), "Ethnicity, insurgency, and civil war". *Annual Meetings of the American Political Science Association*, San Francisco, pp. 1-41, <http://www.duke.edu/web/licep/1/fearon/fearon.pdf>.
- GASIOROWSKI, Mark. (1996), "An overview of the political regime change dataset". *Comparative Political Studies*, 29 (4): 469-83.
- GASTIL, Raymond. (2003), *Freedom House*, www.freedomhouse.org/.
- GATES, Scott. (2002a), "Empirically assessing the causes of civil war". *Annual Meeting of the International Studies Association*, New Orleans, 24-27 March.
- _____. (2002b), "What are binary panel data? And what problems do we face when analyzing such data?". *Michigan State University*, http://www.prio.no/cwp/course240602/methods_intro_lecture.pdf.
- GATES, Scott & BUHAUG, Halvard. (2002), "The geography of civil war". *Journal of Peace Research*, 39 (4): 417-33.
- GLEDITSCH, Nils Petter *et al.* (2002), "Armed conflict 1946–2001: a new dataset". *Journal of Peace Research*, 39 (5): 615-37, <http://www.prio.no/cwp/ArmedConflict/>.
- GURR, Ted Robert. (2000), *Peoples Vs. States: minorities at risk in the new century*. Washington, US Institute of Peace Press.
- HAUGE, Wenche. (1997), "Development and conflict", in K. Volden & D. Smith (orgs.), *Causes of conflict in the Third World*, Oslo, International Peace Research Institute.
- HEGRE, Havard. (2003), "Disentangling democracy and development as determinants of armed conflict". *Annual Meeting of International Studies Association*, 27, Feb., Portland, Oregon, http://econ.worldbank.org/files/24637_ddcwwb.PDF.
- HEGRE, Havard *et al.* (2001), "Toward a democratic civil peace? Democracy, political change, and civil war, 1816-1992". *American Political Science Review*, 95 (1): 33-48.
- HOUWELING, Henk & SICCAMI, Jan. (1985), "The epidemiology of war, 1816-1980". *Journal of Conflict Resolution*, 29 (4): 641-63.
- HUNTINGTON, Samuel P. (1994), *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo, Ática.
- IBGE. (2005), http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=247.
- KADERA, Kelly M. (1998), "Transmission, barriers, and constraints: a dynamic model of the spread of war". *Journal of Conflict Resolution*, 42 (3): 367-87.
- KALYVAS, Stathis. (2000), "The logic of violence in civil war", March: 1-41, <http://www.duke.edu/web/licep/1/kalyvas/kalyvaspaper.pdf>.
- _____. (2001), "'New' and 'old' civil wars: a valid distinction?". *World Politics*, 54 (1): 99-118.

- LAKE, David A. & ROTSCCHILD, Donald. (1998), *The international spread of ethnic conflict: fear, diffusion, and escalation*, New Jersey, Princeton University Press.
- MACK, Andrew. (2002), "Civil war: academic research and the policy community". *Journal of Peace Research*, 39 (5): 515-25.
- MAINWARING, Scott *et al.* (2001), "Classificando regimes políticos na América Latina, 1945-1999". *Dados*, 44 (4): 645-87.
- MANSFIELD, Edward D. & SNYDER, Jack. (2002), "Democratic transitions, institutional strength, and war", *International Organization*, 56 (2): 297-337.
- MARSHALL, Monty G. & JAGGERS, Keith. (2003), *Political regime characteristics and transitions, 1800-2002*. CIDCM, University of Maryland, <http://www.cidcm.umd.edu/inscr/polity/>.
- MASON, T. David & QUINN, Jason. (2003), "Sustaining the peace: determinants of civil war recurrence". *Annual Meeting of the American Political Science Association*, University of North Texas.
- MUNDT, Robert J. (1997), "Is democracy stable? Compared to what? A preliminary exploration". *Annual Meeting of the American Political Science Association*, Aug. 1997, <http://www.stier.net/writing/demstab/demstab.htm>.
- NEWMAN, Saul. (1991), "Does modernization breed ethnic conflict". *World Politics*, 43 (3): 451-78.
- PRZEWORSKI, Adam. (1999), "Minimalist conception of democracy: a defense", in I. Shapiro & C. Hacker-Cordón (orgs.), *Democracy's value*, Cambridge University Press, pp. 23-55.
- PRZEWORSKI, Adam *et al.* (2000), *Democracy and development*. Cambridge University Press.
- REGAN, Patrick M. (2002), "Third-party interventions and the duration of intrastate conflicts". *Journal of Conflict Resolution*, 46 (1): 55-73.
- REICH, Gary. (2003), "Categorizing political regimes: new data for old problems". *Democratization*, 9 (4): 1-24.
- REYNAL-QUERROL, Marta. (2002), "Ethnicity, political systems and civil wars". *Journal of Conflict Resolution*, 46 (1): 29-54.
- SAMBANIS, Nicholas. (2000), "Partition as a solution to ethnic war: an empirical critique of the theoretical literature", *World Politics*, 52 (4): 437-83.
- _____. (2001a), "A review of recent advances and future directions in the quantitative literature on civil war". *The Brookings Institution Workshop on Civil Violence*, 26 Jan.
- _____. (2001b), "Do ethnic and non-ethnic civil wars have the same causes? A theoretical and empirical enquiry (Part 1)". *Journal of Conflict Resolution*, 45 (3): 259-82.
- _____. (2003), "Using case-studies to expand the theory of civil war". *CPR Working Papers 5*, May, <http://www.yale.edu/unsy/civilwars/civilwars.htm>.

- UNESCO. (2005), http://www.unesco.org.br/noticias/ultimas/severino/mostra_documento.
- US EMBASSY. (2002), www.usembassyjakarta.org/terrorism/senate204.html.
- VANHANEN, Tutu. (2000), "A new dataset for measuring democracy: 1810-1998". *Journal of Peace Research*, 37 (2): 251-65.
- _____. (2001), "Democratic peace and ethnic violence". *IV Pan-European International Relations Conference*, University of Kent at Canterbury, 8-10 Sept., http://athena.leidenuniv.nl/fsw/bestuurskunde/onderzoek/ecpr/content_docs/working_papers/vanhanen.doc.
- WASELISZ, Júlio Jacobo. (2005), *Mortes matadas por armas de fogo no Brasil: 1979-2003*, Brasília, Unesco Publicações (Série Debates VII).
- WRIGHT, Angus L. & WOLFORD, Wendy. (2003), "The MST and revolution", in _____, *To inherit the earth: the landless movement and the struggle for a new Brazil*, California, Oakland, Food First Books.

Resumo

Revisão Bibliográfica da Literatura Quantitativa sobre os Determinantes de Guerra Civil

As guerras civis são muito pouco estudadas se comparadas à literatura de guerras interestatais, mesmo que sejam mais comuns e causem um número muito maior de vítimas. A literatura quantitativa de guerras civis surgiu nos últimos anos e agora começa a tomar forma, apesar de estar ainda teoricamente crua. Pesquisadores de várias áreas engajam-se nesta empreitada multidisciplinar, estudando a guerra civil para descobrir suas causas e determinantes, e assim poder contribuir com políticas públicas que permitam preveni-las, ou ao menos reduzir seus efeitos e duração. Variáveis relevantes associadas ao evento são analisadas e a discussão bibliográfica atual é trazida ao leitor brasileiro, que até então manteve-se distante deste debate.

Palavras-chave: Guerra Civil; Estudo Quantitativo; Política Comparada; Análise Estatística; Regime Político.

Résumé

Révision bibliographique de la littérature quantitative à propos des faits qui déterminent la guerre civile

Si nous les comparons aux guerres interétatiques, les guerres civiles sont très peu étudiées, alors même qu'elles causent un nombre bien supérieur de victimes. L'approche quantitative des guerres civiles est apparue il y a quelques années, et commence à peine à prendre une

forme consistante, même si l'aspect théorique demeure inachevé. Des chercheurs issus de nombreux horizons sont engagés dans cette entreprise multidisciplinaire, qui a pour objet l'étude de la guerre civile, de ses causes et motifs, de façon à contribuer à la détermination de politiques publiques capables de les prévenir ou, du moins, susceptibles de réduire leurs effets et leur durée. Des éléments significatifs pour la compréhension des guerres civiles sont analysés, ainsi qu'une bibliographie actualisée, de façon à informer le lecteur brésilien tenu, jusque là, à l'écart de ce débat.

Mots-clés: Guerre civile; Étude quantitative; Politique comparée; Analyse statistique; Régime politique.

Abstract

Bibliographical Review on the Quantitative Literature about Civil War Determinants

Scholars almost never deal with civil wars as they do with interstate wars, even if the first type is a common phenomenon and much more people die because of it than in wars between countries. The civil wars quantitative literature is a new field of research, and it has taken shape recently, despite its theoretical weakness. Researchers of many areas engage themselves in this multi-disciplinary field, looking for its causes and determinants, contributing with public policies to avoid, or at least reduce, its effects and duration. Relevant variables associated with civil wars are analyzed and the current bibliographical discussion is brought to the local reader, which has been apart from this academic debate.

Keywords: Civil war; Quantitative study; Compared Politics; Statistical analysis; Political regime.

O Problema da Instabilidade Eleitoral na Europa: uma Análise do Debate Teórico, Empírico e Metodológico*

Paulo Sérgio Peres

Introdução

No final dos anos de 1960, Lipset e Rokkan (1967) apresentaram a tese de que os sistemas partidários europeus estariam “congelados”, refletindo clivagens de classe cristalizadas na dicotomia capital/trabalho ainda nos anos de 1920. Essa tese impunha uma perspectiva inversa à visão que se generalizava à época, qual seja, a de que os partidos europeus não vinham mais sendo efetivos na estruturação do comportamento eleitoral e de que os sistemas da região estariam em processo de desestruturação. Pouco tempo depois, outras análises, também baseadas em dados eleitorais, retomariam o debate em oposição à tese lipset-rokkaniana, mostrando evidências de que os partidos estariam perdendo a capacidade de representação política e de que a instabilidade teria se instalado novamente naqueles sistemas. Dessa vez, as análises eram acompanhadas de maior refinamento conceitual e de testes empíricos mais apurados, trazendo inúmeras inovações analíticas e metodológicas no tratamento da questão. Não obstante, a preocupação de fundo consistia ainda no enfrentamento daquele problema tão recor-

rente nas análises empíricas, nas reflexões teóricas e até mesmo na política cotidiana do velho continente: o da instabilidade eleitoral como componente fundamental da instabilidade política em geral.

Em função disso, é possível afirmar que a análise desse debate e a reconstrução do problema da instabilidade eleitoral são imprescindíveis para a compreensão não apenas da dinâmica dos sistemas partidários das democracias mais “consolidadas”, como também para o devido entendimento dos tipos de problemas que podem estar envolvidos na transposição das teorias, dos conceitos e da metodologia usualmente aplicados nos estudos dos sistemas europeus ao contexto latino-americano e mesmo ao brasileiro.

Dessa forma, meu objetivo neste texto é reconstruir analiticamente a formulação do problema da instabilidade eleitoral tal qual ele se deu no contexto europeu e a operação metodológica conectada às formas de mensuração desse fenômeno. Assim sendo, inicialmente discuto alguns elementos envolvidos na formulação da clássica hipótese do “congelamento” das clivagens partidárias na Europa nos anos de 1960, para depois enfocar as crí-

* Agradeço a Maria Hermínia Tavares de Almeida, Leôncio Martins Rodrigues, Jairo Nicolau, Rachel Meneguello e, especialmente, Fernando Limongi pelos comentários críticos ao texto e pelas sugestões. Agradeço também à Fapesp pelo suporte financeiro que possibilitou a realização da pesquisa que conduziu à redação deste texto.

ticas empíricas àquela hipótese e a proposição de que os sistemas europeus vinham se submetendo a um processo de “descongelamento” das clivagens partidárias nos anos de 1970 e 1980; e, por fim, retomo a hipótese do “congelamento” sistêmico nos anos de 1990.

A Hipótese do “Congelamento” dos Sistemas Partidários Europeus

O problema teórico e empírico da instabilidade eleitoral está diretamente relacionado com a conhecida hipótese do “congelamento” dos sistemas partidários europeus, formulada por Lipset e Rokkan (1967). De acordo com eles, aqueles sistemas refletiam ainda no final dos anos de 1960 a mesma estrutura de clivagens configurada no primeiro quarto do século XX, ou seja, uma estrutura de classes baseada na dicotomia capital/trabalho, ou, mais propriamente, na diferenciação entre trabalho manual e trabalho não-manual.

De maneira bastante genérica, é possível afirmar que, em seu estudo exemplar de

sociologia política, esses autores procuraram traçar a trajetória política européia desde o início da modernidade, utilizando o recurso heurístico de enfocá-la a partir das sucessivas estruturas de clivagens sociais e, conseqüentemente, de enquadrá-la em tipologias, cada qual correspondendo a um determinado período histórico. Com tal ponto de vista, ambos sugeriram que a evolução histórica daquelas sociedades levaram à configuração de quatro tipos sucessivos de clivagens dicotômicas, culminando na atual – pelo menos, em sua época – estrutura de classes, conforme sintetizadas no Quadro 1.

O Quadro 1 possibilita uma leitura em duas dimensões distintas, porém, interligadas. No eixo vertical, temos uma perspectiva diacrônica, ou seja, processual, da evolução das clivagens em termos históricos. Assim, a proposição de Lipset e Rokkan (1967) é a de que a passagem do período da Reforma/Contra-reforma ao período inaugurado pela Revolução Francesa correspondeu, em termos de estruturação social, à passagem das clivagens baseadas na dicotomia centro/periferia às clivagens baseadas na

Quadro 1
Estruturas de Clivagens na Europa

<i>Períodos Históricos</i>	<i>Clivagens</i>
Reforma/Contra-reforma (Sécs. XVI e XVII)	Centro/Periferia
Revolução Democrática (Rev. Francesa)	Estado/Igreja
Revolução Industrial (Séc. XIX)	Rural/Urbano
Revolução Socialista (1917 em diante)	Trabalho/Capital

dicotomia Estado/Igreja; e, assim, sucessivamente, até o período inaugurado pela Revolução Socialista na Rússia. No eixo horizontal, a perspectiva é sincrônica e permite visualizar o tipo de clivagem estruturada em um dado período histórico. Nesse caso, eles propuseram, por exemplo, que, a partir da Revolução russa, configurou-se nos vários países europeus uma estrutura social baseada nas relações de classe.

Desse modo, em âmbito mais teórico, é possível afirmar que os autores tomaram como premissa a idéia de que a dinâmica social e política poderia ser entendida estritamente em termos sociológicos, ou seja, em termos das estruturas de clivagens que vieram se formando desde os primórdios da modernidade. Essa premissa, aliás, explica o fato de eles terem feito uma análise voltada, normativa e analiticamente, aos processos de modernização socioeconômica e de “desenvolvimento” político na Europa Ocidental pós-Contra-reforma religiosa – período em que foram sendo formados os Estados nacionais e em que a filosofia e o modelo político liberal vieram, paulatinamente, e cada vez mais, impondo-se tanto como ideologia quanto como forma de organização social e econômica. Simbolicamente, essa evolução é usualmente ilustrada pela seqüência histórica das “revoluções burguesas” – as duas etapas da revolução inglesa (a puritana e a “gloriosa”), a revolução (independência) norte-americana e a Revolução Francesa.

A ênfase dos autores nos tipos de rupturas históricas, de uma parte, e de divisões ou clivagens estabelecidas em dada estrutura social de determinado período, de outra, levou-os a delimitarem as primeiras décadas do século XX à gênese dos sistemas partidários europeus que vigiam naquele momento. Nesse caso, segundo sua argumentação, os partidos – cujas funções principais seriam as de servir de agências de mobilização política

dos indivíduos, de integradores das classes sociais no sistema representativo e, acima de tudo, de “tradutores” das demandas das classes no sistema político – teriam correspondência direta com as clivagens sociais e, no contexto europeu, depois de redefinidas as clivagens em termos classistas ao longo dos anos de 1920, o fato mais significativo seria que seus sistemas partidários teriam sido “congelados” nesses moldes. Dessa forma, ao conceberem os partidos como “tradutores” institucionais das demandas e das clivagens sociais e ao perceberem que tais clivagens permaneceriam essencialmente as mesmas desde o início do século, os autores chegaram à conclusão de que os respectivos sistemas partidários dos diversos países da Europa Ocidental permaneciam estáveis, isto é, sem alterações significativas em termos de apoio eleitoral e de “tradução” das clivagens de classe no sistema político.

De certa maneira, esse trabalho de Lipset e Rokkan (1967), bem como trabalhos posteriores de Rokkan (1970, 1977), fizeram uma clara oposição ao diagnóstico crítico e pessimista que Kirchheimer (1966) havia oferecido à comunidade acadêmica, com sua indicação de que a evolução dos partidos na Europa, em meados dos anos de 1960, não confirmava a proposição de Duverger (1951), qual seja, a de que os partidos de massas estariam se instalando na Europa Ocidental como o ápice da escala evolutiva das organizações partidárias, trazendo consigo fatores essenciais à dinâmica política moderna, como identidade política e balizamento ideológico. Pelo contrário, segundo Kirchheimer (1966), os partidos de massas, ideológicos, estariam sendo substituídos por partidos pragmáticos e meramente estratégicos, por partidos que ele denominou de *catch-all*, por admitirem em seus quadros personalidades políticas de matizes ideológicos variados e por atuarem na arena

eleitoral como uma empresa tentando maximizar seus lucros, que, no caso, seriam eleitores ou votos também de todos os matizes.¹

Portanto, a tese da emergência dos partidos do tipo *catch-all* significou um dos primeiros “diagnósticos” de crise partidária e de transformação dos sistemas europeus. Evidentemente, houve análises anteriores que também se concentraram na questão das transformações dos partidos, como no caso de Weber (1993) e Michels (1974); contudo, ambos apresentam uma visão positiva acerca dessa transformação. O primeiro contempla o surgimento do político profissional e do partido moderno como forma de superação da política plutocrática em favor de uma política verdadeiramente liberal. O segundo, embora apresente a polêmica tese da inescapável formação de uma burocracia oligárquica em qualquer tipo de organização, mesmo a partidária, vislumbra esse processo, ou essa “lei”, como um fator positivo nas imperiosas ações táticas que um partido é levado a adotar no contexto da competição democrática. Mesmo Duverger (1951), que também trata de um processo de transformação partidária, concebe como altamente positiva e desejável a emergência dos modernos partidos de massas na Europa.

Na verdade, esses autores fazem parte de uma corrente da literatura temática que se caracteriza precisamente por encarar de maneira positiva a passagem dos partidos de quadros ou de notáveis – enquanto organizações endógenas ao sistema político e com auto-suficiência financeira para suas atividades – aos modernos partidos de massas – enquanto organizações exógenas ao sistema e financeiramente dependentes de seus membros e filiados espalhados pelo conjunto dos grupos e das classes sociais, enraizados, portanto, na esfera da sociedade civil (Weber, 1993; Duverger, 1951; Lipson, 1966; Lipset e Rokkan, 1967; Sartori,

1976). Ao mesmo tempo, nenhum deles enxerga nesse processo, nem mesmo de soslaio, qualquer vestígio de instabilidade democrática ou de problema político. Isso porque, de acordo com seus pontos de vista, as transformações seriam linearmente voltadas à modernização das esferas sociais e, se instabilidade houvesse, esta seria resultante da crise de um mundo tradicional, da forma tradicional de dominação, ou dos resquícios de um tipo de *ancien régime* que deveria mesmo ser aniquilado.

Então, quando Kirchheimer (1966) trouxe à baila sua proposição acerca da emergência dos partidos *catch-all* e apontou as conseqüências que esse tipo de organização partidária poderia trazer ao sistema político como um todo, o que veio à cena foram justamente dois elementos ausentes nos estudos de todos daqueles autores. Primeiramente, a preocupação com a transformação dos partidos sob um viés negativo, e, em segundo lugar, o problema da instabilidade política derivada da instabilidade dos sistemas partidários. Afinal, segundo assevera Mair (1990, p. 6),

[...] the nature of the organizational transformation involved in the emergence of the catch-all party is clearly specified. [...] The catch-all party severs its specific organizational links with the society of which it is part and begins to operate at one remove from its constituency. It shifts from being a bottom-up party to being a top-down party, and chooses to compete on the market rather than attempting to narrow that market. It builds on conditional support than on a sense of identification. It seeks the endorsement of voters rather than their encapsulation.

Partindo, portanto, de uma premissa bastante próxima daquela adotada pioneiramente por Schumpeter (1942) e desenvolvi-

da mais detidamente por Downs (1951), Kirchheimer (1966) percebeu que a própria dinâmica da competição eleitoral, processo fundamental da democracia representativa, atuaria como uma espécie de incentivo às lideranças políticas para que elas procurassem adotar, cada vez mais, um tipo de organização mais condizente com essa lógica de mercado. À medida que um partido obtivesse êxito com esse tipo de estratégia, seria criado um efeito indutor, uma espécie de mimetismo partidário, em decorrência do qual as outras organizações seriam levadas a seguir estratégia semelhante. Ou seja, como observa Wolinetz (1979, p. 6),

[...] because the catch-all party is a superior instrument of competition, other parties imitate it, and the central features of party competition cease to be the formation of action preferences, advocacy of causes or defense of a classe gardée. Instead, we find an opportunistic battle among bland parties trying to achieve the best marketing results.

Porém, logo em seguida ao reboiço causado pela apresentação da tese de Kirchheimer (1966), Lipset e Rokkan (1967) vieram à tona com dados mais aprofundados, dados estes que refutariam essas

“impressões de superfície”, afirmando justamente o contrário, ou seja, que não haveria nenhuma crise de representação e de identidade partidária e que os países europeus investigados seriam caracterizados muito mais pela persistência do que pela mudança de seus sistemas. E mais, as votações dos partidos seriam estáveis e os alinhamentos dessas organizações em termos de apoio eleitoral teriam como base as estruturas de cliques assentadas nas classes sociais.

Seguindo essa trilha aberta por Lipset e Rokkan (1967), vários trabalhos importantes procuraram, então, apresentar dados cada vez mais sistemáticos para verificar a hipótese lipset-rokkaniana ou simplesmente para refutar a tese de Kirchheimer (1966) acerca da proliferação dos partidos do tipo *catch-all* (Wolinetz, 1979; Ditttrich, 1983). Um dos primeiros estudos desse tipo, considerado como pioneiro ao testar a estabilidade com uma extensa massa de dados agregados, foi o de Rose e Urwin (1970). Eles partiram da pressuposição operacional de que a confirmação da estabilidade dos sistemas partidários europeus deveria ser buscada em sua correspondente empírica imediata, qual seja, a votação constante nos partidos em eleições sucessivas. Para tanto, tomaram as organiza-

Tabela 1
Instabilidade Eleitoral dos Partidos nos Países
Anglo-Americanos, Escandinavos e da Europa Continental (1945-1970)

	Crescimento (C)	Estabilidade (E)	Decréscimo (D)	Instabilidade
	(%) $C \geq .25$	(%) $.24 \geq E \geq -.24$	(%) $D \leq -.25$	Média
Anglo-América	2	12	7	0,2 %
Escandinávia	1	24	5	0,14 %
Europa Continental	6	27	8	0,15 %
<i>Total</i>	9 (10%)	63 (68%)	20 (22%)	0,15 %

Fonte: Rose e Urwin (1970).

ções partidárias individualmente como unidade básica da análise e mensuraram a taxa agregada na variação proporcional dos apoios partidários entre eleições consecutivas. Ao todo, os autores analisaram as votações de 92 partidos de diversos países no período entre 1945 e 1970. Na Tabela 1, estão reunidos de maneira sintética alguns de seus dados principais.

Como pode ser notado, seus resultados indicaram que havia pouca flutuação na votação dos partidos em geral, considerando-se seu desempenho eleitoral entre os anos de 1940 e de 1970. Seus dados mostravam que, em média, 80% (correspondentes ao inverso do que mostra a última coluna da tabela) dos partidos anglo-americanos apresentaram oscilações entre $-.24$ e $+.25$, indicando uma estabilidade considerável. Maior ainda era a estabilidade nas votações dos partidos escandinavos (86%) e da Europa Continental (85%). No total, 68% de todos os partidos analisados (indicados na segunda coluna) mostraram-se extremamente estáveis, o que levou Rose e Urwin (1970, p. 319) a afirmarem peremptoriamente que “the electoral strength of most parties in western nations since the War had changed very little from election to election [...]”.

Desse modo, a hipótese do “congelamento” dos sistemas europeus estaria, assim, empírica e sistematicamente confirmada, e veio a se constituir em uma espécie de paradigma hegemônico no campo dos estudos partidários pelo menos até o final dos anos de 1970. Agora, diante dessa constatação, como sugerem os autores (*Idem, ibidem*),

[...] the first priority of social scientists concerned with the development of parties and party systems since 1945 is to explain the absence of change in a far from static period in political history.

De fato, grande parte dos anos desse decênio foi dedicada à busca das explicações para a estabilidade dos sistemas europeus; afinal, uma vez que a estabilidade teria sido admitida como um “fato verificado”, conseqüentemente as pesquisas deveriam ser voltadas à caça das variáveis explicativas desse fenômeno.

De forma bastante esquemática, é possível afirmar que há três linhas de explicação que se desenvolveram desde então; obviamente, todas inter-relacionadas e, como aponta Crewe (1985), vinculadas ou ao paradigma socioestrutural ou ao paradigma baseado na identificação partidária, nos quais as forças sociais e psicológicas surgem como os fatores motivadores do comportamento eleitoral. Na primeira linha explicativa, alguns autores enfatizaram que a estabilidade dos sistemas europeus, em grande medida, decorria da persistência das organizações partidárias tradicionais formadas naqueles países desde o início do século XX (Daalder, 1966; Lipset e Rokkan, 1967; Epstein, 1967; Rose e Urwin, 1970; Rokkan, 1970, 1977). Na segunda, foi defendido o argumento de que a estabilidade dos sistemas partidários seria explicada fundamentalmente pela persistência das identidades políticas ligadas aos partidos de massas (Converse, 1969; Shively, 1972; Butler e Stokes, 1975; Thomassen, 1976; Wolinetz, 1979). Na terceira, a ênfase foi dada à persistência da posição ideológica dos eleitores ou aos valores sociais aos quais cada classe estava estreitamente atrelada (Inglehart e Klingemann, 1976; Inglehart, 1977, 1979; Percheron e Jenings, 1981; Fuchs e Klingemann, 1990; Kitschelt e Hellemans, 1990; Knutsen, 1995, 1997, 1998).

Dessa forma, até o final dos anos de 1970, não havia, no contexto acadêmico europeu, nenhum estudo de política comparada mais sistemático que pudesse desafiar a hipótese de Lipset e Rokkan (1967). Foi

somente a partir do final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 que essa tese passou a ser duramente contestada, gerando um programa de pesquisa concorrente, cujos propósitos principais eram: (1) demonstrar que os sistemas europeus estariam se tornando instáveis desde o final dos anos de 1960 e (2) que essa instabilidade era indicativa de uma crise partidária, de uma crise de representação e, em um âmbito maior, era indicativa de um amplo processo de transformação tanto estrutural como cultural nos países daquela região. As análises passaram, então, a focar o “descongelamento” dos sistemas partidários europeus, uma vez que, conforme observou Crewe (1985, p. 6), “by the close of the 1970s fragments of evidence suggested that the solidity of western party systems was flaking [...]”. Assim, em frontal oposição ao tema predominante nas pesquisas de política comparada centrada na Europa Ocidental desde o final dos anos de 1960 até o final dos anos de 1970, a literatura temática dos anos de 1980 concentrou-se no diagnóstico e nas explicações da instabilidade dos sistemas partidários dos países daquela região.

A Hipótese do “Descongelamento” dos Sistemas Partidários Europeus

O principal trabalho que marcou o ponto de inflexão na consolidada tese de estabilidade estrutural dos sistemas partidários europeus foi apresentado por Pedersen (1979). Este autor se concentrou nas evidências empíricas da instabilidade e propôs o índice de volatilidade eleitoral como uma medida dinâmica mais acurada para a apreensão dos padrões de estabilidade e de mudança sistêmicas.

Na verdade, é importante que se ressalte, esse diagnóstico partiu de uma preocupa-

ção mais teórica. Ao propor o índice de volatilidade eleitoral como ferramenta analítica imprescindível para o estudo dos sistemas partidários, o autor estava preocupado com a construção de uma teoria que pudesse, de uma parte, explicar o funcionamento de sistemas multipartidários, e, de outra, captar, digamos assim, determinados fatores dinâmicos inerentes aos processos de competição eleitoral (Pedersen, 1983). A razão para tal proposição residia no fato de que a grande maioria dos estudos acerca dessa temática na Europa até os anos de 1940 havia se concentrado em sistemas bipartidários. Por outro lado, quando os sistemas de vários países começaram a se transformar em multipartidários, as preocupações analíticas com esse novo fenômeno, por sua vez, ficaram restritas ao formato sistêmico, ou seja, às mensurações centradas apenas no número de partidos relevantes e nas classificações quanto às polarizações ideológicas (Duverger, 1951; Kirchheimer, 1966; Lipset e Rokkan, 1967; Sartori, 1968, 1976).

Dessa maneira, embora alguns estudos empíricos e teóricos sobre aqueles sistemas multipartidários europeus tenham contribuído para o aumento do conhecimento sobre esse tema – especialmente quanto à sua taxionomia, com várias sugestões de tipologias quantitativas e qualitativas de partidos e de sistemas partidários –, seus enfoques eram insuficientes para apreender aspectos dinâmicos, uma vez que seus modelos teóricos e conceituais eram eminentemente estáticos. Todavia, para Pedersen (1983, p. 30),

[...] when moving from the relatively simple and well-known case of the two-part system to the more complex ones it becomes difficult to understand not only the formation and sustained existence of many parties, but also the widely varying character and perfor-

mance of these parties. [E, acima de tudo, conclui o autor,] the difficulties reflects the lack of generalized theory of multiparty systems and their developmental aspects.

Como contribuição à construção dessa teoria, Pedersen (*Idem*) procurou apresentar uma análise que focalizasse justamente os aspectos dinâmicos dos sistemas partidários, de forma a ser possível apreender sua formação, sua evolução e sua transformação, e propôs um índice matemático cuja formalização pudesse captar as mudanças agregadas nos apoios partidários em seqüências eleitorais históricas. Entretanto, tal contribuição teórica restringiu-se mais ao caráter operacional e metodológico, uma vez que sua proposta consistiu em sugerir uma heurística e um algoritmo que tornassem tratáveis em termos analíticos as conseqüências empiricamente testáveis extraídas das proposições teóricas advindas da hipótese do “congelamento” dos sistemas partidários europeus.

Seguindo a intuição de Sartori (1976), de que a configuração estrutural impõe determinadas predisposições mecânicas ao sistema, Pedersen (1979, 1983), então, propôs-se a analisar a relação entre uma variável estática (formato do sistema) e uma variável dinâmica (variação agregada nas votações dos partidos). A pressuposição teórica da qual partiu o autor era a de que o sistema, enquanto um todo composto de partes que interagem de determinada forma, deveria apresentar, necessariamente – como um *conditio sine qua non* para que funcionasse de fato como um sistema –, algum padrão dinâmico. Por sua vez, a hipótese adotada estabelecia que o caráter quantitativo (número de partidos) desse compósito, ou seja, dessas partes sistêmicas, influenciaria o padrão agregado de sua interação (dinâmica). Esta, a interação sistêmica, foi determinada em termos quantitativos, sendo entendida como a

proporção, variável ou não, de apoio eleitoral de cada partido em cada ponto temporal considerado. Ou seja, o número de partidos em competição afetaria a dinâmica das votações e, como tal, a dinâmica sistêmica.

Estabelecidas essas pressuposições elementares, a medida adotada para a análise da dinâmica dos sistemas partidários foi o índice de volatilidade eleitoral, correspondendo à taxa de mudança agregada nas proporções dos votos dos partidos entre duas eleições consecutivas.² Sua formalização é desenvolvida supondo-se que $P_{i,t}$ represente a porcentagem de votos obtidos pelo partido i na eleição t , então, a mudança em seu apoio eleitoral entre duas eleições poderá ser:

$$\Delta P_{i,t} = P_{i,t} - P_{i,t-1}$$

Desconsiderando-se os sinais negativos, ou seja, procedendo à somatória em módulo, o total de mudança agregada (TMA_t) pode ser formalizado como se segue; em que n representa o total de partidos em competição nas duas eleições consecutivas; sendo que: $0 \leq TMA_t \leq 200$.

$$TMA_t = \sum_{i=1}^n |\Delta P_{i,t}|$$

Considerando-se que o total agregado de votos que alguns partidos ganham é igual ao total agregado de votos que outros partidos perdem, a fórmula anterior leva à dupla contagem dos votos voláteis, daí a variação do índice ser de 0 a 200. Para eliminar a dupla contagem e normalizar a variação do índice entre 0 e 100, basta introduzir 2 na fórmula como divisor do total de mudança agregada dos votos, tal como sugerido a seguir; em que V_t representa a volatilidade agregada, $V_{i,t}$ a porcentagem de votos obtidos pelo partido i na eleição t e $V_{i,t-1}$ a porcentagem do partido i na eleição $t-1$; sendo que: $0 \leq VT \leq 100$.

$$V_t = 1/2 \sum |V_{i,t} - V_{i,t-1}|$$

Com essa medida, foi possível ao autor explorar com maior nitidez os padrões diacrônicos configurados ao longo de um contínuo histórico em alguns países da Europa Ocidental e realizar uma espécie de “teste crucial” da hipótese da estabilidade estrutural dos sistemas daquela região, conforme mostram os dados da Tabela 2. Como pode ser observado, os dados analisados por Pedersen (1979) refutavam as conclusões de Lipset e Rokkan (1967) e de Rose e Urwin (1970),³ pelo menos sua validade para o período de 1960 a 1974.

Em termos empíricos, Pedersen (1983, p. 35) procurou mostrar que os níveis da volatilidade eleitoral teriam aumentado significativamente em vários países daquela área a partir do final dos anos de 1960 e que, portanto,

[...] recent political history has produced some rather unexpected events which make it somewhat difficult to reconcile the theoretical view and the empirical realities”.

E, mais do que isso, o autor encontrou uma possível explicação para esse novo padrão na dinâmica competitiva dos sistemas, que seria a relação entre o número de partidos e a volatilidade eleitoral. Segundo ele,

[...] the number of competing parties has increased considerably in some of the northern Europe over the last few years, and the distribution of electoral strength in several countries has changed in unpredictable ways [*idem, ibidem*].

Obviamente, esse novo teste e as consequências dos resultados da análise de Pedersen (1979, 1983) motivaram a realiza-

Tabela 2
Evolução da Volatilidade Eleitoral Européia (1948-1977)

	1948-59	1960-69	1970-77	Média	Nº Eleições
Suíça	1,9	3,7	6,4	4	6
Áustria	4,1	3,9	3,1	3,7	8
Inglaterra	4,4	5,2	7,9	5,9	8
Finlândia	4,4	6,9	9,1	6,8	8
Suécia	4,8	4,3	6,6	5,2	9
Holanda	6,3	7,9	12,7	9,1	8
Bélgica	7,9	10,3	5,5	7,9	9
Itália	10,3	8	6,8	8,4	6
Irlanda	10,9	6,8	5	7,9	8
Noruega	3,4	5,2	17,1	8,1	7
Dinamarca	5,5	8,9	18,7	11	12
Alemanha	15,2	9,5	4,9	9,8	7
França	21,8	11,9	10,6	16,8	7
Média	7,8	7,3	9,2	8,1	
Nº Eleições	36	34	33		103

Fonte: Pedersen (1979).

ção de uma série de estudos comparativos extremamente importantes – e altamente significativos – desse novo período de investigações acerca dos sistemas partidários europeus (Crewe, 1980; Ersson e Lane, 1982; Irvine e Gold, 1980; Daalder e Mair, 1983; Sarlvik e Crewe, 1983; Dalton *et al.*, 1984; Flanagan e Dalton, 1984; Crewe e Denver, 1985).⁴ Isso porque os diversos pesquisadores convergiram para as mesmas conclusões fundamentadas no trabalho daquele autor, quais sejam,

[...] for a variety of reasons, voters become less committed to their parties, the voter is no longer cast on the basis of traditional loyalty, it is no longer a near-automatic response to stimulus of an election. This is reflected at the aggregate level where there is a marked decline in the strength of the relationship between social-structural variables and party support. The solidity with which different social groups give their support to one party or another begins to crumble (Denver, 1985, pp. 401-2).

Diante de tal diagnóstico, a literatura temática desenvolveu-se, então, em três frentes correlatas. Numa delas, realizaram-se vários estudos cujo teor investigativo residia na análise das novas organizações representativas da sociedade civil. Em outra, diversos autores procuraram as mais variadas evidências que pudessem demonstrar de forma cada vez mais conclusiva que os sistemas europeus estariam saindo, digamos assim, da inabalável “era glacial” e entrando vertiginosamente em um período de liquefação. Na terceira frente, surgiram várias análises em busca das variáveis explicativas dessa instabilidade.

Quanto às novas organizações, predominaram os estudos dos movimentos sociais como entidades alternativas para a representação política (Barnes e Kaase, 1979; Dalton *et*

al. 1984; Lawson e Merkl, 1988). No que se refere à demonstração da instabilidade, as análises tomaram como base empírica três tipos de evidências (Mair, 1990, 1997). A primeira delas foi o aumento na volatilidade eleitoral, indicando que os eleitores estariam mudando seus votos com maiores amplitude e frequência; a segunda, o surgimento e o crescimento de novos partidos, em detrimento do apoio eleitoral dos partidos tradicionais já consolidados há vários anos; e a terceira, o esmaecimento estrutural e a perda de legitimidade das organizações partidárias, em favor da proliferação e do fortalecimento de novas formas de representação e intermediação políticas.

Finalmente, quanto às explicações, é possível afirmar que elas convergiram para a aceitação de que a “causa” primordial da instabilidade sistêmica residiria no intenso processo de mudanças econômicas, sociais e culturais ao qual as nações européias estariam sendo submetidas desde o início dos anos de 1960, processo esse que teria conduzido aquelas sociedades a grandes transformações em sua estrutura de classes. Conseqüentemente, estaria ocorrendo também uma alteração radical no sistema de valores e crenças dos indivíduos (Inglehart, 1977, 1979, 1984, 1990), levando ao inevitável surgimento de novas clivagens (Kitschelt, 1994, 1995, 2000). Essas transformações teriam sido geradoras de uma significativa fragmentação dos grupos tradicionais, produzindo, por sua vez, desalinhamentos eleitorais (Crewe *et al.*, 1977; Crewe, 1980; Dalton *et al.*, 1984; Franklin, 1992). Em decorrência disso, as clivagens políticas até então consolidadas teriam perdido sua importância no que se refere ao desempenho dos partidos (Sarlvik e Crewe, 1983; Flanagan e Dalton, 1984; Dalton e Wattenberg, 2000).

Esses diagnósticos, baseados nesses tipos de evidências, contribuíram, então, para a

formação de um consenso de que a Europa estaria atravessando um período de grande transformação em sua esfera política, dando ensejo a uma era de incertezas, de inexistência de clivagens estáveis e de crise dos partidos enquanto organizações representativas (Crewe *et al.*, 1977; Wolinetz, 1979; Budge, 1982; Maguire, 1983; Pedersen, 1983; Dalton *et al.*, 1984; Crewe e Denver, 1985; Franklin *et al.*, 1992; Klingemann e Fuchs, 1995). Portanto, assim como ocorrera anteriormente, uma vez que a instabilidade estava empiricamente “demonstrada”, a tarefa seguinte consistiria em escarafunchar as variáveis explicativas do fenômeno.

Então, como é possível perceber, a literatura inverteu o sinal do sentido seguido pela anterior, passando agora a buscar sistematicamente as possíveis explicações para a instabilidade – e não mais para a estabilidade – encontrada nos sistemas partidários europeus a partir dos anos de 1960; ou seja, as causas desse descontrolado processo de “descongelamento” sistêmico. Na verdade, aos olhos de alguns autores (Bartolini e Mair, 1990; Mair, 1990, 1993, 1997), a preocupação quase obsessiva com essa questão tornava possível um paralelo com uma outra preocupação que a elite política europeia do século XIX nutria em relação à crescente organização da classe trabalhadora e à potencial instabilidade que esse movimento poderia trazer ao *status quo*. Em alusão provocativa ao clássico texto de Marx e Engels, Bartolini e Mair (1990, p. XVII) enfatizam esse aspecto salientando que

[...] spectres continue to haunt Europe. This time around, [observam,] it is the spectre of electoral instability [...]. [E, a julgar pela literatura, continuam os autores,] [...] we are living in an age of party breakdown, dealignment, and decay, [an age which] we are now finally witnessing a major transformation of traditional mass politics.

Contudo, em oposição à generalizada predominância dessa convicção no interior da comunidade acadêmica de política comparada durante os anos de 1980, Bartolini e Mair (1990) apresentaram, logo no início da década de 1990, um estudo no qual contestaram tal conclusão, afirmando, de maneira provocativa, que

[...] this spectre, like many others, has proved elusive, and when we actually looked for the empirical evidence of this mass electoral change, we found that it simply failed to materialise” (*ibidem*).

Com essa análise, eles contribuíram decisivamente para a revitalização da tese do “congelamento” das clivagens partidárias na Europa.

Desse modo, os anos de 1990 foram marcados pela “redescoberta” dos partidos como atores coletivos cruciais (Ström, 1990; Katz e Mair, 1994, 1995; Maor, 1997) e, conseqüentemente, pela reconsideração da importância dos sistemas partidários para o funcionamento da democracia (Mair, 1990, 1997). Em parte, devido à assim conhecida “terceira onda” democrática – tema gestado no interior da literatura da “transitologia” e da “consolidologia” (Schmitter, 1995) –, que reafirmou a importância dos elementos institucionais na dinâmica e na consolidação desse regime, incluindo-se aí as instituições representativas formais, como os partidos e os sistemas partidários, e a forma de governo (Linz, 1978, 1990, 1991; O’Donnell *et al.*, 1986; O’Donnell e Schmitter, 1986; Mainwaring *et al.*, 1992; Shugart e Carey, 1992; O’Donnell, 1994, 1996; Linz e Valenzuela, 1994; Linz e Stepan, 1996; Diamond, 1999). E também em decorrência dos trabalhos empíricos que rivalizaram com a literatura que se consolidou nos anos de 1980, assentada sobre a idéia de que os sistemas europeus estariam atravessando um período de intensas transformações estrutu-

rais e, em função disso, estariam se tornando cada vez mais voláteis.

A Retomada da Hipótese do “Congelamento” dos Sistemas Partidários Europeus

Como já mencionado, Bartolini e Mair (1990) representam o ponto mais importante de uma nova inflexão nos estudos dos sistemas partidários europeus. O trabalho deles abrangeu vários países da Europa Ocidental e cobriu cem anos de eleições naquela região, abrangendo o período entre 1885 e 1985. Nesse novo “teste crucial”, a estratégia adotada pelos autores foi tomar como ponto de partida uma crítica teórico-conceitual aos trabalhos anteriores que refutaram a hipótese de Lipset e Rokkan (1967), com base na medida da taxa das mudanças agregadas dos apoios partidários em eleições consecutivas (Pedersen, 1979, 1983; Shamir, 1984). Conforme veremos a seguir, essa crítica de teor mais teórico redundou em uma pequena, mas significativa, variação metodológica no índice de volatilidade eleitoral de Pedersen (1979, 1983). Segundo os autores, somente com essa variação é que seria possível testar de fato o que propunha a hipótese lipset-rokkaniana.

A crítica teórico-conceitual baseou-se em uma questão que sequer havia sido cogitada pelos analistas anteriores. Os autores se perguntaram se não seria possível ocorrer simultaneamente instabilidade eleitoral com estabilidade nas clivagens partidárias. Ou seja, se não seria possível encontrar uma elevação da volatilidade eleitoral sistêmica, de uma parte, e, de outra, e ao mesmo tempo, uma estabilidade nas votações dos partidos cujos lastros sociais estivessem enodados em determinadas clivagens. Isso porque, apesar de concordarem com a análise de Pedersen (1979, 1983) – que apontava que: (1) houve uma elevação significativa da volatilidade sistêmica; (2) a

volatilidade apresentava uma correlação positiva com o aumento no número de partidos em competição –, os autores divergiam da conclusão extraída de seus dados. Eles discordavam de que essa instabilidade associada à proliferação partidária pudesse ser entendida como uma evidência de que Lipset e Rokkan (1967) estivessem equivocados quanto à estabilidade das clivagens partidárias. De acordo com o raciocínio deles, a proliferação de partidos, evidentemente, trouxe consigo maior oscilação nas votações, em decorrência da mudança dos votos em face da maior variabilidade de alternativas à escolha do eleitor. Contudo, isso não significaria que os alinhamentos partidários, de acordo com determinadas clivagens sociais, estivessem perdendo seu poder explicativo no que se refere às preferências eleitorais.

Para enfatizar esse aspecto e para abrir um novo flanco analítico a ser explorado, Bartolini e Mair (1990) chamaram a atenção para o fato de que a hipótese do “congelamento” sistêmico propunha que haveria uma estabilidade eleitoral assentada nas clivagens sociais e nos partidos vinculados a tais clivagens. Sua hipótese não estabelecia, portanto, que as clivagens fossem vinculadas somente a determinados partidos tradicionais *stricto sensu*, isto é, que um partido A, por exemplo, fosse o representante necessário e suficiente da clivagem M, e que nenhum outro partido, suponhamos, B, pudesse vir a disputar votos com o partido A e a representar, simultaneamente, essa mesma clivagem M. Pelo contrário, o aumento da competição eleitoral, advinda da entrada de novos partidos no ambiente político, deveria levá-los a disputar votos com os partidos tradicionais, e a estratégia a ser adotada seria precisamente a de procurar representar “melhor” ou de maneira mais “eficiente” as clivagens sociais já estabelecidas.

Assim sendo, o aumento na gama de alternativas à disposição dos eleitores pode

Tabela 3
Simulação das Votações (%) e da Volatilidade Eleitoral dos Partidos A e B

<i>Partidos</i>	<i>E1</i>	<i>E2</i>	<i>E3</i>	<i>E4</i>	<i>E5</i>	<i>E6</i>	<i>Média</i>
Partido A	45	46	45	44	46	46	45,4
Partido B	55	54	55	56	54	54	54,6
<i>Volatilidade Eleitoral</i>		1	1	1	2	0	1

realmente ter trazido um aumento na flutuação das votações em termos partidários, sem, contudo, significar que esses eleitores tivessem necessariamente mudado suas preferências estruturais em termos de clivagem social. Ou seja, os eleitores podem até ter mudado seus votos de uma eleição para outra, mas essa mudança poderia ter ocorrido entre partidos que representavam uma mesma clivagem. Isso, convenhamos, faz toda diferença. Uma coisa seria mudar o voto entre duas eleições, mudando, simultaneamente, não apenas de partido, mas de clivagem partidária. Outra coisa seria mudar o voto entre dois partidos que representam uma única e mesma clivagem.

Para elucidar melhor esse raciocínio, vale a pena esboçar um pequeno exemplo. Imaginemos um sistema com dois partidos, A e B. Suponhamos que suas votações se distribuam estavelmente, de determinada

maneira, ao longo de várias eleições [E] sucessivas [E1, E2, E3, E4... En]. Suponhamos também que esses partidos representem determinadas clivagens, que poderiam ser trabalhadores [partido A] e capitalistas [partido B]. Suponhamos tudo isso, tal qual ilustrado na Tabela 3.

Nessa simulação, é possível perceber que estaríamos diante de um sistema bipartidário e que, se os resultados eleitorais fossem estes que aparecem na tabela, poderíamos dizer que o sistema seria bastante estável, sendo estáveis, simultaneamente – e por efeito de redundância –, as preferências em termos partidários [partidos A e B] e as preferências em termos de clivagem [trabalhadores/capitalistas]. Entretanto, suponhamos, agora, que esse mesmo sistema venha a se tornar mais competitivo, passando a ser multipartidário, com, digamos, três partidos. Imaginemos que o novo partido [C] também

Tabela 4
Simulação das Votações (%) e da Volatilidade Eleitoral dos Partidos A, B e C

<i>Partidos</i>	<i>E1</i>	<i>E2</i>	<i>E3</i>	<i>E4</i>	<i>E5</i>	<i>E6</i>	<i>Média</i>
Partido A	45	38	40	38	36	34	38,5
Partido B	55	52	48	48	48	50	50,2
Partido C		10	12	14	16	16	11,3
<i>Volatilidade Eleitoral</i>		5	4	2	2	2	3

seja vinculado aos trabalhadores, passando a disputar votos, portanto, no âmbito da mesma clivagem com o outro partido trabalhista já tradicional [A]. Essa dinâmica é ilustrada na Tabela 4.

Como é possível perceber, em uma situação tal qual a descrita na Tabela 4, haveria significativo aumento no índice de volatilidade eleitoral sistêmica [VES]. O partido C teria trazido maior competição ao cenário anterior, estável tanto em relação aos apoios partidários quanto em relação aos vínculos políticos das clivagens consideradas. As votações médias dos partidos A e B declinaram e a volatilidade do período reflete essa oscilação negativa, bem como a oscilação positiva do partido C, que, em função das mudanças nos votos já consolidados na antiga estrutura de competição, pôde crescer eleitoralmente e tornar-se um partido com uma votação média importante.

Porém, é possível conceber um cenário ainda mais competitivo. Suponhamos que nesse mesmo sistema partidário entre um quarto partido [D]. Suponhamos também que esse partido D procure vincular seu programa à clivagem dos capitalistas e, dessa forma, estabeleça uma competição direta com o tradicional representante desse estrato social, que, no caso, seria o partido B. O bom desempenho eleitoral desse novo partido [D], ou seja, sua viabilidade enquanto organização

de intermediação e de representação de interesses ou de determinados valores dependeria do grau potencial de desprendimento daqueles eleitores acostumados a votar no partido B. Em outras palavras, o partido D será bem-sucedido se e somente se houver ambiente eleitoral favorável à competição no interior da clivagem dos capitalistas, tal qual era o caso do partido C quando este entrou no sistema político procurando representar os eleitores da clivagem trabalhista e, conseqüentemente, disputando votos com o tradicional partido A.⁵ Essa situação é ilustrada na Tabela 5.

Nesse novo cenário hipotético, estaríamos diante de um sistema multipartidário com quatro partidos [A, B, C, D]: dois deles com grande peso eleitoral e dois com capital eleitoral significativo, porém, reduzido. Os dois maiores partidos seriam justamente os tradicionais A e B, representantes, respectivamente, das clivagens trabalho/capital. Os dois menores seriam os novos partidos C e D, contendores dos votos dos trabalhadores [C] e dos capitalistas [D]. Perceba que o dado mais imediato à observação é que a mera entrada dos dois novos partidos [C, D] no sistema provocou uma instabilidade sensivelmente elevada na segunda eleição [E2] e, embora a volatilidade eleitoral sistêmica tenha diminuído de forma considerável nas rodadas subseqüentes, em comparação com as Tabelas 3 e 4, de maneira geral, ocorreu importante aumento

Tabela 5
Simulação das Votações (%) e da Volatilidade Eleitoral dos Partidos A, B, C e D

<i>Partidos</i>	<i>E1</i>	<i>E2</i>	<i>E3</i>	<i>E4</i>	<i>E5</i>	<i>E6</i>	<i>Média</i>
Partido A	45	38	38	36	32	30	36,5
Partido B	55	42	40	38	34	32	40
Partido C		10	10	12	16	18	11
Partido D		10	12	14	18	20	12,5
<i>Volatilidade Eleitoral</i>		20	2	4	8	4	7,6

no índice. Conseqüentemente, a média também se elevou bastante, atingindo 7,6 contra 1 ponto da primeira simulação e 3 pontos da segunda.

À primeira vista, somos levados, então, a concluir – embora precipitadamente – que esse sistema partidário imaginário estaria enfrentando um período de crise de representação, evidenciada pela desvinculação crescente das clivagens estruturais em relação aos partidos, resultando em uma elevação constante da volatilidade eleitoral sistêmica [VES]. A taxa de apoio aos partidos tradicionais sofre declínio, enquanto novas organizações, sem tradição e sem “enraizamento social”, conseguem expressivas votações. Não obstante, uma outra maneira de olhar o fenômeno poderia ressaltar que, em vez de crise sistêmica e de representação, essa dinâmica permite concluir apenas que o ambiente eleitoral estaria ficando mais competitivo e, como tal, permite acima de tudo concluir, tanto em termos teóricos, quanto em termos normativos, que o sistema estaria, *pari passu*, tornando-se mais democrático. Afinal, a condição para que os novos partidos [C, D] sejam bem-sucedidos é precisamente a ocorrência de algum grau substancial de instabilidade eleitoral sistêmica, vinculada, tal instabilidade, às flutuações dos votos antes distribuídos apenas entre os partidos tradicionais [A, B]. Ademais, outro ponto importante, embora ainda passível de teste empírico – que é no que consiste a proposta analítica de Bartolini e Mair (1990) –, é que essa volatilidade eleitoral encontrada não significaria necessariamente estar ocorrendo um processo de ruptura nas representações partidárias baseadas em clivagens sociais.

Para dirimir de maneira mais precisa essa querela, os autores sugeriram uma pequena variação no índice de volatilidade eleitoral. Essa variação leva em consideração

um elemento óbvio, porém, desconsiderado pelos analistas até aquele momento, qual seja, o fato de que os partidos europeus não seriam unidades organizacionais isoladas ou estanques, sem quaisquer proximidades com outros partidos. Pelo contrário, segundo eles, e conforme sugerem outros analistas (Ware, 1996; Colomer, 1996; Siaroff, 2000; Gallagher *et al.*, 2001), os sistemas daquela região podem ser enquadrados em determinadas “famílias” partidárias, cuja proximidade programática ou ideológica possibilitaria sua agregação em blocos partidários, tanto internacional como nacionalmente. Esses blocos nacionais, sim, deveriam, em termos agregados, corresponder à representação de dadas clivagens sociais – religiosas, classistas, étnicas, ideológicas etc.

Com base nessa nova perspectiva é que os autores propuseram a variante no cálculo da volatilidade eleitoral. Para tanto, tomaram como ponto de partida a lógica inicial da formulação do índice, qual seja, a de que ele corresponderia à somatória das variações nas votações dos partidos em duas eleições sucessivas, tendo 2 como divisor, tal qual indicado abaixo, em que *VT* é a volatilidade total ou sistêmica e *PV* corresponde às diferenças nas votações entre duas eleições dos partidos *A*, *B*, *C* e *D*, podendo o número de competidores, obviamente, variar até *n* partidos; sendo $0 \leq VES \leq 100$.

$$VT = |PVA| + |PVB| + |PVC| + |PVD| \\ \dots + |PVn| / 2$$

Tomando-se, portanto, a formalização algébrica original do índice de volatilidade eleitoral proposto por Pedersen (1979), tal que *Pit* seja o partido *i* no tempo *t*, *Pi(t + 1)* seja o mesmo partido *i* no tempo *t + 1*, ou *t2*, e *VES* seja a volatilidade eleitoral sistêmica, sendo $0 \leq VES \leq 100$; temos, finalmente, que:

$$VES = \sum_{i=1}^n |Pit - Pi(t+1)| / 2$$

Esse procedimento algorítmico, no entanto, desconsidera justamente a existência das famílias partidárias, ou seja, de partidos que representam uma mesma clivagem e que competem pelos eleitores a ela vinculados, uma vez que a unidade básica do cálculo sistêmico é cada partido individualmente. Desse modo, a competição entre dois partidos pelos votos de eleitores de uma determinada clivagem, com a conseqüente oscilação em suas votações em decorrência dessa contenda, indicaria uma instabilidade total que falsamente seria identificada como instabilidade na representação das clivagens.

Para evitar essa limitação metodológica, Bartolini e Mair (1990) sugeriram uma solução bastante simples: que se considerassem todos os partidos de uma mesma família como se fossem, na verdade, um único partido. Assim, eles formariam um bloco partidário, cujo desempenho eleitoral deveria ser mensurado de maneira conjunta, conforme indicado na fórmula a seguir, em que *VEBP* é a volatilidade eleitoral entre os blocos partidários, *BP* corresponde aos blocos partidários *A/C* [*BPI*] e *B/D* [*BP2*], *V* é a volatilidade de cada partido [*A*, *B*, *C*, *D*] de cada bloco; sendo $0 \leq VB \leq 100$.

$$VEBP = |BP1(AV + CV) + BP2(BV + DV)| / 2$$

Formalizando de outra maneira, chegamos finalmente à expressão algébrica do índice de volatilidade eleitoral entre blocos partidários [*VEBP*] adotado pelos autores, em que *BPt* é a votação do bloco partidário *BP* no tempo *t* e *BP(t+1)* é a votação do bloco partidário *BP* no tempo *t+1* ou *t2*, sendo $0 \leq VEBP \leq 100$.

$$VEBP = \sum_{BP=1}^n |PBt - PB(t+1)| / 2$$

Com isso, a mensuração é sensível apenas às oscilações resultantes da mudança de votos entre os blocos e, como esses blocos seriam os representantes mais fiéis e abrangentes das preferências conectadas às clivagens, teríamos, assim, o algoritmo mais indicado para o índice, cujo propósito seria o teste empírico do grau de estabilidade ou do nível de "congelamento" dos sistemas europeus em termos de vínculo entre representação partidária e estruturas sociais. Nos exemplos explorados nas Tabelas 3, 4 e 5, as clivagens representadas pelos partidos são trabalho/capital, mas poderiam ser liberais/socialistas, ou progressistas/conservadores, ou ainda católicos/protestantes. De modo semelhante, poderia tratar-se de uma estrutura de clivagens dividida em termos ideológicos, ou seja, composta por eleitores e partidos de direita, de centro e de esquerda.

Também no caso dos exemplos considerados, a multiplicação de partidos trouxe mais competição e, desse modo, provocou aumento na volatilidade eleitoral sistêmica, como mostrado na Tabela 4, especialmente porque o cálculo tomou como base a variação nas votações de cada uma das unidades partidárias. E foi exatamente esse o procedimento adotado por Pedersen (1979, 1983). Mas, o que será que aconteceria se considerássemos que os mesmos partidos A, B, C e D poderiam ser agrupados em famílias ou blocos correspondentes à estrutura de competição delineada em torno da dicotomia trabalhadores/capitalistas e que, desse modo, sua volatilidade pudesse ser calculada como indicado logo acima? Conforme ilustra a Tabela 6, a mesma simulação com essa nova perspectiva apresenta resultados opostos ao da tabela anterior.

Tabela 6
Simulação das Votações (%) e da Volatilidade Eleitoral dos Blocos Partidários

Blocos/Partidos	E1	E2	E3	E4	E5	E6	Média
Bloco Trabalhista (Partidos A e C)	45	48	48	48	48	48	47,5
Bloco Capitalista (Partidos B e D)	55	52	52	52	52	52	52,5
<i>Volatilidade Eleitoral entre os Blocos</i>		3	0	0	0	0	0,6

O que temos aqui é um rearranjo completo nos dados que, até então, indicavam um processo de aumento da instabilidade eleitoral. Encontramos agora uma monótona estabilidade nos apoios eleitorais aos blocos partidários. A entrada dos dois novos partidos [C, D] em E2 trouxe alguma volatilidade, mas, depois, o sistema apresentou uma dinâmica cuja estabilidade foi total, atingindo uma volatilidade média de 0,6 ponto contra a média de 7,6 da volatilidade sistêmica [ver Tabela 5].

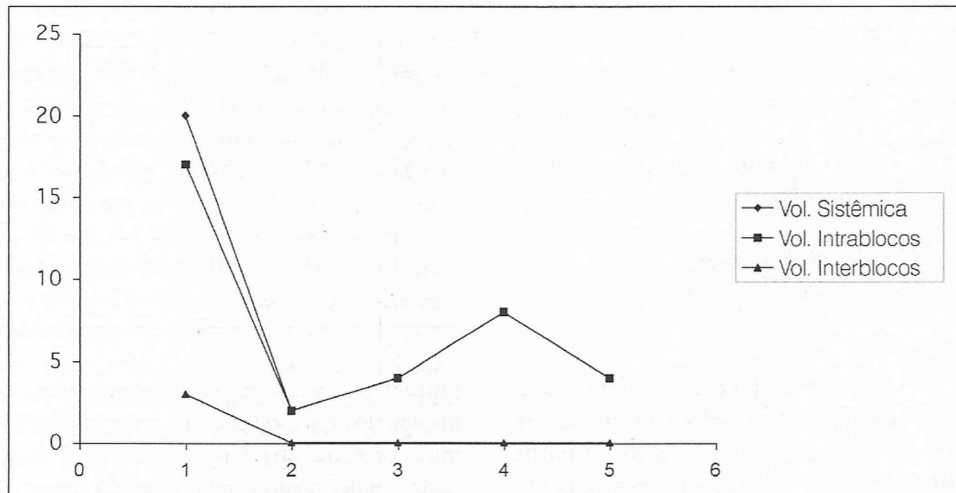
Evidentemente, o exemplo é extremado, mas segue o intuito de demarcar as diferenças nos resultados e nas conclusões quando são consideradas essas duas mensurações. Dessa perspectiva, a dedução lógica a ser extraída desses dados induz à conclusão de que o aumento da volatilidade eleitoral total ou sistêmica, nesse caso, está associada ao aumento do portfólio partidário à escolha dos eleitores pertencentes à mesma clivagem, ou seja, ao aumento da competição eleitoral – e não à desintegração do sistema. Os novos partidos entraram nesse “mercado” procurando competir pelos eleitores ligados às clivagens já existentes [trabalho/capital] e a instabilidade sistêmica, de certa forma, reflete essa competição. Contudo, na simulação

proposta, no que se refere aos posicionamentos das clivagens sociais, a estruturação sistêmica permaneceria bastante estável e isso pode ser detectado somente com a decomposição analítica do índice, ou seja, considerando suas partes constituintes.

Logicamente, a volatilidade eleitoral sistêmica é composta por dois subníveis, correspondentes ao fluxo da migração de votos, quais sejam: (1) pela mudança de votos entre partidos de um mesmo bloco; e (2) pela mudança de votos entre partidos de blocos diferentes ou, mais claramente, entre blocos partidários diferentes. Assim sendo, dado que a volatilidade eleitoral sistêmica [VES] é igual à somatória da volatilidade eleitoral entre os blocos partidários [VEBP] e a volatilidade eleitoral dentro de cada bloco partidário [VEiBP], temos que, inversamente, $VEBP = VES - VEiBP$. No gráfico abaixo (Figura 1), são apresentados os dados simulados obtidos por esse procedimento aritmético, com base nessa decomposição analítica.

Como pode ser percebido, as curvas da volatilidade sistêmica e da volatilidade intra-blocos caminham de maneira conjunta entre E1 e E2, quando se sobrepõem, perfazendo um curso idêntico até E5. Essa evolução, portanto, indica que a instabilidade sistêmica se

Figura 1
 Simulação da Evolução da Volatilidade Eleitoral Sistêmica,
 Intrabloco e Interbloco dos Partidos A, B, C e D



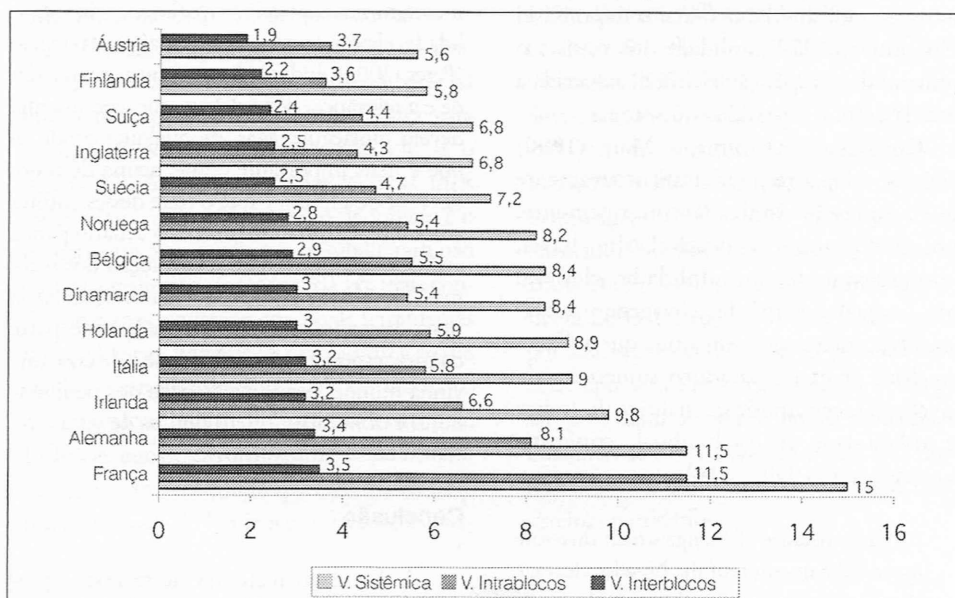
deve às mudanças de voto no interior de uma mesma família partidária, ou seja, às diferenças marginais nas preferências de eleitores de um mesmo setor social que, apesar de mudarem seus votos de um partido para outro, fizeram-no entre partidos da mesma clivagem. É óbvio também que não é necessário que a entrada de novos partidos produza volatilidade, mas, no caso de produzi-la, a explicação residiria, então, no incremento da competição, e isso, por si só, não significaria necessariamente instabilidade da estrutura de preferências ou mesmo crise do sistema.⁶ Para que a volatilidade total ou sistêmica pudesse ser um indicador da desestruturação geral do sistema partidário, seria necessário que fosse observada simultaneamente uma elevação no índice de volatilidade eleitoral entre os blocos de partidos.

Baseados nesse raciocínio, Bartolini e Mair (1990) analisaram um largo período histórico de eleições na Europa Ocidental e corroboraram a hipótese concorrente de que haveria uma elevação no índice de volatilidade eleitoral total a partir dos anos de

1970, bem como se mostrava elevada a média do período. Porém, contrariamente a essa dinâmica, a evolução da volatilidade eleitoral entre clivagens ou interblocos partidários mostrou-se, na média, bastante reduzida, o que indicava que aqueles sistemas, em termos de representação de clivagens sociais, permaneciam bastante estáveis. Ou seja, os autores encontraram justamente a coexistência de uma volatilidade sistêmica ligeiramente elevada com uma volatilidade em termos de clivagens sociais consideravelmente baixa, como pode ser evidenciado pela comparação entre as componentes do índice nos países analisados em seu estudo e adaptados na Figura 2.

A comparação dos níveis do índice mostra a distância entre eles, permitindo perceber que a França, por exemplo, embora apresente a maior volatilidade sistêmica registrada no período [15], no que se refere à volatilidade entre blocos partidários [3,5], apresenta números quase idênticos aos da

Figura 2
Médias das Volatilidades Eleitorais Sistêmicas,
Intrabloco e Interbloco Partidários na Europa (1885-1985)



Fonte: Bartolini e Mair (1990), appendix 2.

Dinamarca [3] e não muito distantes daqueles da Finlândia [2,2] e da Áustria [1,9], países com os menores índices de volatilidade nas duas dimensões consideradas. Essa distância entre a volatilidade sistêmica e a volatilidade entre clivagens pode ser tomada como a medida do nível de oscilação nas votações entre partidos de uma mesma família ou de um mesmo bloco e, naturalmente, mede a volatilidade eleitoral dentro dos blocos partidários. Quando esse terceiro índice excede a volatilidade entre blocos – aquela que mensura a taxa agregada da migração dos votos entre clivagens diferentes –, temos a indicação de que a volatilidade sistêmica ou total é inflada, digamos assim, pela troca de votos entre partidos que correspondem a um mesmo alinhamento social, como parece mesmo ser o caso dos países europeus anali-

sados. Em todos eles, a volatilidade entre partidos do mesmo bloco é bastante superior à volatilidade entre partidos de blocos ou clivagens diferentes, sendo ela, portanto, a maior responsável pela volatilidade total.

Assim sendo, a comparação das componentes do índice de volatilidade sistêmica evidencia três fatos importantes. Primeiramente, a instabilidade das preferências eleitorais baseadas na relação entre clivagens e representação política é baixa e estável. Em segundo lugar, a elevada média de instabilidade eleitoral sistêmica nos países europeus se deve substancialmente às mudanças de votos entre partidos que pertencem a uma mesma família. Em terceiro lugar, a coexistência de volatilidades sistêmica e intrabloco partidários elevadas com volatilidade interbloco partidários reduzida indica que a ins-

tabilidade encontrada se deve à competição entre partidos de uma mesma família que disputam votos de eleitores de uma mesma clivagem, indicando que o maior responsável pelo aumento da volatilidade dos votos é o aumento da competição eleitoral, associada à entrada de novos partidos no sistema.

Com isso, Bartolini e Mair (1990) foram levados a responder afirmativamente àquela questão indicada anteriormente, apontando que era possível sim haver, simultaneamente, instabilidade eleitoral com “congelamento” das clivagens partidárias. Os autores sugeriram ainda que a detecção desse aparente paradoxo somente seria viável pela decomposição analítica do índice de volatilidade eleitoral; afinal, conforme assevera Mair (1990, p. 14),

[...] any measure of change which therefore ignores the question of the broader cleavage alignment, cannot distinguish between intra-bloc change, on the one hand, and inter-bloc change, on the other.

Ou seja, uma medida que tenha como base de cálculo apenas a unidade partidária seria, obviamente, inadequada para testar o verdadeiro teor da proposição lipset-rokkaniana. E mais, com tal procedimento, a hipótese do “congelamento” das clivagens partidárias estaria novamente confirmada.

Evidentemente, a polêmica acerca dessa temática ainda está longe de ser encerrada, na medida em que, em oposição às conclusões apresentadas por Bartolini e Mair (1990) e Mair (1997), diversos analistas (Richardson, 1991; Broughton e Donavan, 1999; Dalton e Wattenberg, 2000; Drummond, 2002) continuam à cata de dados que possam sustentar o contrário, ou seja, que há sim um aumento crescente na instabilidade dos sistemas europeus desde o final dos anos de 1960. Além disso, apesar da análise de Bartolini e Mair

(1990) ter demonstrado que não há tal instabilidade, nem nos anos de 1970, nem nos anos de 1980, os dados das eleições mais recentes mostram um expressivo crescimento da volatilidade eleitoral em diversos países da região (Peres, 2005), indicando, portanto, a atualidade e a relevância desse debate que, certamente, deverá prosseguir. Mas, de qualquer modo, o que é mais importante e que, acima de tudo, deve ser destacado, é que o teste desses autores acabou descortinando um novo cenário para a análise e a compreensão da evolução dos sistemas partidários europeus, cuja consequência mais direta foi a dissipação de grande parte daquele espectro de instabilidade e de crise que vinha monopolizando a atenção dos pesquisadores e obnubilando seus pontos de vista.

Conclusão

A discussão realizada neste texto apresentou um panorama teórico do problema da instabilidade eleitoral tal qual este foi pensado por um conjunto de pesquisadores europeus, cujas lentes de análise foram voltadas justamente aos sistemas partidários daquela região. Como pudemos perceber, houve um intenso debate teórico e exaustivos confrontos empíricos ao redor da tese lipset-rokkaniana acerca da cristalização das clivagens partidárias. Esta foi defendida, criticada, refutada, revalidada, reconstruída, remendada, desprezada, venerada, entre tantas outras abordagens.

Seja como for, essa tese sempre foi, e ainda o é, o ponto de partida privilegiado nas análises correntes dos sistemas partidários europeus. Isso porque as proposições contidas no estudo de Lipset e Rokkan (1967) tocaram no tendão de Aquiles da dinâmica democrática europeia do século XX, que é a organização da política de massas em um contexto representativo, no qual os partidos aparecem como atores políticos centrais e no

qual a competição eleitoral cumpre uma função essencial no funcionamento estável – e esta é a palavra chave – de todo o arcabouço constitucional daqueles diversos países.

Ademais, juntamente à importância propriamente teórica e empírica desse debate, há um efeito residual extremamente relevante para as análises de política comparada, que é o desenvolvimento de operações técnicas mais sofisticadas, como a formulação de índices e o refinamento conceitual, que possibilitaram não apenas a realização de testes cada vez mais consistentes, mas também a criação de ferramentas metodológicas, propiciando a padronização das análises e a realização de estudos comparativos que transcenderam o contexto europeu. Inclusive, esse desenvolvimento teórico e metodológico vem permitindo que analistas de política comparada desloquem suas lentes de inves-

tigação para as democracias recentes em busca do mesmo fenômeno, como no caso dos países do antigo bloco socialista europeu (Kitschelt, 1992; Evans e Whitefield, 1993; Pridham e Lewis, 1996; Simon, 1997; Ishyama, 1997; Bielasiak, 1997, 2001, 2003; Olson, 1998; Shvetsova, 1999; Kitschelt *et al.*, 1999; Birch, 2001) e da América Latina (Mainwaring, 1995, 1998, 1999; Mainwaring e Scully, 1995; Coppedge, 1995, 1998; Lima Jr., 1997; Nicolau, 1998; Roberts e Wibbels, 1999; Peres, 2000, 2002, 2005; Torcal e Mainwaring, 2002; Braga, 2003; Kinzo, 2005). Esse deslocamento, por sua vez, evidencia que as potencialidades desse tipo de análise são consideráveis para pensar a dinâmica dessas novas democracias, incluindo-se a brasileira, do ponto de vista da formação, da evolução e da instabilidade dos sistemas partidários.

Notas

- 1 Ou seja, a idéia geral que subsidia a proposição de Kirchheimer (1966) é a de que qualquer competição acabaria se submetendo às leis de mercado, cujo imperativo é a maximização de objetivos, seja lucro, seja apoio eleitoral. O quanto o autor teria se inspirado ou não nos trabalhos clássicos de Downs (1951) ou, mais diretamente, de Schumpeter (1942), não é explicitado em sua discussão, mas, como é possível notar, essa é uma possibilidade considerável, dado que parece tratar-se de uma posição normativamente negativa acerca dos efeitos centrípetos em direção ao eleitor mediano, induzidos pela lógica da competição espacial ou de mercado, sugeridos pelo primeiro, e de conceber os partidos como empresas disputando mercado, como sugerido pelo segundo.
- 2 A formulação do índice de volatilidade eleitoral de Pedersen (1979, 1983) corresponde à evolução analítica de uma mensuração advinda da estatística (Hawkes, 1969; Miller, 1972) que foi transposta à política comparada. Sua lógica e sua operação são semelhantes àquelas propostas por Rose e Urwin (1970), Przeworski (1975) e Ascher e Tarrow (1975). Para uma exposição didática de sua formalização e de sua aplicação, veja Nicolau (1997); para uma discussão teórica do índice, veja Bartolini e Mair (1990), Giusti Tavares (1997) e Peres (2000); para uma discussão epistemológica, veja Peres (2005); para uma discussão dos desdobramentos recentes e de propostas alternativas para a medida, veja Clarke e Lebo (2000) e Preuhs e Maestas (2000).
- 3 Para maiores detalhes sobre a medida específica adotada por Rose e Urwin (1970) e sua adoção na análise de dados mais recentes, veja Drummond (2002).

- 4 É importante salientar que, embora esse diagnóstico sobre os sistemas europeus em meados dos anos de 1970 tenha influenciado uma série de estudos igualmente importantes acerca do sistema partidário norte-americano, a literatura dedicada a analisar a instabilidade eleitoral e as mudanças no apoio partidário agregado naquele país desenvolveu-se anteriormente. A questão central, nesse caso, era o realinhamento daquele sistema bipartidário. Trabalhos exemplares sobre isso são os de Key (1955); Campbell *et al.* (1960); Campbell (1960, 1977); Converse (1966, 1969, 1972), Burnham (1970, 1975); Ladd e Hadley (1975); Nie *et al.* (1976); Beck (1977); Clubb *et al.* (1980); Croty e Jacobson (1980); Fiorina (1981); Norpoth e Rusk (1982); Claggett, *et al.* (1984); Flanigan e Zingale (1985).
- 5 Evidentemente, esses dois novos partidos deverão apresentar algumas diferenças marginais em relação aos tradicionais, de forma a atrair eleitores da mesma clivagem que possuam diferenças marginais em suas preferências ou, mais propriamente, uma ordenação ligeiramente diferenciada em sua estrutura de preferências.
- 6 Deve ser observado ainda que em um sistema eleitoral com representação proporcional, esse efeito da competição pode estar associado aos seus incentivos à manifestação da primeira alternativa da estrutura de preferências dos eleitores, diminuindo, assim, os efeitos mecânicos e psicológicos sugeridos por Duverger (1951); efeitos estes que poderiam ainda, dadas certas circunstâncias, levar à coordenação dos eleitores e à conseqüente diminuição no número de competidores, conforme indicado por Cox (1997). Agregue-se a isso mais um fator importante, qual seja, em um sistema partidário recente – como é o caso brasileiro –, os eleitores podem estar ainda em processo de estruturação de suas preferências.

Bibliografia

- ASCHER, W. & TARROW, S. (1975), "The stability of communist electorates: evidence from a longitudinal analysis of French and Italian aggregate data". *American Journal of Political Science*, 10.
- BARNES, Samuel & KAASE, Max (eds.). (1979), *Political action*. Beverly Hills, Sage.
- BARTOLINI, Stefano & MAIR, Peter. (1990), *Identity, competition, and electoral availability: the stabilization of European electorates (1885-1985)*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BECK, Paul Allen. (1977), "A socialization theory of partisan realignment", in R. Niemi (ed.), *The politics of future citizens*, California, Jossey-Bass.
- BIELASIAK, Jack. (1997), "Substance and process in the development of party systems in East Central Europe". *Communist and Post-Communist Studies*, 30 (1).
- _____. (2001), "The institutionalization of party systems in emerging democracies". *American Political Science Association, Annual Meeting, San Francisco Convention, APSA Proceedings*.

- _____. (2003), "Party system competitiveness in emerging democracies: post-communism in comparative perspective". *American Political Science Association*, Annual Meeting, Philadelphia Convention, APSA Proceedings.
- BIRCH, Sarah. (2001), "Electoral systems and party system stability in post-communist Europe". *American Political Science Association*, Annual Meeting, San Francisco Convention, APSA Proceedings.
- BRAGA, Maria do Socorro (2003). *O processo partidário-brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)*. Tese de Doutorado. São Paulo, DCP/USP, (mimeo).
- BROUGHTON, David & DONAVAN, Mark. (1999), *Changing party system in Western Europe*. London, Pinter.
- BUDGE, Ian. (1982), "Electoral volatility: issue effects and basic change in 23 post-war democracies". *Electoral Studies*, 1.
- BUDGE, I. *et al.* (1976), *Party identification and beyond*. London, John Wiley and Sons.
- BURNHAM, W. (1970), *Critical elections and the mainsprings of American parties*. New York, W. W. Norton.
- _____. (1975), "American politics in the 1970's: beyond party?" in W. Chambers & W. Burnham (eds.), *The American party systems*, New York, Oxford University Press.
- BUTLER, D. & STOKES, D. (1975). *Political change in Britain*. London, McMillan.
- CAMPBELL, B. (1960), "Surge and decline: a study in electoral change". *Public Opinion Quarterly*, 24.
- _____. (1977), "Patterns of change in the partisan loyalties in the native southerners: 1952-1972". *Journal of Politics*, 39.
- CAMPBELL, Angus *et al.* (1960), *The American voter*. New York, John Wiley and Sons.
- CLAGGETT, William *et al.* (1984), "Nationalization of the American electorate". *American Political Science Review*, 78.
- CLARKE, H. & LEBOWITZ, M. (2000), "Modeling memory and volatility: recent advances in the analysis of political time series". *Electoral Studies*, 9.
- CLUBB, J. M. *et al.* (1980), *Partisan realignment: voters, parties and government in American history*. Beverly Hills/London, Sage.
- COLOMER, Josep. (1996), *Political institutions in Europe*. London, Routledge.
- CONVERSE, Philip. (1966), "On the possibility of major political realignment in the South", in A. Campbell (ed.), *Elections and the political order*, New York, John Wiley and Sons.
- _____. (1969). "Of time and partisan stability". *Comparative Political Studies*, 2.
- _____. (1972). "Change in the American electorate", in A. Campbell & P. Converse (eds.), *The human meaning of social change*, New York, Russel Sage Foundation.

- COPPEDGE, Michael. (1995), "Freezing in the tropics: explaining party-system volatility in Latin America", University of Notre Dame, mimeo.
- _____. (1998), "The dynamic diversity of Latin American party systems". *Party Politics*, 4 (4).
- COX, Gary. (1997), *Making votes count: strategic coordination in the world's electoral systems*. Cambridge, Cambridge University Press.
- CREWE, Ivor. (1980), "Prospects of partisan realignment: an Anglo-American comparison". *Comparative Politics*, 12.
- _____. (1985), "Electoral change in western democracies: a framework for analysis", in I. Crewe & D. Denver (eds.), *Electoral change in western democracies: patterns and sources of volatility*, London, Croom Helm.
- CREWE, I. *et al.* (1977), "Partisan dealignment in Britain (1964-1974)". *British Journal of Political Research*, 7.
- CREWE, Ivor & DENVER, David (eds.). (1985), *Electoral change in western democracies: patterns and sources of volatility*. London, Croom Helm.
- CROTY, W. & JACOBSON, G. (1980), *American parties in decline*. Boston/Toronto, Little/Brown.
- DAALDER, Hans. (1966), "Parties, elites and political developments in Western Europe", in J. Lapalombara & W. Myron (eds.), *Political parties and political development*, New Jersey, Princeton.
- DAALDER, Hans & MAIR, Peter (eds.). (1983), *Western European party systems: continuity and change*. London, Sage.
- DALTON, Russel & WATTENBERG, Martin (eds.). (2000), *Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies*. Oxford, Oxford University Press.
- DALTON, Russel *et al.* (eds.). (1984), *Electoral change in advanced industrial democracies: realignment or dealignment*. Princeton, Princeton University Press.
- DENVER, David. (1985), "Conclusion", in I. Crewe & D. Denver (eds.), *Electoral change in western democracies: patterns and sources of volatility*, London, Croom Helm.
- DIAMOND, Larry. (1999), *Developing democracy toward consolidation*. Baltimore, Johns Hopkins.
- DITTRICH, Karl. (1983), "Testing the catch-all thesis: some difficulties and possibilities", in H. Daalder & P. Mair (eds.), *Western European party systems: continuity and change*, London, Sage.
- DOWNS, Anthony. (1951), *An economic theory of democracy*. New York, Harper and Row.
- DRUMMOND, Andrew. (2002), "Electoral volatility and party decline in Western Europe (1970-1995)". *Midwest Political Science Association Meeting*, Chicago, Illinois.
- DUVERGER, Maurice. (1951), *Les partis politiques*. Paris, Librairie Armand Colin.

- EPSTEIN, Leon. (1967), *Political parties in western democracies*. New Brunswick, Transaction Books.
- ERSSON, S. & LANE, J-E. (1982), "Democratic party systems in Europe: dimensions, changes and stability". *Scandinavian Political Studies*, 5 (new series).
- EVANS, Geoffrey & WHITEFIELD, Stephen. (1993), "Identifying the bases of party competition in Eastern Europe". *British Journal of Political Science*, 23 (4).
- FIORINA, Morris. (1981), *Retrospective voting in American national elections*. New Haven, Yale University Press.
- FLANAGAN, Scott & DALTON, Russel. (1984), "Parties under stress: realignment and dealignment in advanced industrial societies". *West European Politics*, 7 (1).
- FLANIGAN, Scott & ZINGALE, Nancy. (1985), "United States", in I. Crewe & D. Denver (eds.), *Electoral change in western democracies*. London, Croom Helm.
- FRANKLIN, Mark. (1992), "The decline of cleavage politics", in M. Franklin *et al.*, *Electoral change: responses to evolving social and attitudinal structures in western countries*, Cambridge, Cambridge University Press.
- FRANKLIN, Mark *et al.* (eds.). (1992), *Electoral change: responses to evolving social and attitudinal structures in western countries*, Cambridge, Cambridge University Press.
- FUCHS, Dieter & KLINGEMANN, Hans-Dieter (1990). "The left-right schema", in K. Jennings & J. Van Deth (eds.), *Continuities in political action: a longitudinal study of political orientations in three western democracies*, Berlin, Walter de Gruyter.
- GALLAGHER, Michael *et al.* (2001), *Representative government in modern Europe*. London, McGraw Hill.
- GIUSTI TAVARES, José Antônio. (1997), "Rio Grande do Sul: o sistema partidário eleitoral e parlamentar", in O. B. de Lima Jr. (org.), *O sistema partidário brasileiro*, Rio de Janeiro, FGV.
- HAWKES, A. (1969), "An approach to the analysis of electoral swing". *Journal of the Royal Statistical Society*, 132 (1).
- INGLEHART, Ronald. (1977), *The silent revolution: changing values and political styles among western publics*. Princeton, Princeton University Press.
- _____. (1979), "The impact of values, cognitive level and social background", in S. Barnes & M. Kaase, (eds.), *Political action*. Beverly Hills, Sage.
- _____. (1984), "The changing structure of political cleavages in western society", in R. Dalton *et al.* (eds.), *Electoral change in advanced industrial democracies: realignment or dealignment?* Princeton, Princeton University Press.
- _____. (1990). *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton, Princeton University Press.

- INGLEHART, Ronald & KLINGEMANN, Hans-Dieter. (1976), "Party identification, ideological preference and the left-right dimension among western mass public", in I. Budge *et al.* (eds.), *Party identification and beyond*. London, John Wiley and Sons.
- IRVINE, W. & GOLD, H. (1980), "Do frozen cleavages ever go stale?". *British Journal of Political Science*, 10.
- ISHYAMA, John. (1997), "Transitional electoral systems in post-communist Eastern Europe". *Political Science Quarterly*, 112 (1).
- KATZ, Richard & MAIR, Peter. (1994), *How parties organize: change and adaptation in party organizations in western democracies*. London, Sage Publications.
- _____. (1995), "Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party". *Party Politics*, 1 (1).
- KEY, V. (1955), "A theory of critical elections". *Journal of Politics*, 17.
- KLINGEMANN, Hans-Dieter & FUCHS, Dieter. (1995), "The left-right schema", in J. Kent (ed.), *Continuities in political action: a longitudinal study of political orientations in three western democracies*, Berlin, Walter Gruyter.
- KINZO, Maria D'Álva. (2005), "Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20 (57).
- KIRCHHEIMER, Otto. (1966), "The transformation of the Western European party systems", in J. Lapalombara & M. Weiner (eds.), *Political parties and political development*, Princeton, Princeton University Press.
- KITSCHHELT, Herbert. (1992), "The formation of party systems in East Central Europe". *Politics and Society*, 20 (1).
- _____. (1994), *The transformation of European social democracy*. New York, Cambridge University Press.
- _____. (1995), "Formation of party cleavages in post-communist democracies: theoretical proposition". *Party Politics*, 14.
- _____. (2000), "Linkages between citizens and politicians in democratic polities". *Comparative Political Studies*, 33 (6-7).
- KITSCHHELT, Hebert & HELLEMANS, Staf. (1990), "The left-right semantics and the new politics cleavage". *Comparative Political Studies*, 23.
- KITSCHHELT, H. *et al.* (1999), *Post-communist party systems: competition, representation and inter-party cooperation*. Cambridge, Cambridge University Press.
- KNUTSEN, Oddbjorn. (1995), "Value orientations, political conflicts and left-right identification: a comparative study". *European Journal of Political Research*, 28.
- _____. (1997), "The partisan and value based component of the left-right self-placement: comparative study". *International Political Science Review*, 18 (2).

- _____. (1998), "Experts judgments of the left-right location of political parties: a comparative longitudinal study". *West European Politics*, 21.
- LADD, E. & HADLEY, C. (1975), *Transformations of the American system*. New York, W.W. Norton and Co.
- LAWSON, Kay & MERKL, Peter (eds.). (1988), *When parties fail: emerging alternative organizations*. Princeton, Princeton Universities Press.
- LIMA JR., Olavo Brasil de. (1997), *O sistema partidário brasileiro*. Rio de Janeiro, FGV.
- LINZ, Juan. (1978), *The breakdown of democratic regimes: crisis, breakdown and reequilibrium*. Baltimore, John Hopkins.
- _____. (1990), "The perils of presidentialism". *Journal of Democracy*, 1 (1).
- _____. (1991), "Presidencialismo ou parlamentarismo: faz alguma diferença?", in B. Lamounier (org.), *A opção parlamentarista*, São Paulo, Sumaré.
- LINZ, Juan & VALENZUELA, Arturo. (1994), *The failure of presidential democracy*. Baltimore, John Hopkins.
- LINZ, Juan & STEPAN, Alfred. (1996), *Problems of democratic transition and consolidation*. Baltimore, John Hopkins.
- LIPSET, Seymour Martin & ROKKAN, Stein. (1967), "Cleavage structures, party systems and voter alignment: an introduction", in _____. (eds.), *Party systems and voter alignments: cross-national perspectives*, New York, Free Press.
- LIPSON, Leslie. (1966), *Civilização democrática*. Rio de Janeiro, Zahar.
- MAGUIRE, M. (1983), "Is there still persistence? Electoral change in Western Europe, 1948-1978", in H. Daalder & P. Mair (eds.), *Western Europeans party systems: continuity and change*. Beverly Hills/London, Sage.
- MAINWARING, Scott. (1995), "Brazil: weak parties, feckless democracy?", in S. Mainwaring & T. Scully (eds.), *Building democratic institutions: parties and party systems in Latin America*, Stanford, Stanford University Press.
- _____. (1998), "Electoral volatility in Brazil". *Party Politics*, 4 (4).
- _____. (1999), *Party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil*. Stanford, Stanford University Press.
- MAINWARING, Scott & SCULLY, Timothy. (1995), *Building democratic institutions: party systems in Latin America*. Stanford, Stanford University Press.
- MAINWARING, Scott et al. (eds.). (1992), *Issues in democratic consolidation: the new South American democracies in comparative perspectives*. Notre Dame, University of Notre Dame Press.
- MAIR, Peter. (1990), "Political parties and the stabilization of party systems", in _____. (ed.), *The West European party systems*, Oxford, Oxford University Press.

- _____. (1993), "Myths of electoral change and the survival of traditional parties". *European Journal of Political Research*, 24 (1).
- _____. (1997), *Party system change: approaches and interpretations*. Oxford, Oxford University Press.
- MAOR, Moshe. (1997), *Political parties and party systems: comparative approaches and the British experience*. London, Routledge.
- MICHELS, Robert. (1974), *Os partidos políticos*. São Paulo, Senzala.
- MILLER, A. et al. (2000), "Emerging party systems in post-Soviet societies: fact or fiction?". *Journal of Politics*, 62 (2).
- MILLER, W. (1972), "Measures of electoral change using aggregate data". *Journal of the Royal Statistical Society*, 135 (1).
- NICOLAU, Jairo. (1997), "Notas sobre os quatro índices mais usados nos estudos eleitorais", in O. B. de Lima Jr. (org.), *O sistema partidário brasileiro*, Rio de Janeiro, FGV.
- _____. (1998), *A volatilidade eleitoral nas eleições para a câmara dos deputados brasileira (1982-1994)*. Rio de Janeiro, IUPERJ (mimeo).
- NIE, H. et al. (1976), *The changing American voter*. Cambridge, Harvard University Press.
- NORPOTH, H. & RUSK, J. (1982), "Partisan dealignment in the American electorate: itemizing the deductions since 1964", *American Political Science Review*, 76.
- O'DONNELL, Guillermo. (1994), "Delegative democracy", *Journal of Democracy*, 5 (1).
- _____. (1996), "Illusions about consolidation", *Journal of Democracy*, 7 (2).
- O'DONNELL, Guillermo & SCHMITTER, Philippe. (1986), *Transitions from authoritarian rule: tentative conclusions about uncertain democracies*. Baltimore, Johns Hopkins.
- O'DONNELL, Guillermo et al. (eds.). (1986), *Transitions from authoritarian rule: comparative perspectives*. Baltimore, John Hopkins.
- OLSON, David. (1998), "Party formation and party system consolidation in new democracies of Central Europe". *Political Studies*, 46.
- PEDERSEN, Mogens. (1979), "The dynamics of European party system: changing patterns of electoral volatility". *European Journal of Political Research*, 7 (1).
- _____. (1983), "Changing patterns of electoral volatility in European party systems (1948-1977)", in H. Daalder & P. Mair (eds.), *Western European party systems: continuity and change*, London, Sage.
- PERCHERON, Annick & JENNINGS, M. Kent. (1981), "Political continuities in French families: a new perspective on an old controversy". *Comparative Politics*, 13.
- PERES, Paulo Sérgio. (2000), *O espectro da instabilidade: sistema partidário e volatilidade eleitoral no Brasil democrático*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, DCP/USP (mimeo).
- _____. (2002), "Sistema partidário e instabilidade eleitoral no Brasil", in C. Pinto & A. Marengo (orgs.), *Partidos no Cone Sul: novos ângulos de pesquisa*. Rio de Janeiro, Konrad-Adenauer Stiftung.

- _____. (2005), *Sistema partidário na dinâmica democrática brasileira*. Tese de Doutorado. São Paulo, DCP/USP (mimeo).
- PREUHS, Robert & MAESTAS, Cherie. (2000), "Modeling volatility in political time series". *Electoral Studies*, 19.
- PRIDHAM, Geoffrey & LEWIS, Paul (eds.). (1996), *Stabilizing fragile democracies: comparing new party systems in Southern and Eastern Europe*. London, Routledge.
- PRZEWORSKI, Adam. (1975), "Institutionalization of voting patterns, or is mobilization the source of decay?" *The American Political Science Review*, 69.
- RICHARDSON, Bradley. (1991), "European party loyalties revisited". *The American Political Science Review*, 85.
- ROBERTS, Kenneth & WIBBELS, Erik. (1999), "Party systems and electoral volatility in Latin America: a test of economic, institutional and structural explanations". *American Political Science Review*, 93.
- ROKKAN, Stein. (1970), *Citizens, elections, parties: approaches to the comparative study of the process of development*. Oslo, Universitets for Laget.
- _____. (1977), "Towards a generalized concept of *verzuijing*: a preliminary note". *Political Studies*, 25 (4).
- ROSE, Richard & URWIN, Derek. (1970), "Persistence and change in western party systems (1945-69)". *Political Studies*, 18 (3).
- SARLVIK, B. & CREWE, I. (1983), *Decade of dealignment*. Cambridge, Cambridge University Press.
- SARTORI, Giovanni. (1968), "Political development and political engineering", in J. Montgomery & A. Hirshman (eds.), *Public policy*, Cambridge, Harvard University Press.
- _____. (1976), *Parties and party systems*. Cambridge, Cambridge University Press.
- SHAMIR, Michal. (1984), "Are western party systems 'frozen'? A comparative dynamic analysis". *Comparative Political Studies*, 17.
- SCHMITTER, Philippe. (1995), "Transitology: the science or the art of democratization?", in J. Tulchin, Joseph & B. Romero (eds.), *The consolidation of democracy in Latin America*. Boulder, Lynne Rienner.
- SCHUMPETER, Joseph. (1942), *Capitalism, socialism and democracy*. New York, Harper.
- SHIVELY, Phillips. (1972), "Party identification, party choice and voting stability". *American Political Science Review*, 66.
- SHVETSOVA, Olga. (1999), "A survey of post-communist electoral institutions: 1990-1998". *Electoral Studies*, 18.
- SHUGART, Mathew & CAREY, John. (1992), *Presidents and assemblies*. Cambridge, Cambridge University Press.

- SIAROFF, Alan. (2000), *Comparative European party system: an analysis of parliamentary elections since 1945*. London, Garland Publishing.
- SIMON, Janos. (1997), "Electoral systems and democracy in Central Europe". *International Political Science Review*, 18 (4).
- STRÖM, Kaare. (1990), "A behavioral theory of competitive political parties". *American Journal of Political Science*, 34 (1).
- THOMASSEM, Jacques. (1976), "Party identification as a cross-national concept: its meaning in the Netherlands", in I. Budge *et al.* (eds.), *Party identification and beyond*. London, John Wiley and Sons.
- TORCAL, Mariano & MAINWARING, Scott. (2002), "Social cleavages, the anchoring of the vote, and party system stability: Latin America and Western Europe". *American Political Science Association, Annual Meeting, Boston Convention, APSA Proceedings*.
- WEBER, Max. (1993), *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo, Cultrix.
- WARE, Alan. (1996), *Political parties and party systems*. Oxford, Oxford University Press.
- WOLINETZ, Steven. (1979), "The transformation the Western European party systems revisited". *West European Politics*, 2 (1).

Resumo

O Problema da Instabilidade Eleitoral na Europa: uma Análise do Debate Teórico, Empírico e Metodológico

Meu objetivo neste texto é reconstruir analiticamente a formulação teórica do problema da instabilidade eleitoral tal qual ele se deu na Europa. Esse problema está diretamente relacionado com a conhecida hipótese do "descongelamento" dos sistemas partidários da região e com o debate acadêmico que daí se seguiu com a finalidade seja de refutá-la, seja de corroborá-la. Desde então, tal debate envolveu uma gama variada de autores e uma série de inovações metodológicas que possibilitaram um grande avanço nos testes empíricos da dinâmica dos sistemas partidários e da evolução dos apoios eleitorais dos partidos. Em função disso, é possível afirmar que a análise desse debate é importante para a compreensão das teorias e da metodologia utilizadas não apenas na análise das democracias mais "consolidadas", mas também das democracias mais recentes.

Palavras-chave: Instabilidade Eleitoral na Europa; Sistemas Partidários Europeus; Volatilidade Eleitoral.

Résumé

Le problème de l'instabilité électorale en Europe : une analyse du débat théorique, empirique et méthodologique

Notre objectif, dans ce texte, a été de reconstruire analytiquement la formulation théorique du problème de l'instabilité électorale telle qu'elle a eu lieu en Europe. Ce problème est directement lié à l'hypothèse bien connue du "dégel" des systèmes politiques partidaires de la région et au débat académique qui s'en est suivi avec le but soit de la rechasser, soit de la corroborer. Ce débat a, depuis, mis en cause une gamme variée d'auteurs et une série d'innovations méthodologiques qui ont permis une grande avancée des tests empiriques de la dynamique des systèmes partidaires et de l'évolution des appuis électoraux des partis. En fonction de cela, il est possible d'affirmer que l'analyse de ce débat est importante pour la compréhension des théories et de la méthodologie employées non seulement dans l'analyse des démocraties, d'avantage "consolidées", mais aussi des démocraties plus récentes.

Mots-clés: Instabilité électorale en Europe; Systèmes Partidaires Européens; Volatilité Électorale.

Abstract

The Problem of Electoral Instability in Europe: An Analysis on the Theoretical, Empiric, and Methodological Debate

The objective of this paper is to analytically reconstruct the theoretical formulation of the problem of European contemporary electoral instability. Such problem is directly related to the well-known hypothesis of the "defrosting" of the party systems in the area as well as to the academic debate that has followed with the purpose of either rebut or corroborate it. Since then, such debate has involved a varied scope of authors and a series of methodological innovations that have made possible a great advance on the empirical tests of the dynamic of party systems and the evolution of electoral support for parties. Because of that, it is possible to affirm that the analysis of such debate is important for the understanding of the theories and methodology used not only on the analysis of more "consolidated" democracies but also of more recent ones.

Keywords: Electoral instability in Europe; European party systems; Electoral volatility.

Programas de Pós-Graduação e Centros de Pesquisa Filiados à Anpocs

Casa de Oswaldo Cruz Departamento de Pesquisa - COC
www.coc.fiocruz.br

Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP
www.cebrap.org.br

Centro de Estudos Africanos - CEA - USP
www.fflch.usp.br/cea

Centro de Estudos da Religião - CER-USP
www.fflch.usp.br/cer

Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - CEDEC
www.cedec.org.br

Centro de Estudos Rurais e Urbanos CERU-USP
www.fflch.usp.br/prpesq/ceru/htm

Centro de Pesquisa e Documentação História Contemporânea CPDOC - FGV-RJ
www.cpdoc.fgv.br

Centro Josué de Castro
www.josuedecastro.org.br

Centro Recursos Humanos - CRH - UFBA
www.crh.ufba.br

FGV - Programa de Pós-Graduação em Administração Pública e Governo
www.easp.fgvsp.br

Fundação Casa de Rui Barbosa
www.casaruibarbosa.gov.br

Fundação Joaquim Nabuco Instituto de Pesquisas Sociais - FJN
www.fundaj.gov.br

Instituto de Estudos da Religião - ISER
www.iser.org.br

Instituto de Relações Internacionais IRI-PUC-RJ
www.puc-rio.br/sobrepuc/depto/iri

IUPERJ - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
www.iuperj.br/pos_graduacao

IUPERJ - Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.iuperj.br/pos_graduacao

Museu Paraense Emilio Goeldi - UFPA
www.museu-goeldi.br/informacaocientifica

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA - UFPA
www.naea.ufpa.br

Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Democracia e Desenvolvimento - NADD/USP
www.nadd.prp.usp.br

Núcleo de Documentação e Informação Histórica - NDHIR/UFPA
www.reitoria.ufpb.br/ndhir

- Núcleo de Estudos de Gênero - PAGU - UNICAMP
www.unicamp.br/pagu/consulta.htm
- Núcleo de Estudos de Políticas Públicas - NEPP - UNICAMP
www.nepp.unicamp.br
- Núcleo de Estudos de População - NEPO - UNICAMP
www.unicamp.br/nepo
- PUC-MG - Mestrado em Ciências Sociais - Gestão Cidades
www.pucminas.br/cursos/mestrado
- PUC-SP - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.pucsp.br/pos
- UERJ - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.2.uerj.br/-ppcis
- UFBA - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.ppgs.ufba.br
- UFC - Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ufc.br/posgraduacao
- UFF - Programa de Pós-Graduação em Antropologia
www.uff.br/ppga/dissertacoes.htm
- UFF - Programa de Mestrado em Ciência Política-UFF
www.uff.br/pgcp
- UFMG - Programa de Mestrado em Ciência Política
www.fafich.ufmg.br/dcp/mestrado.htm
- UFMG - Programa de Mestrado em Sociologia e Antropologia
www.fafich.ufmg.br/soa
- UFPA - Programa de Mestrado em Antropologia
www.ufpa.br/cfch
- UFPB - Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.prpg.ufpb.br
- UFPE - Pós-Graduação em Ciência Política
www.politica.ufpe.br
- UFPE - Programa de Pós-Graduação em Antropologia
www.ufpe.br/antropologia
- UFPE - Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ufpeppgs.hpg.ig.com.br
- UFPR - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
www.humanas.ufpr.br/pos/antropol
- UFPR - Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.humanas.ufpr.br/pos/socio
- UFRGS - Programa de Pós-Graduação e Planejamento Urbano Regional
www.ufrgs.br/propur
- UFRGS - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
www.ufrgs.br/ifch/ppgas
- UFRGS - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
www.cienciapolitica.ufrgs.br
- UFRGS - Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ufrgs.br/ifch/posgrad/sociologia
- UFRJ - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Museu Nacional
www.acd.ufrj.br/-museu/psq.htm

UFRJ - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia Social
www.ifcs.ufrj.br/~ppgsa

UFRRJ - Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrário
www.alternex.com.br/~cpda

UFSC - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
www.chf.ufsc.br/~antropos

UFSC - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
www.reitoria.ufsc.br/prpg

UFSCar - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.ufscar.br/~ppgcsoc

UNB - Programa de Mestrado em Ciência Política
www.unb.br/ipol

UNB - Programa de Mestrado em Relações Internacionais
www.unb.br/dpp.ppg.htm

UNB - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
www.unb.br/ics/dan/manual_pos

UNB - Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.unb.br/ics/sol/posgraduacao

UNESP - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.marilia.unesp.br/ensino/posgrad/ciencias_sociais

UNESP-Araraquara - Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.fclar.unesp.br/possoc

UNESP/UNICAMP/PUC-SP - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
www.unesp.br/santiagodantassp ; www.unicamp.br/santiagodantassp ; www.pucsp.br/santiagodantassp

UNICAMP - Programa de Doutorado em Ciências Sociais
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP - Programa de Mestrado em Antropologia Social
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP - Programa de Mestrado em Ciência Política
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP - Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP - Programa de Política Científica Tecnológica
www.ige.unicamp.br/dcpt

UNISINOS - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas
www.unisinos.br/ppg.ciencias_sociais

USP - Programa de Pós-Graduação em Antropologia
www.fflch.usp.br/da

USP - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
www.fflch.usp.br/dcp

USP - Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.fflch.usp.br/ds

Fontes de Pesquisa

Arquivos e Centros de Documentação

Anarchy Archives
dwardmac.pitzer.edu/anarchist_archives/

Archiv der sozialen Demokratie
www.fes.de/archive/index_gr.html

Archives de France
www.archivesdefrance.culture.gouv.fr

Arquivo Ana Lagôa
www.arqanalagoa.ufscar.br

Arquivo Central do Sistema de Arquivos da unicamp
www.unicamp.br/suarq/siarq/

Arquivo de História da Ciência do MAST
www.mast.br/histciencia2.htm

Arquivo do Centro de Comunicação da unicamp
www.unicamp.br/cco/areas/acervo/index.htm

Arquivo do Estado de São Paulo
www.arquivoestado.sp.gov.br/

Arquivo Edgar Leuenroth
www.arquivo.ael.ifch.unicamp.br

Archivo General de Indias
www.mcu.es/lab/archivos/AGI.html

Archivo General de la Guerra Civil Española
www.mcu.es/lab/archivos/SGV.html

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
www.rio.rj.gov.br/arquivo/

Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora
www.clionet.ufjf.br/ahufjf/

Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional
www.visualnet.com.br/mhn/

Arquivo Histórico do Museu Imperial
www.museuimperial.gov.br/arquivohistorico.htm

Arquivo Histórico Municipal de Salvador
www.pms.ba.gov.br/fgm

Arquivo Histórico Municipal de São Paulo
www.prodiam.sp.gov.br/dph

Arquivos do Komintern
e-mail: iisgmofl@glasnet.ru

Arquivos Históricos/Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência da unicamp
www.cle.unicamp.br/arquivoshistoricos/

Arquivo Multimeios/Instituto de Artes da unicamp
www.iar.unicamp.br/multimeios/arquivo.htm

Arquivo Nacional
www.arquivonacional.gov.br

Arquivo Público da Cidade de
Belo Horizonte
www.pbh.gov.br/cultura/arquivo

Arquivo Público do Distrito Federal
www.arpdf.df.gov.br/

Arquivo Público do Estado da Bahia
www.apeb.ba.gov.br/

Arquivo Público do Estado do Espírito
Santo (APEES)
www.ape.es.gov.br/web/index2.htm

Arquivo Público do Estado do Pará
www.arqpep.pa.gov.br/

Arquivo Público do Estado do
Rio de Janeiro
www.aperj.rj.gov.br/

Arquivo Público do Estado do Rio Grande
do Sul
www.sarh.rs.gov.br/apers/

Arquivo Público de Mato Grosso
www.apmt.mt.gov.br/

Arquivo Público Estadual Jordão Emeren-
ciano (Estado de Pernambuco)
www.fisepe.pe.gov.br/apeje/

Arquivo Público Estadual do Rio Grande
do Norte
www.ape.rn.gov.br/

Arquivo Público do Paraná
www.pr.gov.br/arquivopublico/

Arquivo Público Mineiro (APM)
[www.cultura.mg.gov.br/programas/cultu-
ra027.htm](http://www.cultura.mg.gov.br/programas/cultu-
ra027.htm)

Arquivo Público Municipal de Além Paraí-
ba – MG (Arquivo Público Municipal Ge-
raldo de Andrade Rodrigues)
[www.arquivodealemparaiba.hpg.ig.com.br/
index.html](http://www.arquivodealemparaiba.hpg.ig.com.br/
index.html)

Centro Brasileiro de Análise e Planejam-
to (cebrap)
www.cebrap.org.br

Centro de Documentação Cultural Alexan-
dre Eulalio da unicamp
www.unicamp.br/iel/cedae/cedae.html

Centro de Documentação e Informação em
Arte da Funarte (cedoc)
www.funarte.gov.br/cdoc/

Centro de Documentação e Memória da
unesp
www.cedem.unesp.br/

Centro de Documentação e Referência Itaú
Cultural (CDR)
[www.itaucultural.org.br/quemso-
mos/bd0.cfm?cd_pagina=120&cd_pagi-
na=120](http://www.itaucultural.org.br/quemso-
mos/bd0.cfm?cd_pagina=120&cd_pagi-
na=120)

Centro de Documentação Maurício
Tragtenberg
www.nobel.com.br/~cdmt/

Centro de Documentação Memória Sindi-
cal da CUT
www.cut.org.br/index.htm

Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEAA
www.candidomendes.br/ceaa

Centro de Estudos da MetrÓpole
www.centrodametropole.org.br

Centro de Estudos de Cultura Contempo-
rânea (cedec)
www.cedec.org.br

Centro de Memória da unicamp
www.unicamp.br/suarq/cmu/

Centro de Pesquisa e Documentação de
História Contemporânea do Brasil
(CPDOC)
www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/

Consórcio de Informações Sociais –
CIS/NADD
www.nadd.prp.usp.br/piloto/index.aspx

Fundação Arquivo e Memória de Santos
www.web@santos.sp.gov.br

Fundação Casa de Rui Barbosa
www.casaruibarbosa.gov.br/

Fundação Joaquim Nabuco
www.fundaj.gov.br/

Fundação Osvaldo Cruz/Departamento de
Arquivo de Documentação
www.fiocruz.br/coc/dad1.html

Fundação Patrimônio Histórico da Energia
de São Paulo
www.fphesp.org.br/

Marxists.org Internet Archive
www.marxists.org/

National Archives and Records Administra-
tion (NARA)
www.nara.gov/

National Archives of Australia
www.naa.gov.au/

National Archives of Canada
www.archives.ca/

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos –
NAEA
www.naea.ufpa.br

Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da
Unicamp (nepp)
www.nepp.unicamp.br

Associações e Conselhos

Arquivistas Associados (ARQAS)
znap.to/arqas/

Associação Brasileira de Educação em
Ciência da Informação (abecin).
www.abecin.org/Home.htm

Associação Brasileira de Normas Técnicas
(ABNT)
www.abnt.org.br/

Associação Brasileira de Arquivologia
(ABARQ)
[www.montess.com.br/dominio/abarq/fo-
rum/default.asp](http://www.montess.com.br/dominio/abarq/fo-
rum/default.asp)

Associação de Amigos do Arquivo Público
do Estado de Santa Catarina
e-mail: associacaoamigos.sc@bol.com.br

Associação de Arquivistas de São Paulo
(ARQ-SP)
www.arqsp.org.br/

Associação dos Arquivistas do Estado do
Rio Grande do Sul (AARS)
www.arquivologia.ufsm.br/aars/

Associação dos Arquivistas Brasileiros
(AAB)
www.aab.org.br/

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Gra-
duação em Ciência da Informação e Biblio-
teconomia (ANCIB)
www.alternex.com.br/~aldoibct/ancib.html

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais (anpocs)
www.anpocs.org.br

Conselho Nacional de Arquivo (conarq)
[www.arquivonacional.gov.br/conarq/
index.htm](http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/
index.htm)

Fórum Nacional de Dirigentes de Arquivos
Municipais
e-mail: forumdam@uol.com.br

International Council on Archives
www.ica.org/

Bibliotecas Virtuais

ABU: la Biblioth que Universelle
abu.cnam.fr/

Bibliomania
www.bibliomania.com/

Biblioteca Virtual Carlos Chagas
www.prossiga.br/chagas/

Biblioteca Virtual de Ci ncias Sociais
www.prossiga.br/csociais/pacc/

Biblioteca Virtual de Estudos Culturais
www.prossiga.br/estudosculturais/pacc/

Biblioteca Virtual Prof. Jos  Roberto do
Amaral Lapa
143.106.59.6/index.htm

Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro
www.bibvirt.futuro.usp.br/

Bibliotecas Virtuais Tem ticas
www.prossiga.br/bvtematicas/

UNESBIB - Bibliographic records of Unesco documents, publications and Library collections
unesdoc.unesco.org/ulis/unesbib.html

The Library of Congress
www.loc.gov
<http://catalog.loc.gov>

SiBi/USP
www.usp.br/sibi

Faculdades e Institutos

Instituto Brasileiro de Informa o em
Ci ncia e Tecnologia (IBICT)
www.ibict.br/

Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)
(Especializa o em Organiza o de Arquivos)
www.ieb.usp.br/

Instituto Superior de Estudos da Religi o
www.iser.org.br

Instituto Universit rio de Pesquisas do Rio
de Janeiro (iuperj)
www.iuperj.br

Pontif cia Universidade Cat lica de Minas Ge-
rais (Gradua o em Ci ncia da Informa o)
www.inf.pucminas.br/ci/

Pontif cia Universidade Cat lica de S o Paulo
(Mestrado e Doutorado em Comunica o e
Semi tica -  rea: Tecnologias da Informa o)
www.pucsp.br/~cos-puc/

Universidade do Rio de Janeiro
(Gradua o em Arquivologia)
www.unirio.br/cch/index.htm

Universidade Estadual de Londrina/Depto. de
Ci ncias da Informa o/Depto. de Hist ria
(Gradua o em Arquivologia; Especializa-
 o em Ger ncia de Unidades e Servi os de
Informa o)
www.uel.br/ceca/cinf/arquivologia.htm

Universidade Federal de Santa Maria/Ar-
quivologia
(Gradua o em Arquivologia)
www.arquivologia.ufsm.br/

Universidade Federal Fluminense/Depto.
de Documenta o
(Gradua o em Arquivologia, Especializa-
 o em Planejamento, Organiza o e Dire-
 o de Arquivos)
www.uff.br/#

Universidade Nacional de Bras lia/Depto.
de Ci ncia da Informa o e Documenta o
(Bacharelado em Arquivologia)
www.unb.br/deg/cursos.htm

Universidade Nacional de Brasília/Depto. de Ciência da Informação e Documentação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação - área: Planejamento de Processos Documentários)
www.unb.br/dpp/stricto/stricto-13.htm#s

Universidade Nacional de Brasília/Depto. de Ciência da Informação e Documentação (Doutorado em Ciência da Informação - área: Transferência da Informação)
www.unb.br/dpp/stricto/stricto-13.htm#s

Universidade de São Paulo/Depto. de Biblioteconomia e Documentação (Mestrado e Doutorado em Ciências - área: Ciências da Informação e Documentação)
www.eca.usp.br/departam/cbd/cursos/pos-grad/index.htm

Guias, Banco de Dados e Listas de Discussão

Comissão de Patrimônio Cultural (CPC)
www.usp.br/cpc/cpcinfo.html

Guia da Internet no Brasil para Cientistas Sociais, Historiadores e Arquivistas (do CPDOC)
www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/

infocafé
www.infocafe.cjb.net/

Lista de Arquivistas, Arquivos e Arquivologia
br.egroups.com
e-mail: owner@egroups.com

Lista Eletrônica de História do Brasil (HBrasil-L)
www.clionet.ufjf.br/hbr-l/index.htm
e-mail: hbr-mod@ah.ufjf.br

Rede Eletrônica de História do Brasil (ClioNet)
www.clionet.ufjf.br/

Museus

International Museum of Photography and Film (George Eastman House)
www.eastman.org/

Memorial do Imigrante
www.memorialdoimigrante.sp.gov.br/

Museu da Pessoa
www2.uol.com.br/mpessoa/

Museum of Television & Radio, The
www.mtr.org/

Publicações Eletrônicas

Archival Science
www.wkap.nl/journals/archival_science

Arquivologia no Brasil
www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/

ASIS Thesaurus of Information Science, 2nd Edition (by Jessica Milstead)
www.asis.org/Publications/Thesaurus/tnhome.htm

Boletim do Arquivo Edgard Leuenroth – o AEL via Internet
e-mail: andrew@unicamp.br

Boletim Eletrônico da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (anpocs *on-line*)
www.anpocs.org.br/boletim/boletim.htm

Bulletin des Archives de France-Publications
www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/fr/publications/

Bulletin of the American Society for Information Science and Technology
www.asis.org/Bulletin/

Journal of the American Society for Information Science and Technology
www.asis.org/Publications/JASIS/jasis.html

Informação e Sociedade - Estudos
www.informacaoesociedade.ufpb.br/

Revista Brasileira de História
www.fflch.usp.br/dh/anpuh/public_html/revista.htm

Revista Ciência da Informação (*Cionline*)
www.ibict.br/cionline/300101/index.htm

Scientific Electronic Library Online (SciELO Brazil)
www.scielo.br/

Trabalhos Publicados: 1975-2005

BIB 1

Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi, "Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica".

BIB 2

Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro, "Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico".

BIB 3

Luiz Werneck Vianna, "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências".

BIB 4

Lúcia Lippi Oliveira, "Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada".

BIB 5

Bolívar Lamounier e Maria D'Alva Gil Kinzo, "Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978".

BIB 6

Alba Zaluar Guimarães, "Movimentos 'Messiânicos' Brasileiros: Uma Leitura".

BIB 7

Roque de Barros Laraia, "Relações entre Negros e Brancos no Brasil".

BIB 8

Amaury de Souza, "População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes".

BIB 9

Maria Valéria Junho Pena, "A Mulher na Força de Trabalho"; *Pedro Jacobi*, "Movimentos Sociais Urbanos no Brasil".

BIB 10

Lia F. G. Fukui, "Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil."

BIB 11

Luiz Antonio Cunha, "Educação e Sociedade no Brasil"; *Licia do Prado Valladares e Ademir Figueiredo*, "Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente".

BIB 12

Maria Teresa Sadek de Souza, "Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro"; *José Guilherme C. Magnani*, "Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas".

BIB 13

Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima, "Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica".

BIB 14

Licia Valladares e Magda Prates Coelho, "Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica".

BIB 15

José Cesar Gnacarini e Margarida Moura, "Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate"; *Bila Sorj*, "O Processo de Trabalho na Indústria: Tendências de Pesquisa".

BIB 16

Aspásia Camargo, Lucia Hippolito e Valentina da Rocha Lima, "Histórias de Vida na América Latina"; *Neuma Aguiar*, "Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico".

BIB 17

Julio Cesar Melatti, "A Antropologia no Brasil"; *Luiz Werneck Vianna*, "Atualizando uma Bibliografia: 'Novo Sindicalismo', Cidadania e Fábrica".

BIB 18

Rubem Cesar Fernandes, "Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente"; *Mariza Corrêa*, "Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente".

BIB 19

Edmundo Campos Coelho, "A Instituição Militar no Brasil".

BIB 20

Maria Alice Rezende de Carvalho, "Letras, Sociedade & Política: Imagens do Rio de Janeiro".

BIB 21

Sonia Nahas de Carvalho, "Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas" e *Tania Salem*, "Famílias em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica".

BIB 22

Inaiá Maria Moreira de Carvalho, "Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha de Estudos Recentes".

BIB 23

Roque de Barros Laraia, "Os Estudos de Parentesco no Brasil"; *Pedro Jacobi*, "Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Reflexão sobre a Literatura dos Anos 70 e 80".

BIB 24

Angela de Castro Gomes e *Marieta de Moraes Ferreira*, "Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise".

BIB 25

Givalda Seyferth, "Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia"; *Maria Helena Guimarães de Cas-*

tro, "Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico".

BIB 26

Maria Rosilene Alvim e Licia do Prado Valladares, "Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura".

BIB 27

Teresa Pires do Rio Caldeira, "Antropologia e Poder: Uma Resenha de Etnografias Recentes"; *Cláudia Fonseca*, "A História Social no Estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar".

BIB 28

Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna, "A Emergente Temática da Política Social na Bibliografia Brasileira"; *Anette Goldberg*, "Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percurso Intelectual de um Ideário Político"; *Maria Cecília Spina Forjaz*, "Cientistas e Militares no Desenvolvimento do CNPq (1950-1985)".

BIB 29

Emília Viotti da Costa, "Estrutura versus Experiência, Novas Tendências da História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: O Que se Perde e o Que se Ganha"; *Berta G. Ribeiro*, "Perspectivas Etnológicas para Arqueólogos: 1957-1988".

BIB 30

José Sávio Leopoldi, "Elementos de Etnoastronomia Indígena do Brasil: Um Balanço"; *Rafael de Menezes Bastos*, "Musicologia no Brasil Hoje"; *Lais Abramo*, "Novas Tecnologias, Difusão Setorial, Emprego e Trabalho no Brasil: Um Balanço".

BIB 31

Helena Hirata, "Elisabeth Souza Lobo 1943-1991"; *Elisabeth Souza Lobo*, "O Trabalho como Linguagem: O Gênero no Trabalho"; *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Interesses, Organizações e Políticas Sociais"; *Antonio Sérgio Alfredo Guimarães*, "Classes, Interesses e Exploração: Comentários a um Debate Anglo-Americano".

BIB 32

Angela M. C. Araújo e Jorge R. B. Tapia, “Corporativismo e Neocorporativismo: O Exame de Duas Trajetórias”; *José Ricardo Rammalho*, “Controle, Conflito e Consentimento na Teoria do Processo de Trabalho: Um Balanço do Debate”; *Marcos Luiz Bretas*, “O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente”.

BIB 33

Paulo Freire Vieira, “A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil: 1980-1990”; *Guíta Grin Debert*, “Família, Classe Social e Etnicidade: Um Balanço da Bibliografia sobre a Experiência de Envelhecimento”; *Marco Antonio Gonçalves*, “Os Nomes Próprios nas Sociedades Indígenas das Terras Baixas da América do Sul”.

BIB 34

Olavo Brasil de Lima Junior, Rogério Augusto Schmitt e Jairo César Marconi Nicolau, “A Produção Brasileira Recente sobre Partidos, Eleições e Comportamento Político: Balanço Bibliográfico”; *Arabela Campos Oliven*, “O Desenvolvimento da Sociologia da Educação em Diferentes Contextos Históricos”; *Wilma Mangabeira*, “O Uso de Computadores na Análise Qualitativa: Uma Nova Tendência na Pesquisa Sociológica”.

BIB 35

Sérgio Adorno, “A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático”; *Christian Azais e Paola Cappellin*, “Para uma Análise das Classes Sociais”; *Guillermo Palacios*, “Campesinato e Historiografia no Brasil – Comentários sobre Algumas Obras Notáveis”; “Arquivo de Edgard Leuenroth”.

BIB 36

Maria Ligia de Oliveira Barbosa, “A Sociologia das Profissões: Em Torno da Legitimidade de um Objeto”; *Maria da Glória Bonelli*, “As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro”; *Marieta de Moraes*

Ferreira, “O Rio de Janeiro Contemporâneo: Historiografia e Fontes – 1930-1975”.

BIB 37

Fernando Limongi, “O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-Americana Recente”; *Nadya Araujo Castro e Marcia de Paula Leite*, “A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações”; *Maria Julia Carozzi*, “Tendências no Estudo dos Novos Movimentos Religiosos na América: Os Últimos 20 Anos”.

BIB 38

Theodore Lowi, “O Estado e a Ciência Política ou Como nos Convertemos Naquilo que Estudamos”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Primeira Parte – As Principais Interpretações Ocidentais)”; *Julia Silvia Guivant*, “Encontros e Desencontros da Sociologia Rural com a Sustentabilidade Agrícola: Uma Revisão da Bibliografia”.

BIB 39

Marta T. S. Arretche, “Emergência e Desenvolvimento do *Welfare State*: Teorias Explicativas”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste II: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Segunda Parte – As Principais Interpretações Marxistas)”; *Ronald H. Chilcote*, Teoria de Classe”; *Adélia Engrácia de Oliveira e Lourdes Gonçalves Furtado*, “As Ciências Humanas no Museu Paraense Emílio Goeldi: 128 Anos em Busca do Conhecimento Antropológico na Amazônia”.

BIB 40

“Florestan Fernandes: Esboço de uma Trajetória”; *Luiz Werneck Vianna, Maria Alice Rezende de Carvalho e Manuel Palacios Cunha Melo*, “As Ciências Sociais no Brasil: A Formação de um Sistema Nacional de Ensino e Pesquisa”; *Lais Abramo e Cecília Montero*, “A So-

ciologia do Trabalho na América Latina: Paradigmas Teóricos e Paradigmas Produtivos”.

BIB 41

Gustavo Sorá, “Os Livros do Brasil entre o Rio de Janeiro e Frankfurt”; *Mario Grynszpan*, “A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada”; *Jorge Ventura de Moraes*, “Trabalhadores, Sindicatos e Democracia: Um Ensaio Bibliográfico sobre Democracia Sindical”; *Maria da Glória Bonelli e Silvana Donatoni*, “Os Estudos sobre Profissões nas Ciências Sociais Brasileiras”.

BIB 42

Alba Zaluar, Antonio Augusto Prates, Claudio Beato Filho e Ronaldo Noronha, “Antônio Luiz Paixão, Intelectual e Amigo”; *José Maurício Domingues*, “Evolução, História e Subjetividade Coletiva”; *Marcia de Paula Leite e Roque Aparecido da Silva*, “A Sociologia do Trabalho Frente à Reestruturação Produtiva: Uma Discussão Teórica”; *Marco A. C. Cepik*, “Sociologia das Revoluções Modernas: Uma Revisão da Literatura Norte-Americana”; *Angela Alonso*, “De Positivismo e de Positivistas: Interpretações do Positivismo Brasileiro”.

BIB 43

Sérgio Costa, “Categoria Analítica ou *Passe-Partout* Político-Normativo: Notas Bibliográficas sobre o Conceito de Sociedade Civil”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste III: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Parte Final – As Leituras Centradas na Prevalência do Capitalismo de Estado e/ou Burocrático e a Convergência Problemática no Conceito de Stalinismo”; *Eduardo C. Marques*, “Notas Críticas à Literatura sobre Estado, Políticas Estatais e Atores Políticos”; *Paulo J. Krischke*, “Cultura Política e Escolha Racional na América Latina: Interfaces nos Estudos da Democratização”.

BIB 44

Luis Donisete Benzi Grupioni e Maria Denise Fajardo Grupioni, “Depoimento de

Darcy Ribeiro”; *Christina de Rezende Rubim*, “Um Pedaco de Nossa História: Historiografia da Antropologia Brasileira”; *Gláucia Villas Bôas*, “A Recepção da Sociologia Alemã no Brasil: Notas para uma Discussão”; *Carlos Pereira*, “Em Busca de um Novo Perfil Institucional do Estado: Uma Revisão Crítica da Literatura Recente”; *Flávia de Campos Mello*, “Teoria dos Jogos e Relações Internacionais: Um Balanço dos Debates”.

BIB 45

Eli Diniz, “Globalização, Ajuste e Reforma do Estado: Um Balanço da Literatura Recente”; *Terry Mulhall e Jorge Ventura de Moraes*, “Mapeando o Reino da Sociologia Histórica: Reflexões Acerca do Modelo Teórico-metodológico de Theda Skocpol”; *Alfredo Wagner Berno de Almeida*, “Quilombos: Repertório Bibliográfico de uma Questão Redefinida (1995-1997)”; *Lúcio Rennó*, “Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes”.

BIB 46

Julia S. Guivant, “A Trajetória das Análises de Risco: Da Periferia ao Centro da Teoria Social”; *Carlos Aurélio Pimenta de Faria*, “Uma Genealogia das Teorias e Modelos do Estado de Bem-Estar Social”; *Aloísio Ruscheinsky*, “Nexo entre Atores Sociais: Movimentos Sociais e Partidos Políticos”; “Debates sobre Autonomia Universitária: *Carlos Benedito Martins e Sérgio de Azevedo*, “Autonomia Universitária: Notas sobre a Reestruturação do Sistema Federal de Ensino Superior”; *José Vicente Tavares dos Santos*, “A Construção da Universidade Autônoma”; *Gilberto Velho*, “Universidade, Autonomia e Qualidade Acadêmica”; *Tomaz Aroldo da Mota Santos*, “A ANDIFES e a Autonomia”.

BIB 47

Eduardo G. Noronha, “A Contribuição das Abordagens Institucionais-Normativas nos Estudos do Trabalho”; *Cecília Loreto Mariz*, “A Teologia da Batalha Espiritual:

Uma Revisão da Bibliografia”; *Mauro Guilherme Pinheiro Koury*, “A Imagem nas Ciências Sociais do Brasil: Um Balanço Crítico”; *Jawdat Abu-El-Haj*, “O Debate em Torno do Capital Social: Uma Revisão Crítica”.

BIB 48

Priscila Faulhaber, “Entrevista com Roberto Cardoso de Oliveira”; *Fernanda Wanderley*, “Pequenos Negócios, Industrialização Local e Redes de Relações Econômicas: Uma Revisão Bibliográfica em Sociologia Econômica”; *Celina Souza e Márcia Blumm*, “Autonomia Política Local: Uma Revisão da Literatura”; *Fabiola Rohden*, “Honra e Família em Algumas Visões Clássicas da Formação Nacional”; *Clarice Ehlers Peixoto*, “Antropologia e Filme Etnográfico: Um Travelling no Cenário Literário da Antropologia Visual”.

BIB 49

Licia Valladares e Roberto Kant de Lima, “A Escola de Chicago: Entrevista com Isaac Joseph”; *Marcos Chor Maio e Carlos Eduardo Calaça*, “Um Ponto Cego nas Teorias da Democracia: Os Meios de Comunicação”; *Luis Felipe Miguel*, “Definição de Agenda, Debate Público e Problemas Sociais: Uma Perspectiva Argumentativa da Dinâmica do Conflito Social”; *Mario Fuks e Karl Monsma*, “James C. Scott e a Resistência Cotidiana no Campo: Uma Avaliação Crítica”.

BIB 50

Marcus André Melo, “Política Regulatória: uma Revisão da Literatura”; *Roberto Kant Lima, Michel Misse e Ana Paula Mendes de Miranda*, “Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma Bibliografia”; *Alejandro Frigerio*, “Teorias Econômicas Aplicadas ao Estudo da Religião: Em Direção a um Novo Paradigma?”; *Angela Xavier de Brito*, “Transformações Institucionais e Características Sociais dos Estudantes Brasileiros na França”.

BIB 51

Maria Hermínia Tavares de Almeida, “Federalismo, Democracia e Governo no Brasil”; *Liszt Vieira*, “Notas Sobre o Conceito de Cidadania”; *Santuza Cambraia Naves e outros*, “Levantamento e Comentário Crítico de Estudos Acadêmicos Sobre Música Popular no Brasil”; *Lúcio Rennó*, “A Estrutura de Crenças de Massa e seu Impacto na Decisão do Voto”; *Priscila Faulhaber*, “A Fronteira na Antropologia Social: As Diferentes Faces de um Problema”.

BIB 52

Ângela Maria Carneiro de Araújo, “Globalização e Trabalho”; *Clara Araújo*, “Participação Política e Gênero: Algumas Tendências Analíticas Recentes”; *Fabiano Toni*, “Novos Rumos e Possibilidades para os Estudos dos Movimentos Sociais”; *Celso F Rocha de Barros*, “A Transição para o Mercado no Leste Europeu: Um Balanço do Debate sobre a Mudança do Plano ao Mercado”; *Luiz Henrique de Toledo*, “Futebol e Teoria Social: Aspectos da Produção Científica Brasileira (1982-2002)”.

BIB 53

Gláucio Ary Dillon Soares, “Homenagem a Vilmar Faria”; *José Carlos Durand*, “Publicidade: comércio, cultura e profissão (Parte I)”; *Ângela Alonso e Valeriano Costa*, “Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico”; *Antônio Sérgio Araújo Fernandes*, “Path dependency e os Estudos Históricos Comparados”; *Leonardo Mello e Silva*, “Qualificação versus competência: um comentário bibliográfico sobre um debate francês recente”; *Carlos Benedito Martins, Gláucia Villas Boas, Maria Ligia de Oliveira Barbosa e Yvonne Maggie*, “Mestres e doutores em Sociologia”.

BIB 54

Maria Helena de Castro Santos, “Política Comparada: Estado das Artes e Perspectivas no Brasil”; *José Carlos Durand*, “Publicidade:

Comércio, Cultura e Profissão (Parte II)”; *Maria Lucia Maciel*, “Ciência, Tecnologia e Inovação: A Relação entre Conhecimento e Desenvolvimento”; *Leila da Costa Ferreira e Lúcia da Costa Ferreira*, “Águas revoltas. Um Balanço Provisório da Sociologia Ambiental no Brasil”; *Paolo Ricci*, “A medida das leis: do uso de noções genéricas à mensuração do imponderável”.

BIB 55

Fernando Limongi, “Formas de Governo, Leis Partidárias e Processo Decisório”; *João Feres Jr.*, “A Consolidação do Estudo Sociocientífico da América Latina: uma breve história *cum* estudo bibliográfico”; *Jorge Zaverucha e Helder B. Teixeira*, “A Literatura sobre Relações Cívico-Militares no Brasil (1964-2002): uma síntese”; *Delma Pessanha Neves*, “O Consumo de Bebidas Alcoólicas: Prescrições Sociais”; *Ana Maria Kirschner*, “A Sociologia Brasileira e a Empresa”.

BIB 56

Walquiria Leão Rêgo, “Norberto Bobbio, um Clássico das Ciências Sociais”; *Pedro Simões*, Religião, “Espiritualidade e Assistência Social”; *Paulo César Nascimento*, “Dilemas do Nacionalismo”; *Marcelo Ayres Camurça*, “Secularização e Reencantamento: a Emergência dos Novos Movimentos Religiosos”; *José Celso Cardoso Jr.*, “Fundamentos Sociais das Economias Pós-industriais: uma Resenha Crítica de Esping-Andersen”; *Diana Nogueira de Oliveira Lima*, “Antropologia do Consumo: A Trajetória de um Campo em Expansão”.

BIB 57

Maria Arminda do Nascimento Arruda, “Homenagem a Octavio Ianni”; *Givalda Seyferth*, “A Imigração no Brasil: Comentários sobre a Contribuição das Ciências Sociais”; *Christine Jacquet e Livia Alessandra Fialho da Costa*, “A Sociologia Francesa diante das Relações *Beaux-parents*: Enteados

nas Famílias Recompuestas após Divórcio ou Separação”; *Marcelo Medeiros*, “As Teorias de Estratificação da Sociedade e o Estudo dos Ricos”; *Marcia Contins*, “Objetivos e Estratégias da Ação Afirmativa: Uma Bibliografia”; *Cloves L. P. Oliveira*, “O que Acontece quando um Cavalo de Cor Diferente Entra na Corrida? O Paineiro das Estratégias Eleitorais dos Políticos Afro-americanos nas Eleições Municipais nos Estados Unidos”.

BIB 58

Argelina Cheibub Figueiredo, “O Executivo nos Sistemas de Governo Democráticos”; *R. Parry Scott*, “Família, Gênero e Poder no Brasil do Século XX”; *Andrei Koerner*, “Direito e Regulação: uma Apresentação do Debate Teórico no Réseau Européen Droit et Société”; *Sérgio Eduardo Ferraz*, “Os Dados do Normativo: Apontamentos sobre a Recepção das Teorias Contemporâneas de Justiça no Brasil (1990-2003)”; *Pablo Alabarces*, “Veinte años de Ciencias Sociales y Deporte en América Latina: un balance, una agenda”

BIB 59

Luiz Felipe Miguel, “Teoria democrática atual: esboço de mapeamento”; *Alfredo Alejandro Gugliano*, “As democracias participativas através das lentes da pós-graduação: uma revisão da produção acadêmica no Brasil 1988-2002”; *Simone Bohn*, “Política comparada: um mapeamento do debate entre propostas teóricas e metodologias de pesquisa alternativas”; *Luís Antônio Francisco de Souza*, “Criminologia, direito penal e justiça criminal no Brasil: uma revisão da pesquisa recente”; *Carlos Eduardo Sell*, “Sociologia da mística: uma revisão de literatura”.

BIB 60

José Reginaldo Santos Gonçalves, Antropologia dos Objetos: Coleções, Museus e Patrimônios; *Fabiola Robden*, A constituição dos saberes sobre a sexualidade em diferentes perspectivas de análise; *Piero de Camargo Leirner*, Perspectivas Antropológicas da Guerra; *Artur Zimmerman*, Revisão Bibliográfica da Literatura Quantitativa sobre os Determinantes de Guerra Civil; *Paulo Sérgio Peres*, O Problema da Instabilidade Eleitoral na Europa: uma Análise do Debate Teórico, Empírico e Metodológico

NORMAS PARA A APRESENTAÇÃO DE COLABORAÇÕES À BIB

Os artigos apresentados devem ser entregues com original e cópia, com texto datilografado ou digitado em espaço duplo, com margens razoáveis e sem emendas. Não devem ultrapassar 30 laudas (de 20 linhas) ou 6 mil palavras.

O artigo deve ser acompanhado de seu resumo e de palavras-chaves, bem como de dados sobre o autor (instituição, cargo, áreas de interesse, últimas publicações etc.).

Os autores cujos textos forem aprovados para publicação entregarão seu trabalho em disquete, com cópia impressa em papel, no formato padrão IBM-PC, de preferência no programa Word for Windows, com a seguinte organização:

- Quadros, mapas, tabelas etc. em arquivo separado, com indicações claras, ao longo do texto, dos locais em que devem ser incluídos.
- As menções a autores, no correr do texto, seguem a forma (Autor, data) ou (Autor, data, página), como nos exemplos: (Jaguaribe, 1962) ou (Jaguaribe, 1962, p. 35). Se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, eles são diferenciados por uma letra após a data: (Adorno, 1975a), (Adorno, 1975b) etc.
- Colocar como notas de rodapé apenas informações complementares e de natureza substantiva, sem ultrapassar 3 linhas.

- A bibliografia entra no final do artigo, em ordem alfabética.

Crítérios bibliográficos

Livro: sobrenome do autor (em caixa alta) /VÍRGULA/ seguido do nome (em caixa alta e baixa) /PONTO/ data entre parênteses /VÍRGULA/ *título da obra em itálico* /PONTO/ nome do tradutor /PONTO/ nº da edição, se não for a primeira /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora /PONTO. Exemplo:

SACHS, Ignacy. (1986), *Ecode-senvolvimento, crescer sem destruir*. Tradução de Eneida Cidade Araújo. 2ª edição, São Paulo, Vértice.

Artigo: sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como no item anterior) / "título do artigo entre aspas /PONTO/ nome do periódico em itálico /VÍRGULA/ volume do periódico /VÍRGULA/ número da edição /DOIS PONTOS/ numeração das páginas. Exemplo:

REIS, Elisa. (1982), "Elites agrárias, state-building e autoritarismo". *Dados*, 25, 3: 275-96.

Coletânea: sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) / "título do capítulo entre aspas" /VÍRGULA/ in (em itálico) / iniciais do nome, seguidas do sobrenome do(s) organizador(es)

/VÍRGULA/ *título da coletânea, em itálico* /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora /PONTO. Exemplo:

ABRANCHES, Sérgio Henrique. - (1987), "Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975", in O. B. Lima & S. H. Abranches (orgs.), *As origens da crise*, São Paulo, Luperj/Vértice.

Teses acadêmicas: sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) /VÍRGULA/ *título da tese em itálico* /PONTO/ grau acadêmico a que se refere /VÍRGULA/ instituição em que foi apresentada /VÍRGULA/ tipo de reprodução (mimeo ou datilo) /PONTO. Exemplo:

SGUIZZARDI, Eunice Helena. (1986), *O estruturalismo de Piaget: subsídios para a determinação de um lugar comum para a Ciência e a Arquitetura*. Tese de mestrado. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, datilo.

O envio espontâneo de qualquer colaboração implica automaticamente a cessão integral dos direitos autorais à ANPOCS. A revista não se obriga a devolver os originais das colaborações enviadas.

Publicações

ANPOCS

Associação Nacional
de Pós-Graduação e Pesquisa
em Ciências Sociais

A REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (RBCS) existe desde 1986 e já se consolidou como o periódico mais importante na área de ciências sociais *stricto sensu*. Assinar a RBCS é estar em contato com os temas atuais e as pesquisas recentes realizadas na Antropologia, na Ciência Política e na Sociologia por pesquisadores do país e bons autores estrangeiros. É um espaço de encontro das inovações na reflexão e no discurso das ciências sociais em que a herança dos clássicos da teoria social é desafiada pelos problemas postos à pesquisa contemporânea.

A REVISTA BRASILEIRA DE INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (BIB) é uma publicação semestral que já conta com 58 números que oferecem balanços criteriosos, elaborados pelos mais eminentes cientistas sociais, da bibliografia corrente sobre Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Resumos das teses defendidas, perfis de programas de pós-graduação e centros de pesquisa apresentados a cada edição transformam a BIB em ponto de partida para a investigação e para o conhecimento das instituições voltadas para as ciências sociais.

Assinatura anual da RBCS (3 edições)

Nacional: R\$ 60
Internacional: US\$ 70

Assinatura anual do BIB (2 edições)

Nacional: R\$ 40
Internacional: US\$ 60

Assinatura anual conjunta (RBCS e BIB)

Nacional: R\$ 90
Intenacional: US\$ 100

Envie cheque nominal à ANPOCS:

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 - 1º andar - USP - 05508-900 - São Paulo - SP
Tel. (011) 3091-4664 Fax: (011) 3091-5043

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ UF: _____ Cep: _____

Data: _____ Tel.: _____



A Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB - passou a divulgar recentemente endereços de fontes de pesquisa visando estimular a organização de uma rede de intercâmbio e cooperação institucional e científica. Depende, portanto, da colaboração dos leitores para a manutenção de um catálogo mais completo e atualizado. Envie suas contribuições para o endereço eletrônico anpocs@anpocs.org.br ou à sede da instituição:

ANPOCS - Editoria da revista BIB
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 - 1º andar
Universidade de São Paulo - FFLCH
05508-900 São Paulo - SP